CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVESSADO PELA BRANQUITUDE

Ana Paula dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Fábio Sampaio de Almeida

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR ATRAVESSADO PELA BRANQUITUDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-raciais.

Ana Paula dos Santos

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Fábio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ – Orientador)

_____

Professora Drª Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ – Examinadora Interna)

_____

Professora Drª Alessandra Pio da Silva (UFRRJ – Examinadora Externa)

SUPLENTES

_____

Professora Drª Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ – Suplente Interna)

_____

Professora Drª Dayala Paiva de Medeiros Vargens (UFF – Suplente Externa)

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S237 Santos, Ana Paula dos
A construção da identidade da criança negra no espaço escolar atravessado pela branquitude / Ana Paula dos Santos – 2024.
111f : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024.
Bibliografia : f. 103-111.
Orientador: Fábio Sampaio de Almeida.

1. Relações étnicorraciais. 2. Crianças negras – Identidade racial. 3. Discriminação na educação – Brasil.
4. Negros – Identidade racial. I. Almeida, Fábio Sampaio de (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes – CRB/7 nº 5281

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos vão para todos os idealizadores do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-raciais- PPRER - CEFET/RJ em especial ao professor Roberto Borges, um ser humano incrível de uma sabedoria e gentileza e a todo o corpo docente que se desdobram na dedicação e comprometimento.

Ao meu orientador Fábio pela paciência e dedicação em cada detalhe, Meu muito obrigada pelo aceite de enfrentar essa parada comigo

Agradeço a Deus imensamente por todas as oportunidades que tem me permitido desfrutar e o dom da vida. A ao meu filho Hugo por ter me escolhido para ser sua mãe, a minha família em especial ao meu sobrinho Wildney que está sempre comigo.

Ao casal de amigos Rafaela e Leandro que deram o pontapé inicial e não me deixaram desistir, a minha ex-diretora Raquel Silveira e a atual Flávia Carvalho, mulheres pretas que sabem a dificuldade para perfurarmos as bolhas e facilitaram a caminhada, em especial a Mary Lucy, my love, sem a sua ajuda nada disso teria acontecido.

À Carla Cristina Carvalho Pereira, pelo seu desdobramento sem medir esforços, por amenizar a jornada, pelas risadas e puxões de orelhas, que não foram poucos, por ser apoio. Parafraseando você, “Gratidão é coisa séria”.

À Aline por ter contribuído de forma muito significativa.

E ainda agradeço a todos que de alguma forma estiveram comigo nesses dois anos me apoiando e os/as que ficaram pelo caminho meu muito obrigada, e aos alunos e alunas que me ensinam todos os dias a ser uma pessoa melhor.

Grata sou!

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à mulher mais forte e honesta que tive o prazer de chamar de mãe, Terezinha Pinheiro dos Santos (*in memorian*), por força do destino não teve a oportunidade de presenciar esse momento. Seus ensinamentos e seu legado seguem comigo por toda a minha vida.

EPÍGRAFE

O amor é o que o amor faz, e é nossa responsabilidade dar amor às crianças.

Quando as amamos, reconhecemos com nossas próprias ações que elas são propriedades, que têm direitos - os quais nós respeitamos e garantimos.

Sem justiça, não pode haver amor.

bell hooks

RESUMO

A construção da identidade da criança negra no espaço escolar atravessado pela branquitude

Com base na minha vivência como professora e coordenadora pedagógica na rede municipal de educação de Juiz de Fora/MG, este estudo visa apresentar fundamentações que ajudem a responder a seguinte questão: de que maneira a identidade da criança negra é moldada no ambiente escolar, influenciada pela branquitude? A partir dessa indagação, é traçado um breve histórico sobre identidade e o racismo estrutural e institucional que permeia a sociedade brasileira, evidenciando como o racismo colabora para a invisibilidade da criança negra e ressaltando a importância de uma educação antirracista, influenciada pelos significativos papéis dos movimentos sociais negros e pelas reflexões inovadoras de pensadores importantes (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 1978). Os autores discutem a possibilidade de uma transformação na educação, levando à implementação de políticas de ações afirmativas, além das legislações 10.639/03 e 11.645/08 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008; BRASIL, 2012). São mencionadas normativas que regulam a Educação Infantil e a Educação voltada para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2017). O letramento racial crítico (FERREIRA, 2014) é destacado como fundamental para a formação contínua dos educadores (SANTOS, 2022), como parte de uma proposta de educação antirracista. Com o objetivo de combater a segregação e o racismo presentes nas instituições de ensino, são sugeridas abordagens educacionais que celebram a diversidade, além de currículos, a branquitude e a branquitude na infância (DIANGELO, 2018; hooks, 2020; NOGUEIRA, 2014; JANGO, 2017; TRINDADE, 2011; BENTO, 2022). O estudo também discute premissas teóricas que sustentam a intersecção entre racismo e a educação infantil (CAVALLEIRO, 2011; DIAS, 2017; CARDOSO, 2021; LOPES, 1987), apresentando ainda exemplos de necropolítica e necroinfância acontecidos em várias partes do Brasil.(MBEMBE, 2011; NOGUERA, 2014; CARNEIRO, 2023) A literatura infantil é considerada uma valiosa ferramenta para impulsionar uma educação antirracista. São apresentados exemplos e ilustrações de atividades realizadas nas escolas que se fundamentam em obras específicas. Ao examinar algumas publicações voltadas para o público jovem, foram observadas diversas maneiras de representar personagens negros e a cultura africana, com narrativas e imagens que oscilam entre preconceito, racismo e estereótipos, além de abordagens que celebram os corpos negros, assim como a estética e a identidade das culturas africanas e afro-brasileiras (GOMES, 2020; SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2020; ROSA, 2021).

Palavras-chave: Criança negra; Identidade; Racismo; Branquitude; Escola

ABSTRACT

The construction of the identity of black children in the school space crossed by whiteness

Based on my experience as a teacher and pedagogical coordinator in the municipal education network of Juiz de Fora, this study aims to present foundations that help answer the following question: How is the identity of black children shaped in the school environment, influenced by whiteness? Based on this question, a brief history of identity and the structural and institutional racism that permeates Brazilian society is outlined, highlighting how racism contributes to the invisibility of black children and highlighting the importance of anti-racist education, influenced by the significant roles of movements black social networks and the innovative reflections of important thinkers (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 1978).The authors discuss the possibility of a transformation in education, leading to the implementation of affirmative action policies, in addition to legislation 10.639/03 and 11.645/08 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008; BRASIL, 2012). Regulations regulating Early Childhood Education and Education focused on ethnic-racial relations are mentioned (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2017). Critical racial literacy (FERREIRA, 2014) is highlighted as fundamental for the ongoing training of educators (SANTOS, 2022), as part of an anti-racist education proposal. With the aim of combating segregation and racism present in educational institutions, educational approaches are suggested that celebrate diversity, in addition to curricula, whiteness and whiteness in childhood (DIANGELO, 2018; HOOKS, 2020; NOGUEIRA, 2014; JANGO, 2017; TRINDADE, 2011; BENTO, 2022)The study also discusses theoretical premises that support the intersection between racism and early childhood education (CAVALLEIRO, 2011; DIAS, 2017; CARDOSO, 2021; LOPES, 1987), also presenting examples of necropolitics and necro infancy that took place in various parts of Brazil. (MBEMBE, 2011; NOGUERA, 2014; CARNEIRO, 2023) Children's literature is considered a valuable tool to promote anti-racist education. Examples and illustrations of activities carried out in schools that are based on specific works are presented. When examining some publications aimed at young audiences, different ways of representing black characters and African culture were observed, with narratives and images that oscillate between prejudice, racism and stereotypes, as well as approaches that celebrate black bodies, as well as aesthetics and the identity of African and Afro-Brazilian cultures (GOMES, 2020; SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2020; ROSA, 2021).

Keywords: Black child; Identity; Racism; Whiteness; School.

SUMÁRIO

Introdução **10**

1 - A identidade e sua construção através dos atravessamentos do racismo **17**

1.1 - Identidade 17

1.2 - Identidade negra e negritude 19

1.3 - Identidade da criança negra 23

1.4 - Racismo 27

1.4.1 - Racismo estrutural 30

1.4.2 Racismo institucional 31

1.5 - O racismo escolar e o apagamento da criança negra 32

2- A busca por uma educação antirracista **37**

2.1- A Educação do Negro no Brasil e o Papel dos Movimentos Sociais Negros 37

2.2 - Os Movimentos Sociais Negros e sua luta pela Educação 40

2.2.1 - Frente Negra Brasileira (FNB) 41

2.2.1.1 - Movimento Negro Unificado- MNU 42

2.3 - Lei 10.639/2003: o que alterou no ensino aprendizagem e nos currículos escolares. 45

2.3.1- Lei nº 12.711/12 - Lei de Cotas 48

3- A educação antirracista como processo fundamental no fortalecimento da criança negra **53**

3.1 - A criança negra - educação antirracista. 55

3.2 - O Papel da Branquitude na (des)construção da identidade da criança negra 61

3.2.1.1 - Branquitude na Infância 68

4- A criança negra em um espaço de abordagens identitárias positivas **74**

4.1 - Adentrando na pesquisa 74

4.2 - A representatividade negra nos livros literários infanto juvenis 84

4.3- De Preterida a homenageada: descolonizando as práticas 93

Considerações finais **98**

Referências **103**

Introdução

Este estudo tem como objetivo explorar a formação da identidade da criança negra dentro do ambiente escolar, influenciada pela branquitude, que está conectada às culturas, valores e regras que predominam na sociedade branca. Desde o começo da minha carreira, primeiramente como educadora e depois como coordenadora pedagógica, observei que as desigualdades raciais eram uma realidade presente, visto que havia uma escassez de profissionais negros nesses cargos. Ao longo dos anos, vivi inúmeras situações que eram frequentemente ignoradas envolvendo discriminação racial, preconceitos e atitudes racistas contra crianças e jovens negros nas escolas. Nesses espaços, o assunto do racismo era quase inexistente, e era incomum encontrar conteúdos onde pessoas negras fossem apresentadas como protagonistas ou em papeis que não fossem de submissão ou escravização.

Diversas barreiras são enfrentadas diariamente em virtude da invisibilidade dos corpos negros e das várias facetas do racismo. As instituições de ensino nas quais atuei e atuo, em sua grande parte, estão situadas em áreas periféricas predominantemente habitadas por pessoas negras que são assoladas pela falta de infraestrutura, que enfrentam múltiplas dificuldades que obstaculizam até mesmo o ingresso e a permanência na escola. Os estudantes negros me proporcionaram a chance de rever minhas abordagens e me motivaram a aprender e investigar maneiras de auxiliá-los a vencer os entraves impostos pela branquitude.

No início da minha carreira, a literatura somente enaltecia a figura do homem branco como o herói de toda a formação do país. Nos ambientes educacionais, raramente se mencionavam nomes de personalidades negras que contribuíram para as lutas e resistências e, na literatura infanto juvenil, pouco ou nada se encontrava na perspectiva de valorização e exaltação do sujeito negro. A situação apresentada não era aceitável; eu acreditava firmemente que os alunos mereciam acesso a mais informação, abrangendo a herança de seus antepassados e a história de sua comunidade. Portanto, tomei a iniciativa de buscar apoio para implementar as intervenções necessárias, considerando a escassez de recursos e a carência de formação para os educadores.

O país saíra de um período de ditadura militar que influenciou negativamente as diversas tentativas de contribuição da população negra, reafirmando o mito da

democracia racial[1] - uma manipulação das relações raciais no Brasil, criada por uma elite branca para mascarar a disparidade entre negros e brancos. Essa perspectiva defendia que a democracia no país era insuficiente, pois não abrangia as classes mais desfavorecidas da população, e raramente se mencionava sobre crianças, ainda mais sobre crianças negras.

Com o intuito de entender a trajetória da criança negra no Brasil, recorro às análises de Manuel Jacinto Sarmento. No livro "Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância", o autor propõe uma análise da sociedade que coloca as crianças como figuras centrais na pesquisa sociológica, o que enriquece a compreensão tanto da infância quanto da sociedade como um todo. Nesta obra, ele distingue as diferenças de significado e conceito entre 'infância' e 'criança', explicando que 'infância' refere-se a uma categoria social de natureza geracional, enquanto 'criança' alude ao indivíduo concreto que faz parte dessa categoria. Este indivíduo, além de pertencer a um grupo etário específico, é sempre um agente social inserido em uma classe social, além de estar ligado a questões de gênero, etnia, entre outros aspectos.

A posição de Sarmento criou novas oportunidades para compreender a criança e a infância, além de ressaltar a relevância da família e da escola enquanto elementos sociais. Destacamos a obra de Eliane Cavalleiro (2001) Do silêncio do Lar ao Silêncio Escolar, na qual a autora busca analisar a integração social, no que diz respeito aos vínculos étnicos estabelecidos na escola infantil e no ambiente familiar. Portanto, são abordados de forma sucinta e teórica os conceitos de ensino, desenvolvimento social, discriminação, preconceito e racismo étnicos.

A interlocução entre os autores mencionados foi abordada nesta pesquisa, pois percebemos que tanto a escola quanto a família desempenham um papel fundamental na formação da identidade da criança, especialmente da criança negra, servindo como suporte no enfrentamento do racismo e de outras formas de hostilidade. Identificamos também que, além das responsabilidades da família, é essencial que as escolas coloquem em prática a Lei nº 10.639/2003, transformando essa legislação em um instrumento eficaz que não apenas assegure sua implementação, mas garanta que seja realmente cumprida. Essas estratégias incluem a oferta de formação contínua e de qualidade para os docentes, a disponibilização de materiais didáticos isentos de conteúdo racista e um maior comprometimento das instituições de ensino em aplicar

[1] Critica a ideia de que não havia preconceito e discriminação no Brasil.

as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/2003[2] em seu planejamento político-pedagógico.

O presente estudo fundamentou-se no ensino das relações étnico-raciais, examinando a branquitude e seu impacto na formação da identidade da criança negra, assim como a maneira como essa criança se reconhece racialmente. Para Cida Bento (2014), a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado problematizado. Observa-se que pessoas brancas não entendem sua posição nas interações raciais e reconhecem que fazem parte desse ciclo. Até mesmo aqueles que se opõem ao racismo precisam ter clareza sobre o contexto histórico de privilégios que permeia a sociedade brasileira, influenciando os espaços ocupados por negros e brancos em diversas áreas da vida.

Procuramos, nessa pesquisa, problematizar de que maneira a criança negra desenvolve sua identidade em um contexto marcado por dinâmicas de poder branco, imerso em currículos com uma perspectiva eurocêntrica, guiados por educadores que não possuem letramento racial[3].

Teoricamente, é reconhecido que as instituições educacionais têm a responsabilidade de promover a valorização da cultura africana e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na constituição da sociedade brasileira, especialmente após a promulgação da lei 10.639/2003. No entanto, apesar da existência dessa legislação e das orientações fornecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, homologada em 18 de maio de 2004 pelo Parecer 03/2204, de 10 de março, do Conselho Nacional de Educação, consideramos que isso ainda não é suficiente para assegurar sua efetiva aplicação. Acreditamos que uma política pública direcionada à Educação se tornará verdadeiramente eficaz quando todos os envolvidos – escolas, comunidades, educadores, gestores e estudantes – colaborarem para ampliar e disseminar os objetivos e diretrizes estabelecidos.

Durante a realização da pesquisa, levamos em conta que a escola

[2] Lei federal que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

[3] É um processo de reeducação que visa desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas socialmente em relação a pessoas brancas e negras. É uma forma de responder individualmente às tensões raciais, buscando reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista.

desempenha um papel essencial na construção e na promoção da democracia, ou pelo menos deveria, além de contribuir para a remoção de obstáculos que classificam as pessoas segundo sua origem étnica ou condição social. Diante de um cenário arbitrário em que a discriminação racial e social são constantes e esbarram de forma agressiva nas vidas das crianças negras, surge indagação de como a criança negra constroi sua identidade no espaço escolar atravessada pela branquitude? Como a comunidade escolar contribui para a formação dessas crianças?

A razão que me levou a conduzir esta pesquisa foi a preocupante quantidade de crianças negras que estão fora das escolas ou que não estão acompanhando a série correspondente à sua faixa etária. Fica claro que o racismo institucional tem um impacto profundo nas instituições educacionais, marginalizando essas crianças e mantendo ciclos de analfabetismo e exclusão social. Aqueles que conseguem continuar, enfrentam os efeitos adversos da dominação branca.

É comum pensarmos que o Brasil é uma nação sem distinções raciais, resultado de uma abordagem baseada em valores europeus. Essa visão representa um modo de as elites preservarem seu status e, ao mesmo tempo, dificultarem a formação de movimentos coletivos voltados para a luta pelos direitos e pela valorização da identidade negra. Logo, retomo o mito da democracia racial como mote desse processo em que o Brasil não tinha ou tem distinções raciais.

Tendo como perspectiva a análise de como a prática pedagógica pode apoiar a formação da identidade das crianças, sobretudo das crianças negras, que envolve tanto aspectos positivos quanto negativos. É fundamental implementar práticas que valorizem a cultura africana e afrobrasileira, além de promover o protagonismo negro. Frente aos desafios complexos do racismo sistêmico presentes no ambiente escolar, as crianças demonstram percepção e reagem a situações injustas. Portanto, é essencial reconhecer e valorizar a habilidade das crianças, incentivando ações que promovam a emancipação. Embora o enfrentamento do racismo possa ser doloroso para as crianças negras, essa luta pode fomentar uma consciência crítica e uma educação comprometida com a luta antirracista.

Inicio minha pesquisa com análises que antecedem a minha reflexão acerca da identidade de crianças negras, a influência da cultura branca na educação e o significado de reconhecer e valorizar a identidade e cultura negras, além dos efeitos do racismo no ambiente escolar.

Por esse motivo que essa pesquisa potencializa a análise das práticas pedagógicas nas instituições de Ensino Básico que tem um impacto tanto positivo

quanto negativo na formação das identidades das crianças negras, bem como os apontamentos para atitudes pedagógicas que ajudaram na superação do racismo estrutural presente no meio social brasileiro e permitiram pensar a sociedade sob um viés multiétnico e pluricultural. Sem esquecer que a escola é parte da estrutura e também expressa o racismo que é inerente à ordem social do Brasil. Assim como outras instituições do Estado Brasileiro, a instituição de ensino também reproduz esse racismo de forma institucional, por meio do seu currículo, dos procedimentos pedagógicos e das atividades diárias.

Em vista disso, ganha relevância a investigação que resulta de preocupações tanto profissionais quanto acadêmicas. De um lado, há a inquietação ao notar as barreiras e desafios enfrentados na luta contra o racismo dentro do ambiente escolar, com as desigualdades raciais manifestando-se como benefícios e privilégios concedidos a alguns, os brancos, o que impede o desenvolvimento de uma educação diversificada e justa no dia a dia das instituições. Por outro lado, há a necessidade de reconhecer que uma parte significativa da ascensão acadêmica e das práticas pedagógicas que se consideram críticas está alicerçada na visão do racismo e das desigualdades raciais como questões que afetam "o outro", ou seja, a população negra. Nas análises e métodos pedagógicos, a ideia de branquitude permanece invisibilizada nas discussões sobre as relações étnico-raciais. Na verdade, os brancos não se auto analisam, nem são analisados, não se percebem e não são percebidos como parte do problema.

Portanto, elencamos os objetivos da pesquisa, dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é:

- Compreender como se dá a construção da identidade da criança negra nos espaços pedagógicos atravessados pela branquitude e apontar caminhos alternativos a partir de abordagens identitárias positivas.

Como objetivos específicos, delimitamos os seguintes:

- Analisar a construção da identidade da criança negra em meio aos conteúdos eurocêntricos, sem a presença de fatores positivos;
- Apresentar uma proposta de trabalho alternativa que continue na formação de identidade positivada da criança negra.

Dessa forma, optou-se pela pesquisa qualitativa como abordagem de estudo do tipo autoetnográfico para analisar a dinâmica, as contribuições e as consequências da

construção da identidade da criança negra no ambiente escolar atravessada pela branquitude, me coloco como pesquisadora não neutra,uma vez que estou imersa em todas as etapas da investigação. Considerando a compreensão das diversidades identitárias do ponto de vista dos estudantes, a pesquisa se torna essencial para compreender as consequências das abordagens do ensino de História e Cultura Africana na visão dos alunos e como a branquitude influência na formação identitária dos negros sobretudo da criança negra. O estudo foi focado na minha prática docente, entre os meses de março a junho de 2023, em que utilizei como principal instrumento para anotações das observações foi o diário de campo que incluiu fotografias e imagens, assim como aulas expositivas e informativas que envolveram atividades de leitura, escrita, pintura e desenho. Essa metodologia possibilitou um entendimento mais profundo sobre os alunos e suas famílias, além de promover a pesquisa e o letramento racial dos alunos e professores.

Levando em conta as imagens construtivas da identidade negra formadas pelo reconhecimento mútuo, apresentamos nossa pesquisa a respeito do papel fundamental da escola e da comunidade como espaços de socialização na reinterpretação das representações positivas da identidade negra entre os alunos.

Desde a aprovação da Lei 10.639/03, houve avanços significativos na defesa dos profissionais envolvidos na luta contra o racismo, mas esses esforços ainda são insuficientes diante dos danos causados pela persistente falta de ações efetivas. A transformação de comportamentos, metodologias de ensino, recursos educacionais e programas curriculares ocorre de maneira gradual, o que torna mais desafiadora a tarefa de superar a perspectiva eurocêntrica na educação.

Como afirma Rocha (2022),

> É preciso considerar a tarefa desafiadora que deverá ser assumida pela escola de contextualizar-se no tempo; replanejar, ressignificar conteúdos e inovar em suas práticas, sintonizando o pensar e o fazer de acordo com as proposições colocadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (ROCHA. 2022.p.35)

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos principais: no primeiro capítulo: A Identidade e sua construção através dos atravessamentos do racismo serão trabalhados os conceitos essenciais para a compreensão do problema apresentado. Neste capítulo, três conceitos são fundamentais: identidade, identidade negra, negritude e racismo, racismo estrutural , racismo institucional e O racismo escolar e o apagamento da criança negra neste capítulo foram trabalhados a invisibilização das

crianças negras nas instituições escolares e os rituais pedagógicos que contribuem para a exterminação desses corpos. Para tal, apoiaremo-nos nos estudos de intelectuais como Munanga (1996, 2006, 2008, 20200), Fanon (2008), Stuart Hall (2006), Ciampa (1987), Lopes (2004), bell hooks (2008), Césaire (1987) e Almeida (2019).

O segundo capítulo, A busca por uma educação antirracista serão discutidas a criança negra inserida em uma educação antirracista, a educação do negro no Brasil e o papel dos movimentos sociais negros, além do racismo escolar e do apagamento da identidade da criança negra. Trataremos ainda sobre a aprovação da Lei 10.639/2003, traçando breve análise acerca de sua implementação e dos entraves na sua consolidação nas redes de ensino, a lei 12.711/2012 - lei de cotas e a importância desse avanço para a redução das desigualdades na educação superior.

O terceiro capítulo: A educação antirracista como processo fundamental no fortalecimento da criança negra trata da importância de uma formação educacional que promova a valorização da autoestima, a identidade e a inclusão das crianças negras em todos os níveis da escolaridade, o papel da branquitude na (des)construção da identidade da criança negra, a branquitude na infância.

O quarto e último capítulo: A criança negra em um espaço de abordagens identitárias positivas trata dos processos de elaboração, construção e finalização da pesquisa.

Por fim, a principal hipótese que defendemos com essa pesquisa é a de que é viável promover um estudo histórico sobre a variedade e a comunicação intercultural através da criação de interações contínuas entre os estudantes, seu ambiente social, sua identidade e seu passado.

1 - A identidade e sua construção através dos atravessamentos do racismo

Neste capítulo iremos abordar conceitos importantes que abrange a construção da identidade como processo complexo e dinâmico influenciado por vários fatores, incluindo o racismo.

1.1 - Identidade

A origem da palavra identidade é do latim *identïtas*, que representa as particularidades e aspectos que tornam uma pessoa, ou um conjunto de pessoas, únicas em relação aos outros. A individualidade de cada um é construída a partir da sua perspectiva de vida, experiências e do ambiente em que estão inseridos.

Uma questão que surge é que as identidades individuais e coletivas coexistem, e muitas vezes há conflitos devido a essas diferenças. A identidade é o que define as pessoas, influenciando seus interesses, necessidades, prioridades e comportamentos. De acordo com Ciampa (1987),

> Identidade é definida como uma categoria, científica, ao lado de atividade e consciência, central para a Psicologia Social. É considerada como um processo, ao qual a constituição de uma identidade que representa a pessoa e engendra. (CIAMPA, 1987, p.243)

Ainda de acordo com o autor, a personalidade individual é uma característica única de cada pessoa, que possibilita diferenciar um ser de outro, um conjunto de outros conjuntos ou até uma cultura de outra. Diz respeito às particularidades de cada indivíduo, da raça humana e da comunidade. Nas palavras de Ciampa (1987),

> Se a identidade é identidade de pensar e ser, a resposta que buscamos é uma resposta sempre vazia, como um salto, pois é metamorfose. O conteúdo que surgirá dessa metamorfose deve subordinar-se ao interesse da razão e decorrer da interpretação que façamos do que merece ser vivido. Isso é busca de significado, é invenção de sentido. É autoprodução do homem. É vida. (CIAMPA, 1987, p.242)

Partindo da análise do autor, podemos depreender que a identidade é vista como uma metamorfose, ou seja, está sempre em mudança, sendo o resultado temporário da ligação entre a história pessoal, o contexto histórico e social e os objetivos individuais. A identidade é dinâmica e seu desenvolvimento requer um

protagonista. O protagonista, que o autor considera como a experiência individual de um papel já estabelecido pela sociedade, desempenha um papel essencial na formação da identidade: a identidade de alguém é representada pela transformação de sua ação em uma figura que, por fim, se torna distinta da ação em si.

À vista disso, Stuart Hall (2006) aborda o conceito de "identidades culturais" como elementos que fazem parte de nossas identidades e surgem a partir de nossa ligação com diferentes culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e principalmente nacionais. Segundo o autor, a sociedade atual está provocando uma fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que anteriormente nos fornecem bases sólidas como indivíduos sociais. Essas mudanças estão impactando nas identidades pessoais, afetando a ideia de sujeito unificado que temos de nós mesmos. O autor menciona que essa perda de identidade estável é conhecida como duplo deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento, que corresponde à descentração dos indivíduos de seu lugar no mundo social e cultural, assim como de si mesmos, é o que leva à chamada "crise de identidade". (HALL, 2006, p.9)

A noção de identidade do sujeito na era pós-moderna é caracterizada pela ausência de uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ao contrário, ela é construída e reconstruída de forma contínua, influenciada pela maneira como é representada e interpretada em diferentes sistemas culturais. Nessa perspectiva, o sujeito é visto de forma histórica, não biológica, adotando diversas identidades em contextos distintos, muitas vezes contraditórias, o que guia suas ações em várias direções e mantém suas identificações em constante movimento. Diante da diversidade de significados e representações sobre a humanidade na era pós-moderna, o sujeito se depara com múltiplas e variáveis identidades, que podem ser reconhecidas, mas apenas de maneira temporária. Portanto, o sujeito pós-moderno é marcado pela mudança, pela diferença, pela instabilidade, mantendo suas identidades abertas. Apesar de provocar um sentimento de perturbação, devido à incerteza e imprevisibilidade resultantes desse constante deslocamento, conforme Hall (2006), “essa visão apresenta aspectos positivos ao desestabilizar identidades fixas do passado e ao permitir o surgimento de novas possibilidades de sujeitos”. (HALL, 2006, p.12)

1.2 - Identidade negra e negritude

Identidade e negritude são conceitos centrais na discussão sobre a experiência racial negra e a construção da autoimagem de pessoas pretas. A identidade negra refere-se à compreensão e experiência de ser negro/a. Envolve a consciência e valorização da história, cultura e experiências compartilhadas pelos indivíduos negros. Está relacionada ao reconhecimento e enfrentamento das formas de discriminação e racismo experienciadas pela comunidade negra ao longo da história.

> A identidade negra no Brasil de hoje se tornou essa tão falada realidade, mas sem uma definição acerca do que ela é ou em que ela consiste. A identidade objetiva apresentada através das características culturais, linguísticas e outras descritas pelos estudiosos muitas vezes é confundida com a identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define e ou é definido pelos demais. (MUNANGA, 2020. p.11)

Para Munanga (2020), a identidade objetiva está ligada aos aspectos sociológicos da mobilidade social à qual os indivíduos estão sujeitos, podendo assumir diversas formas de conformação de acordo com a sua trajetória, o que pode ser traduzido em ascensão, rigidez, descida e contração social. Já a identidade sob a perspectiva de uma trajetória subjetiva está atrelada à análise dos relatos dos indivíduos, obtida através de entrevistas. É uma forma de resumo da argumentação elaborada pelo pesquisador a partir dos elementos fornecidos pelo entrevistado e de sua narrativa.

Segundo teóricos como Frantz Fanon (2008), Stuart Hall (2006), e Munanga (1984), a identidade negra é moldada por uma série de fatores, incluindo a ancestralidade, a história de opressão e resistência, as experiências pessoais e a interação com a sociedade em geral, não é fixa, mas dinâmica e construída em relação a outros grupos raciais e culturais.

Uma das principais contribuições de Fanon (2008) para o conceito de identidade negra foi sua rejeição da ideia de que a identidade é fixa e essencial. Ele argumentava que a identidade é fluida e construída socialmente e que a negritude não é uma característica biológica ou natural, mas sim uma construção social que pode ser moldada e reinterpretada.

Fanon (2008) também criticou a noção de que a identidade negra era inerentemente negativa ou inferior, defendendo a importância da autovalorização e do orgulho da identidade negra. Ele argumentou que “a negritude não deve ser entendida como uma forma de inferioridade, mas sim como uma força verdadeira e

autêntica que pode ser usada para resistir ao colonialismo e buscar a emancipação". (FANON,2008, p.132).

Além disso, o autor destacou a importância do movimento e da ação política na construção e reconstrução da identidade negra. Ele acreditava na necessidade de mobilização e luta coletiva para desafiar as estruturas de poder e alcançar a libertação. Através de seus escritos, buscou capacitar os colonizados e negros a se afirmarem como sujeitos de suas próprias histórias e a reivindicarem seu lugar na sociedade.

Stuart Hall (2006), em suas produções, aborda o tema da identidade e da negritude, trazendo uma análise crítica sobre a construção e vivência da identidade negra. Defende que a identidade não é algo imutável ou inato, mas sim um processo influenciado por diversos fatores sociais e históricos, como cultura, história, política e relações de poder. Para o autor, a identidade negra é resultado não apenas de características biológicas, mas também de representações culturais, discursos e práticas sociais.

Para Munanga (1994) se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre "nós" e "outros", então o grau dessa consciência não será idêntico entre todos os negros, considerando que vivem em contextos socioculturais diferenciados.

> (...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (MUNANGA, 1994, p.177-178)

A partir das ideias apresentadas por Munanga, entendemos que a identidade está ligada à noção de pertencimento a um grupo social específico e, portanto, mesmo que tenha aspectos únicos, geralmente é construída de forma coletiva. O conceito de alteridade também é levado em conta nesse processo de formação identitária. As características que definem um grupo são pensadas de maneira comparativa, como algo que distingue o indivíduo e sua comunidade do restante da sociedade.

Essas ponderações são importantes para refletirmos sobre a construção das identidades das crianças negras no ambiente escolar. Para que se sintam parte de um grupo, é fundamental que as crianças valorizem suas características físicas, culturais, políticas e sua herança histórica, sendo importante que elas se reconheçam nos discursos e práticas escolares, nos currículos que reconheçam suas tradições e o

papel do seu grupo na interação com outros setores da sociedade. Dessa forma, é essencial não negar ou esconder nenhum aspecto que contribua para o empoderamento social das crianças negras.

Negritude

Nesse processo, há que se considerar ainda o conceito de negritude. Conforme Lopes (2004), o termo negritude é um

> (...) neologismo surgido na língua francesa na década de 1930, para significar a circunstância de se pertencer a grandes coletividades africanas e afro- descendentes; a consciência de pertencer a essa coletividade e a atitude de reivindicar-se como tal; a estética projetada pelos artistas e intelectuais negros no continente de origem e na diáspora (LOPES, 2004, p.472).

De acordo com o autor, a negritude é um movimento político e cultural que busca promover a valorização da identidade negra, combatendo o preconceito racial e a discriminação. Surgiu no século XX e defende o resgate da história e da cultura africana, além de lutar por igualdade e reconhecimento para pessoas negras em âmbito global.

Para Munanga (2020), “a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas”. (MUNANGA, 2020, p.20). A falta de conhecimento sobre a história antiga dos negros, as variações culturais, os preconceitos étnicos em duas comunidades que se encontram pela primeira vez, juntamente com as demandas econômicas da exploração, levaram os europeus a distorcer completamente a identidade moral dos negros e suas habilidades intelectuais.

Apesar de parecer um termo desproporcional, a negritude é uma realidade e coloca as pessoas negras em posições de inferioridade e subordinação. “[...] A negritude não é uma essência fixa, mas sim uma experiência que está em constante negociação e transformação." (HALL, 2007, p.27).

A negritude, consequentemente, consiste em uma réplica politicamente engajada e cultural à repressão e à discriminação racial enfrentadas pelos indivíduos de pele escura. Seu propósito é a confirmação e a apreciação da cultura e da identidade negra, indo de encontro às perspectivas eurocêntricas predominantes. A negritude é um movimento que almeja fortalecer e amplificar as comunidades negras, fomentando o orgulho e a comemoração da herança africana.

bell hooks (2019), ao abordar a questão da individualidade e da etnia negra – sobretudo quando se trata das vivências das mulheres negras – destaca que o ponto em questão é a inclinação de definir a identidade negra como uma "essência" ou um conjunto imutável de características compartilhadas pelos afrodescendentes. A autora defende que a identidade negra é influenciada pela intersecção de diversas formas de opressão, como o racismo, o sexismo e a exploração de classe. Para a autora, “a identidade negra é flexível e intrincada, alterando-se conforme as experiências individuais e os contextos sociais” (hooks, 2019, p. 171).

hooks (2008) também discute a importância da negritude como uma base para a construção de uma consciência crítica e uma visão de mundo que desafie o racismo e outras formas de opressão. Ela argumenta que a negritude não deve ser vista como um ponto de partida estático, mas como um trampolim para a transformação social. A autora vê a identidade como uma construção em constante desenvolvimento e negritude como uma expressão de resistência e empoderamento para as pessoas negras (HOOKS, 2008.p. 37).

Além disso, hooks enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional ao discutir a identidade e negritude. Ela aponta para a importância de considerar as diferentes opressões que afetam as mulheres negras, reconhecendo que elas enfrentam discriminação em várias frentes, que deve haver uma abordagem inclusiva que leve em conta a interseção de raça, gênero, classe e outras formas de opressão.

Outro autor que afirma a negritude como uma expressão de resistência e empoderamento dos povos negros é Aimé Césaire (1987). Para Césaire, negritude é um movimento político, cultural e intelectual que busca reafirmar a identidade e a dignidade das pessoas negras, além de confrontar as formas de opressão e marginalização que elas enfrentam. O autor faz um relato acerca de sua experiência pessoal:

> "Eu me descobri negro e me descobri orgulhoso de ser negro - de meus cabelos crespos e de minha pele escura. E assim nascia meu negro orgulho. Eu, negro, como qualquer outro negro, era o produto de uma história e de um trabalho de toda uma raça. De repente, eu estava animado com o desejo de cantar e celebrar esse passado esquecido ou difamado. Meu negro orgulho era minha afirmação de humanidade completa. E eu sabia então que era necessário combater a mentira maldita do racismo que pretendia fazer crer ao mundo que o negro é uma espécie inferior." (CÉSAIRE,1987, p.45-46)

Césaire (1987) defende que a negritude é uma ferramenta essencial para combater o colonialismo e o racismo, destacando a relevância da cultura africana e da diáspora na construção da identidade negra. Para ele, resgatar e valorizar a história e

a cultura afrodescendente são passos cruciais para fortalecer a autoestima e o orgulho racial dos indivíduos negros. Além disso, enfatiza que a negritude não se limita apenas aos aspectos culturais, mas também inclui uma consciência política voltada para a emancipação e à autodeterminação dos povos negros. Ele critica fortemente a submissão dos povos colonizados à dominação e à cultura europeia, defendendo a importância de uma descolonização e de um novo modelo de sociedade fundamentado na igualdade e na valorização mútua. O autor é enfático ao afirmar que, nestes tempos de globalização, a negritude representa um antídoto eficaz contra as duas formas de se perder: “por segregação cercada pelo particular e por diluição no universal” (CÈSAIRE, 1987, p.5-33).

O movimento da negritude busca resgatar a voz e a dignidade que foram historicamente suprimidas dos negros, visando a emancipação social, política e cultural dos afrodescendentes em todas as partes do globo. Portanto, a negritude é um meio importante de fortalecimento e libertação para as comunidades negras, combatendo a crença de que a afrodescendência é subordinada ou excluída. Ao realçar a variedade e a importância da cultura negra, a negritude também reconhece as vivências e visões afrodescendentes, colaborando para a formação de sociedades mais justas e equitativas.

1.3 - Identidade da criança negra

A construção da identidade é um assunto de grande importância para os negros no Brasil. É evidente que, no cenário atual, declarar-se negro significa reconhecer-se como integrante de um grupo que enfrenta discriminação e é frequentemente retratado de forma negativa. Portanto, a identidade racial da população negra é uma questão fundamental e essencial para refletir sobre a experiência da criança negra no ambiente escolar.

É importante reconhecer que a formação da identidade de uma pessoa não se começa na escola. Quando uma criança ingressa no ambiente escolar, sua socialização e, consequentemente, a formação de sua identidade já estão em andamento. No entanto, a escola pode facilitar a construção da identidade da criança negra, integrando-a aos aspectos de sua origem. Por outro lado, a instituição também pode acabar negando essa identidade, ao afastá-la de seus contextos culturais e históricos que são essenciais para sua formação.

> A escola não poderá reconhecê-lo, admitir sua utilidade na sociedade,

> demonstrar o desejo de que o indivíduo seja plenamente o sujeito da sua história individual e de seu desempenho social, se esse indivíduo não recebe (dentro do conteúdo da educação) os meios para realizar sua identificação positiva consigo mesmo e com sua cultura (TEODORO, 1987, p.46).

Para a socióloga Irene Barbosa (1987), a procura por pertencimento pode ser fascinante, mas também pode causar traumas às crianças negras. Embora compartilhem a infância com as demais crianças, elas se sobressaem devido às suas particularidades raciais. Dessa forma, ao vivenciarem a revelação do "nós" enquanto "diferentes", elas tomam consciência de sua identidade de maneira abrupta (BARBOSA, 1987, p. 54).

A assimilação da criança negra sobre a diversidade pode ser influenciada por vários fatores, começando pela comunicação verbal, pelas ações de outras pessoas, pelos elementos visuais e pelos espaços inferiores que seus pares ocupam.

A sociedade brasileira enfrenta um processo sócio-histórico que perpetua o racismo, mesmo que de forma sutil, presente no cotidiano das interações sociais. Os meios de comunicação, por sua vez, promovem uma estética eurocêntrica como ideal, ignorando a realidade de milhares de pessoas negras que vivem à margem de condições dignas de vida. Além disso, as escolas, como parte integrante desse contexto, reforçam essa lógica discriminatória, permitindo que o preconceito racial atinja crianças negras, que desde cedo se veem como "diferentes" ou "outros", não se adequando aos padrões estéticos e culturais vigentes. Assim, essas instituições estabelecem obstáculos e definem modelos que afetam a formação de identidade dos alunos negros. Nesse sentido, Barbosa (1987) explica que:

> Através de sua inserção no mundo a criança constroi, portanto, o seu auto-conceito devido aos julgamentos e comparações às quais é submetida, quando se torna sensível ao tratamento benevolente ou hostil de outros sujeitos presentes na estrutura social (BARBOSA, 1987, p.77)

A instituição escolar desempenha um papel crucial na formação da identidade do “eu” e na percepção do “outro”, evidenciando quem exerce poder e quem possui espaço para se expressar, reconhecemos que a cultura branca predominante uniformizou os ambientes educacionais, resultando em uma valorização limitada ou inexistente das outras culturas.

Além disso, Jango (2017) salienta que a educação desempenha um papel fundamental na formação da identidade, na valorização da autoestima e no reconhecimento do outro. No entanto, é insustentável assumir esse papel se a

instituição de ensino já estabelece um padrão de "normalidade" que, como já foi mencionado, é plural e não abrange a diversidade étnica e sociocultural presente em nosso país. Assim, a escola tem se limitado a reproduzir as ideias e estereótipos sociais que o Brasil possui sobre a população negra e o que isso implica (JANGO, 201, p. 70).

Diante disso, observamos que as crianças, especialmente as negras, ao começarem sua trajetória escolar, enfrentam situações de violência que as levam a sentir desconforto e sofrimento, muitas vezes sem compreender a origem ou a natureza dessas experiências.

Em relação à comunidade negra, sua representação nos livros era caracterizada por estereótipos e desenhos caricatos. A criança negra era retratada de maneira inferiorizante e excluída da interação, já que o autor se dirigia exclusivamente ao público majoritário, composto por crianças brancas e de classe média.

> Percebemos dentro de creches e pré-escolas, crianças negras querendo ou seus cabelos lisos, ruivos, louros e negros escorridos, isto é, buscando a idéia do “belo” que lhe é passada através de um pouco excludente e preconceituoso, deformando a imagem que a criança negra faz de si e reforçando a negação de sua condição racial (SOUZA, 2005, p16)

Toledo (2006) e Teles (2008), realizaram estudos que abordam contos infantis com personagens de raça negra, analisando a formação da identidade na infância. Identificaram as dificuldades e a resistência das crianças negras em se reconhecerem nos personagens negros dos livros, enquanto a "belezura" branca, com características físicas como o cabelo, é supervalorizada. Isso evidencia que as crianças já fazem parte de um processo de formação de identidade que não valoriza sua origem étnica. Considerando que a identidade é influenciada pela forma como a pessoa é representada ou abordada, a criança negra, ao ser retratada de maneira negativa, pode moldar sua autoimagem de forma desfavorável, resultando em uma baixa autoestima.

Com base nas pesquisas de Toledo e Teles, é possível afirmar que a escola atua de forma epistêmica ao privar as crianças negras de reconhecerem elementos culturais positivos relacionados à religião e à herança de seus antepassados. Isso cria obstáculos para a formação de sua identidade, impedindo que se vejam como sujeitos plenos e cidadãos com direitos e responsabilidades, iguais a qualquer outra pessoa diante da lei, independentemente de suas características físicas e culturais, que, embora distintas, não são de maneira alguma inferiores.

> A instituição que em tese deveria educar respeitando particularidades e de forma a contribuir para uma sociedade mais justa termina por ensinar a dissimulação, a obrigação de rejeitar em si mesmos o que os diferencia da maioria. O silêncio sobre as diferenças contribui para que alguns aprendam a ignorar seus sentimentos e negar seus desejos. Afinal, como poderiam esses meninos conhecer em si mesmos algo que aprenderam a rejeitar e desprezar? (SILVÉRIO; ABRAMOWICZ, 2005, p.19)

Sejamos sinceros, a escola para as crianças negras é de uma violência imensurável. Isso precisa ser denunciado por todos os cantos, afinal, “o silêncio não protege ninguém”, como disse a escritora Audre Lorde (2019).

É importante ressaltar que, considerando suas especificidades e singularidades, tanto pessoais quanto do seu grupo étnico, a criança negra enfrenta diariamente a pressão da cultura branca, que determina como ela deve se vestir, a quem deve se assemelhar, como deve cuidar de seu cabelo e a desvaloriza por não se enquadrar nos padrões de branquitude.

> A escola ensina a criança negra a não aceitar a cor da pele, os seus traços físicos, a história de seu povo, a não querer ser negra. A cor negra, para vencer na escola, tem de fazer-se à imagem do branco, adaptar-se aos valores brancos (SILVA: MONTEIRO, 2000, p.81)

É evidente, então, a importância da formação da identidade da criança negra e o papel da escola nesse processo, que muitas vezes contribui para a desvalorização do sujeito negro por meio de diferentes formas de discriminação que já foram abordadas. Contudo, ao revisitarmos a temática da identidade, ainda precisamos explorar de maneira mais profunda a noção de identidade coletiva. Isso implica não apenas em refletir sobre a autoimagem da criança, mas também em entender como ela vê seu grupo de origem e as particularidades étnicas e socioculturais que o distinguem dos outros.

A identidade individual e a identidade social estão conectadas e influenciam uma à outra. Por essa razão, é fundamental considerar o papel da escola na construção da identidade coletiva das crianças.

Dessa forma, Jango (2019), defende que a educação deve estar em sintonia com a realidade étnica, cultural e social da criança, possibilitando que ela construa sua identidade, valorizando sua individualidade e seu grupo de origem, ao mesmo tempo que amplia seu repertório cultural e prática sua cidadania de maneira integral.(JANGO, 2019, p.75).

1.4 - Racismo

O racismo é caracterizado pela prática constante de discriminação. Dessa forma, não deve ser confundido com preconceito ou diferenças raciais, apesar de estarem interligados.

É possível afirmar que o racismo é fundador da discriminação racial quanto do preconceito racial , no entanto, mesmo sendo conceitos diferentes. Enquanto o preconceito racial é um juízo sobre alguém fundamentado em informações distorcidas e estereotipadas, a discriminação racial é a manifestação desse juízo. Para Almeida (2019), a discriminação está ligada ao tratamento desigual e segregador destinado a determinada pessoa. Segundo o autor,

> Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p.15).

De acordo com Almeida (2019), o racismo consiste em uma prática continuada e duradoura de exclusão. Os preconceitos, estereótipos e discriminações estão presentes na essência do racismo. Para o racismo ser presente, é preciso que a sociedade possua ideias preconcebidas amplamente difundidas e continuamente geradas sobre um grupo específico, além disso, é necessário que haja uma prática discriminatória de forma sistemática.

> Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial, e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019, p.15).

Partindo dessa reflexão, a essência do preconceito racial atribui características físicas e mentais a uma coletividade e promove a ideia de que tais características são hereditárias, impactando diretamente no modo como essas pessoas se comportam.

A origem do preconceito racial é antiga, datando de antes da concepção da teoria das raças na Europa, no século XVIII. No entanto, a teoria das raças foi um ponto de virada na história dessa forma de discriminação, pois a partir dela o racismo passou a ser justificado não mais por motivos culturais ou religiosos, mas sim pela suposta validação científica da época. Para Silvio de Almeida (2019),

> A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento

> diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta e indireta. A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça. Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato-, ou sobre a qual são impostas regras de "neutralidade racial". (ALMEIDA, 2019, p.16)

Caracterizada pela falta de intenção explícita de discriminação de indivíduos, essa situação pode ocorrer quando a regra ou costume não considera ou é incapaz de antecipar de maneira específica as consequências da norma. As práticas discriminatórias, tanto diretas quanto indiretas, ao longo dos anos resultam na formação de camadas sociais, estratificação social, um processo que se perpetua de geração em geração, influenciando o caminho de vida de toda a população de um determinado grupo - o que impacta suas oportunidades de ascensão social, de reconhecimento e de garantia de condições materiais. Nas palavras do autor,

> Como dito anteriormente, o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades especificas- bairros, guetos, bantustões, periferias etc.- e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos - como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são os exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid[4] sul africano e, para autora como Michelle Alexander[5] e Angela Davis[6], o atual sistema carcerário estadunidense. (ALMEIDA, 2019, p.19)

Para o professor e advogado Sílvio Almeida (2019), as ideias sem

[4] "Foi um regime político que ocorreu entre 1948 e 1994 na África do Sul. Esse regime foi sustentado por um partido de extrema-direita chamado Partido Nacional e se baseou no estabelecimento de uma legislação segregacionista, com o intuito de promover uma série de privilégios para a parcela branca da população."

[5] é advogada de direitos humanos, militante e defensora de grupos afrodescendentes nos Estados Unidos, professora das Universidades de Stanford e Ohio e protagonista do documentário "A 13ª Emenda", dirigido por Ava Duvernay

[6] é uma professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

embasamento científico, como a crença na hierarquia entre raças, foram utilizadas para legitimar atos desumanos, como o genocídio cometido na Alemanha durante a época nazista e a exploração de indivíduos ao longo de várias gerações. O preconceito racial costuma estar associado a planos políticos, mesmo que não sejam oficiais ou institucionalizados. É o caso do processo de escravização no Brasil (e em outras regiões do mundo), no qual a ideologia racista era utilizada como argumento para a exploração da mão de obra. Devido à percepção de inferioridade das pessoas negras, era justificável escravizá-las.

Para Munanga (1999) “As teorias que justificam o racismo não caíram do céu, têm origens míticas e históricas conhecidas”. Para o antropólogo, a raça é uma categorização social que utiliza elementos físicos, como pigmentação da pele, tipo de cabelo e características faciais, para agrupar os indivíduos de forma distinta. Essa classificação é uma combinação de elementos culturais, históricos e biológicos, e não possui fundamentos científicos, sendo influenciada por ideologias construídas ao longo da história. Kabengele ainda enfatiza

> O racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais de conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou, na realidade, são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e exclusão ficou intacto.(MUNANGA, 2000, p.29)

Para Achille Mbembe (2014), filósofo camaronês, o racismo é uma forma de dominação que se baseia na inferiorização daqueles considerados “diferentes” ou “inferiores”. Ele afirma que o racismo não é apenas um comportamento individual ou uma atitude pessoal, mas sim uma estrutura que está presente nas instituições, normas sociais e práticas cotidianas.

> essa maneira, a ideia de razão negra refere-se a “várias versões de um mesmo enredo, de uma mesma configuração, […] pois existe, historicamente, por mal ou por bem, um fator negro indissociável da nossa modernidade” (MBEMBE, 2014, p.65).

Um conceito primordial para a discussão sobre racismo desenvolvido pelo professor Sílvio Almeida (2019) é de que o racismo não se restringe a indivíduos, tampouco limita-se a questões morais. De acordo com o professor, o racismo é estrutural.

1.4.1 - Racismo estrutural

O Racismo Estrutural tem impacto significativo na vida de uma vasta quantidade de indivíduos tanto no Brasil quanto ao redor do mundo, é empregado para descrever a estrutura social que favorece certos grupos em detrimento de outros. Frequentemente, a questão racial é a que mais se destaca nessa estrutura, beneficiando principalmente os brancos em detrimento dos negros. (ALMEIDA, 2019).

Para Silvio de Almeida (2019)

> O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre as mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA,2019, p.27)

O racismo estrutural consiste em uma forma de discriminação enraizada na ordem social da comunidade. Em outras palavras, é uma prática social que está intrínseca na organização da sociedade. Tem suas raízes na história, decorrente da ausência de medidas e diretrizes que promovam a inclusão de negros na sociedade, e não em atos de discriminação ou preconceito. Como consequência, alguns setores específicos - no Brasil, os indivíduos de pele clara - foram beneficiados devido à exclusão de outras etnias na sociedade. Essa exclusão também se refletiu nas interações econômicas, políticas e culturais, assim como nas relações do dia a dia. Almeida enfatiza que:

> Embora do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilidade jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 28)

A análise estrutural do racismo destaca a importância dos indivíduos racializados, considerando-os como participantes essenciais de um sistema que, ao mesmo tempo em que permite suas ações, é constantemente moldado e renovado por eles. Os atos racistas nem sempre se manifestam por meio de insultos e atos discriminatórios, porém torna-se evidente ao analisarmos a realidade que nos cerca. A ausência de indivíduos negros em posições de liderança em organizações, a sub-

representação da comunidade negra na esfera política e nas artes são evidências do racismo sistêmico que persiste no Brasil.

1.4.2 Racismo institucional

O Racismo Institucional se manifesta quando funcionários enfrentam discriminação em razão de sua cor, cultura, religião ou etnia, resultando em ofensas no ambiente de trabalho ou dificuldades para exercer suas funções e avançar em suas carreiras.

Para Maria Aparecida Bento (2022), em um ambiente em que todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras e se veem como iguais, membros de um mesmo grupo. Essa presença exclusiva de brancos, aliás, faz parte da realidade da maioria das organizações públicas, privadas e da sociedade civil (BENTO, 2022, p. 73).

Esse tipo de discriminação racial se manifesta também por meio de políticas em companhias que proíbem determinados estilos de cabelo, como o black power, ou o uso de turbantes, além de comportamentos discriminatórios e ações desrespeitosas que acontecem no local de trabalho. Essas regras podem não ter a intenção de causar prejuízos; muitas vezes, resultam de tradições e normas históricas que beneficia um determinado grupo racial em detrimento de outros. Um exemplo claro dessa situação pode ser observado na educação, onde o racismo institucional se revela na disparidade de qualidade entre escolas situadas em áreas predominantemente brancas e aquelas em regiões majoritariamente negras. Alunos negros frequentemente enfrentam expectativas acadêmicas mais baixas e punições disciplinares mais rigorosas, o que impacta negativamente seu desempenho e desenvolvimento educacional.

> Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança e etc., precariza a vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negra da violência policial (BENTO, 2022, p. 76).

A noção de racismo institucional é fundamental, pois elimina a necessidade de debates sobre se uma organização ou seus membros demonstram, atualmente, discriminação em relação a negros e negras. O que realmente conta são os dados

objetivos e as estatísticas que evidenciam as disparidades.

Enquanto o racismo Institucional é aquele praticado no ambiente de trabalho, ou seja, a discriminação devido a cor, cultura, religião, entre outros, praticada nesses ambientes, o racismo Estrutural diz respeito ao racismo já enraizado na sociedade. É possível ver o racismo Institucional como uma consequência do racismo estrutural.

A Lei de Igualdade Racial, promulgada no Brasil em 2010, define princípios, orientações e normas com o objetivo de minimizar a desigualdade social e, consequentemente, enfrentar o racismo que dela decorre. A principal meta dessa legislação é "combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que afetam a população afrobrasileira, integrando a questão racial nas políticas públicas adotadas pelo governo" (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989).

Embora não exista um documento específico que trate do racismo estrutural de forma direta, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10) define as desigualdades raciais como condições injustificadas que resultam em diferenças no acesso e na utilização de bens, serviços e oportunidades, tanto no setor público quanto no privado.

O racismo institucional, também conhecido como sistêmico, exerce influência ao moldar, reforçar e afetar a configuração das estruturas e práticas do Estado, assim como de suas instituições e políticas públicas. Esse fenômeno se estende, ainda, às entidades privadas, perpetuando e aprofundando a questão racial.

No próximo capítulo, iremos discutir os impactos do racismo estrutural e institucional na infância, com ênfase nas crianças negras, além de ressaltar como essa criança é invisibilizada nas instituições escolares.

1.5 - O racismo escolar e o apagamento da criança negra

Não são incomuns os relatos de pessoas negras sobre como a escola foi ou é um espaço de dor e de experiências racistas. Ao contrário, pesquisa realizada em 2023 pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), contratada pelo Projeto SETA e pelo Instituto de Referência Negra Peregum[7] confirma a escola como um dos principais locais onde pessoas pretas são alvo de violência racial. Segundo dados da pesquisa, trinta e oito por cento (38%) das pessoas afirmam terem sofrido racismo na escola, percentual bem menor que os locais de trabalho (29%) e que espaços públicos (28%).

[7] Disponível em https://www.ipec-inteligencia.com.br/pesquisas/. Acesso em 16/04/2024.

Apesar dos instrumentos legais e dos registros de orientação educacional que buscam garantir a aplicação contínua e organizada de temas educativos, evidência que ainda ocorre de forma limitada, com o propósito de suprir as demandas do Sistema de Ensino no Brasil. Segundo Sueli Carneiro (2023),

> Enquanto a instituição educacional apresentar diversas maneiras de submissão e negação, a fonte de resistência provém da autoconfiança, da percepção do poder de tomar suas próprias decisões, dos modelos fornecidos pelas famílias e dos poucos profissionais negros com quem tiveram contato na infância, adolescência e juventude, bem como da preservação da memória coletiva. (CARNEIRO, 2023. p.308)

É possível notar um ritual pedagógico que reproduz a exclusão e a marginalização escolar de crianças e jovens negros. Segundo Luiz Alberto Gonçalves,

> Esse ritual nada mais é que o 'ritual pedagógico do silêncio' elimina dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e "impõe às crianças negras um ideal de ego branco" (GONÇALVES, 1987, p.28).

É possível relacionar a construção identitária positivada da criança negra ao reconhecimento, valorização e retomada da cultura e história negra, desconstruindo os estereótipos padronizados pela sociedade e, muitas das vezes, evidenciados nas salas de aula e nos livros didáticos. Na mesma medida, ao desconsiderar e desvalorizar a história e a cultura negra, a escola contribui para a perpetuação da discriminação e do preconceito, gerando, baixa autoestima e prejuízos para a identidade social" (ALGARVE, 2004, p. 16).

Achille Mbembe (2016) entende que as políticas que não consideram as especificidades de mais da metade da população que é negra evidenciam a anuência do Estado com a necropolítica[8]. A partir desse conceito, o autor denuncia que a necropolítica é uma política de morte, extinção e apagamento de todos aqueles/as que não têm o direito à vida plena, em que se mata o corpo e toda a possibilidade de existência (Mbembe, 2016). A educação tem a mesma responsabilidade de matar e deixar morrer, de fazer viver e fazer morrer, tanto em termos físicos quanto simbólicos. Ocorre que, por vezes, os discursos utilizados para validar essas políticas de segurança podem acabar reforçando alguns estereótipos, segregações, inimizades e até mesmo extermínio de determinados grupos. Dessa ideia, surge a expressão "necropolítica", que questiona se o Estado tem ou não "licença para matar" em prol de

[8] É um conceito filosófico alicerçado sobre a teoria de que as políticas governamentais de Estado buscam controlar quem deve viver ou morrer a partir de aparelhos sociais públicos.

um discurso de ordem. (Mbembe, 2016). O negro é o grupo com menor acesso à educação formal, e, quando esse acesso é possível, o atendimento não é satisfatório, seja devido à falta de infraestrutura adequada das instituições, à falta de meios que permitam uma melhor aprendizagem, como a remuneração de professores e funcionários, ou à inexistência ou insuficiência de escolas em áreas de exclusão social.

Nessa linha, outro importante conceito a ser considerado é o de necroeducação[9]. De acordo com Silva (2019), a necroeducação se manifesta quando percebemos a exclusão, a marginalização, a desumanização e o silenciamento dos estudantes negros, bem como sua sub representação no sistema de ensino, quando se permite que aqueles que se deseja eliminar pereçam. Existe uma estratégia de extinção do conhecimento, cultura, imagem e identidade negra presentes nas diretrizes escolares, nos programas educacionais, nas atividades diárias em sala de aula, nos discursos dos educadores, na estrutura e no funcionamento das instituições (SILVA, 2019, p. 68).

Dessa forma, a necroeducação é fundamentada em uma lógica que tem como objetivo não somente perpetuar o racismo estrutural da sociedade, mas também implementar uma política que permita o assassínio do negro em suas diversas formas, o que é legitimado política e socialmente. A necroeducação é fundamentada em bases científicas que contribuem para a perpetuação da guerra racial e da morte simbólica do indivíduo negro na educação.

Mbembe (2016) denomina essa prática de epistemicídio como um dos mecanismos para matar a população negra, uma vez que, além da desigualdade e das injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, existe um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo como ele é e as epistemologias que lhes são próprias.

Desse modo, o indivíduo negro está morto de forma completa dentro do sistema educacional. Ou ele não está presente fisicamente, intelectualmente ou historicamente, ou é colocado no lugar daquele que seria facilmente descartado.

Taylor (1994) afirma que o apagamento de uma dada população, no caso a negra, causa danos inconversível, de que ser negro não é motivo de vergonha, como é posto a todo momento. Sendo assim, a criança negra segue negando sua identidade diante das perversidades ouvidas nos diferentes espaços, seja ele escolar, social, diversão e mídias, adquirindo traumas e somatizando dores.

[9] consequências da eliminação dos corpos negros dos espaços escolares

Na maioria das escolas, o ambiente e a aprendizagem são construídos com base em uma visão eurocêntrica e branca, o que pode resultar em uma exclusão e invisibilidades das identidades e vivências das crianças negras. Isso pode se dar por meio de currículos que ignoram as contribuições históricas e culturais afrodescendentes na falta de professores negros e em práticas discriminatórias sutis ou explícitas.

Valéria Algarve (2004) defende que, para ofertar um ensino significativo a todos os alunos, é necessário que os professores tomem consciência da importância em trabalhar as diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira e tenham o devido preparo para fazê-lo. Para tanto é necessário uma preocupação do setor público e da sociedade organizada no sentido de promover ações que favoreçam a produção e fornecimento de materiais e textos didáticos adequados para a organização e desenvolvimento do trabalho no decorrer do ano, e não apenas exijam ações pontuais uma ou outra vez por ano, sem que essas tenham significado para os alunos. (ALGARVE, 2004, p. 17).

Algarve (2004) destaca a importância do professor e da escola no processo de reconhecimento do aluno negro enquanto indivíduo e grupo social. Ela alerta sobre a necessidade de uma abordagem problematizadora que privilegie igualmente as diversas culturas existentes na sociedade. Em seu estudo, a pesquisadora afirma que esta abordagem é necessária também na formação do corpo docente, o que permitiria ao professor o acesso aos conteúdos e ao conhecimento de posturas metodológicas que lhe possibilitam uma atuação em prol da valorização do multiculturalismo.

A atuação do educador na formação da identidade da criança negra nas instituições de ensino é fundamental, pois a escola representa um ambiente de grande importância, onde são compartilhados princípios, saberes e visões de mundo. De acordo com Rocha (2022), é evidente que diversos docentes estão se empenhando em abordar de forma eficaz a questão racial dentro do ambiente escolar (ROCHA, 2022, p. 36).

A criação de espaços de diálogo e escuta nos quais as crianças possam expressar suas experiências e experiências em relação à sua identidade racial é indispensável. É importante que elas se sintam valorizadas e representadas nos conteúdos curriculares e nas práticas pedagógicas, para que possam construir uma identidade positiva e se desenvolver plenamente.“ A qualidade das relações sociais oportunizadas na infância influencia a imagem que a criança elabora de si mesma na formação de sua identidade e na sua forma de ser e estar no mundo”. (CARRIJO,

2018, p. 48).

Segundo Carrijo (2018), o sujeito como ator social, desenvolve-se desde a infância. Aprender a valorizar as diferenças raciais de forma positiva, nessa fase da vida, abre novas perspectivas de subjetividade.

Para a pesquisadora e professora Rosa Margarida Carvalho Rocha,

> Concretizar nas escolas, portanto, um reposicionamento trazendo para o cotidiano práticas pedagógicas que sejam emancipatórias e antirracistas, tornando as questões étnico raciais elementos inerentes ao currículo, em conhecimento, torna-se uma urgência. (ROCHA, 2022. p. 24).

A educação antirracista é fundamental para o fortalecer a autoestima, identidade e inclusão da crianças negras, e tem como objetivo combater todo e qualquer tipo de discriminação racial, promover a igualdade e justiça social, desenvolver habilidades críticas e reflexivas.

Nessa mesma busca de compreensão e análise, Teles (2005), em seu artigo publicado na Revista Anagrama intitulado Linguagem Escolar e a Construção da identidade e Consciência Racial da Criança Negra na Educação infantil, a pesquisadora explora a influência da linguagem na formação da identidade e conscientização racial em crianças negras. Foi observado que a falta de discussão tem um efeito significativo no entendimento da questão racial na educação, resultando em consequências negativas. E assim seguimos com Souza et al (2007), discutindo a constituição da identidade da criança negra por meio das interações sociais. Primeiramente, a família é apontada como o primeiro ambiente social no qual a criança participa e absorve valores que moldam sua visão de mundo. Além disso, ao ingressar na escola, a criança negra se depara com as representações individuais e coletivas, o que contribui para a construção de sua autoimagem.

2- A busca por uma educação antirracista

A busca por um ensino que enfrente o racismo no Brasil é uma trajetória histórica e contínua. No período colonial, de 1500 a 1822, o acesso à educação por indígenas e africanos foi restringido, com a instrução religiosa sendo uma das raras modalidades de ensino permitidas para essas populações.

Durante o império, entre 1822 e 1889, diversas legislações foram criadas, dentre as quais se destaca a lei do ventre livre, que determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos após a sua promulgação seriam considerados livres. Contudo, essa legislação não incluía medidas públicas voltadas para a educação dessas crianças, que continuaram a trabalhar nas plantações nas mesmas condições em que estavam os jovens escravizados. Nesse contexto, foi fundado o Colégio Pedro II em 1837, onde o acesso dos negros era restrito, ao passo que surgiam os movimentos abolicionistas que buscavam a educação e a emancipação.

> Os movimentos abolicionistas, em especial o movimento negro foi o principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, compreendidas como políticas de correção de desigualdades raciais desenvolvidas pelo Estado brasileiro. É também o Movimento Negro responsável por trazer a arte, a corpareidade, o cabelo crespo, as cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade. (GOMES, 2017, p.18)

Nos próximos capítulos, será exposta toda a relevante atuação dos movimentos negros na busca por uma educação que combata o racismo, promovendo a equidade e a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

2.1- A Educação do Negro no Brasil e o Papel dos Movimentos Sociais Negros

Pensar a educação enquanto um direito social previsto em lei, requer uma análise cuidadosa sobre o papel político e social que a educação representa historicamente em nosso país, em especial, sobre a suposta igualdade de oportunidades oferecidas à população em geral.

Em se tratando da população negra brasileira, a brutal disparidade que existe hoje em comparação à educação dos brancos é um fato amplamente comprovado por diversas pesquisas. Uma das instituições, como meio de comprovação, reafirma a

baixa escolarização da população negra em realação a população branca é o PNAD (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio - IBGE) - “O alunado negro, em comparação ao alunodo branco, apresenta um indice maior de exclusão e reprovação escolar (CAVALLEIRO, 2020, p. 32).

Temos, portanto, que a educação não é oferecida de forma equânime a todos os grupos sociais. Em se tratando especificamente da população negra, o passado da instrução foi – e ainda é – marcado pela exclusão e pela desigualdade em relação à população branca, o que tem raízes históricas.

Um breve resgate histórico permite-nos constatar que a educação brasileira sempre foi um projeto político disputado pelos interesses das classes sociais. E a rigor, a classe hegemônica coloca em vigor seu projeto educacional, apresentando-se como consenso para o ideal de Nação (GHIRALDELLI JR, 2001). Desde tempos coloniais, o acesso à educação básica foi negado à população negra escravizada trazida ao Brasil. Negros eram proibidos de aprender a ler e escrever, o que era visto como uma ameaça ao sistema escravista.

A constituição Imperial de 1824 assegurava direito à educação primária gratuita a todos os cidadãos, exceto os escravizados. A negativa de direito à educação formal para a população negra foi reafirmada em 1827, com a publicação da primeira Lei Nacional sobre instrução pública, que não fazia qualquer menção à educação escolar da população negra (SAVIANI, 1999).

Em 1837, foi sancionada a primeira Lei nº 1, de 14 de janeiro de 18337, do Império, que proibia a todos considerados portadores de moléstias contagiosas e os escravos e pretos africanos de frequentar a escola, deixando determinado para quem era a escola no país. Essa lei foi um dos principais obstáculos para a educação de negros no Brasil durante o período imperial.

O Decreto n.º 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, instituiu a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de sete anos e gratuidade das escolas primárias e secundárias da Corte, mas proibia “crianças com moléstias contagiosas e escravas” de ingressarem na escola. A Reforma Couto Ferraz, tratou da educação dos negros, tornando gratuito o acesso destes às escolas primárias e secundárias, com exceção dos escravos, que não poderiam ser admitidos em nenhum nível de ensino. No entanto, conforme destacam Santana; Moraes (2009) e Domingues (2007), apesar de ter sido uma conquista, o decreto de 1878 – que permitia a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos –, seguida da reforma do Ensino Primário e Secundário de

Leôncio Carvalho (que instituiu a obrigatoriedade do ensino entre os sete aos catorzes anos, além da permissão da inserção dos escravos nas escolas públicas), a legislação deixava de fora mulheres negras, libertas ou não, e os escravizados.

Avançando para o período imperial, a escola educava a partir de um modelo eurocêntrico de ensino, combatendo a cultura popular e incentivando a utilização de comportamentos “adequados”. Esse sistema de ensino atingia, apenas, uma parcela pequena da população, dentre elas o acesso de negros libertos. Apesar disso, estes enfrentavam grandes dificuldades de permanência nas escolas, como a pobreza e a discriminação social e racial.

As primeiras décadas do pós-abolição e a Proclamação da República, em 1889, foram decisivas para o futuro da população negra no Brasil. Num contexto extremamente adverso, no qual o analfabetismo predominava em mais de dois terços da população negra – vitimada pela discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca – não era possível se falar em cidadania. De acordo com Domingues (2016), para melhorar a situação de pessoas negras

> (...) um grupo das “pessoas de cor” logo percebeu que era necessário unir-se e lutar coletivamente, por meio de reivindicações e projetos pela conquista de respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação. Dessas bandeiras de luta, uma das prioritárias foi a da defesa da educação. Afinal, o analfabetismo era um dos principais problemas que assolavam a “raça negra”. (DOMINGUES, 2016, p. 330)

As associações negras surgidas nas primeiras décadas do século XX compreendiam a educação como um caminho para a resolução dos problemas da população negra na sociedade brasileira. Conforme afirma Pinto (1993), tais associações entendiam a educação como “uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de combater o preconceito” (PINTO, 1993, p. 238).

No final do século XIX, começaram a aparecer algumas iniciativas voltadas para a educação dos negros, como as escolas noturnas destinadas a adultos. Contudo, essas instituições eram rudimentares e não conseguiam atender adequadamente à demanda. Ademais, o racismo tornava mais difícil a inclusão dos negros no sistema educacional.

No Brasil no final do século XIX, as manifestações em favor da abolição eram intensas e uma significativa parte da população negra já havia conquistado a liberdade. Foi nessa época que surgiu a denominada imprensa negra, que denunciava

a escravidão e promovia o abolicionismo. De acordo com Fraga e Albuquerque (2009, pp. 87-88), durante esse período, a literatura brasileira começou a incluir a contribuição de autores negros, como Machado de Assis.

No começo do século XX, surgiram as primeiras instituições de ensino públicas voltadas para a população negra, conhecidas como Escolas Normais. O principal intuito dessas escolas era capacitar educadores negros, com o propósito de que pudessem ensinar nas suas comunidades e ajudar na formação dos jovens.

2.2 - Os Movimentos Sociais Negros e sua luta pela Educação

Em se tratando da história da população negra no Brasil, duas palavras marcam essa trajetória: resistência e luta. Afora a importância das organizações de negros cativos e os aquilombamentos, além dos movimentos abolicionistas, falar de educação da população negra atualmente requer destacar a importância da luta e enfrentamentos dos movimentos sociais negros contemporâneos e suas conquistas, fazendo avançar, mesmo que ainda haja um longo caminho a ser trilhado, os direitos e a legitimação da cidadania do povo preto.

O movimento negro (MN) é um conjunto de organizações sociais que atuam no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, buscando melhorias para a população negra. Como salienta Gomes (2017),

> O movimento negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe trato emancipatório e não inferiorizante (GOMES,2017, p. 21).

Para a autora, o movimento afrodescendente é composto por diversas organizações sociais que combatem a desigualdade racial, buscando a igualdade e melhorando as condições de vida da população negra. Além de sua atuação no Brasil, essa luta também é presente em diversos outros países, como nos Estados Unidos e na África do Sul.

A trajetória do movimento negro no Brasil está diretamente relacionada à batalha dos negros contra a discriminação racial e teve início no período da colonização, durante a luta contra a escravidão. Após a abolição, o movimento negro foi fundamental na luta contra o racismo e na conquista de diversos direitos, incluindo a criminalização do racismo. “No caso do Brasil, o MN ressignifica e politiza

afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais" (GOMES,2017, p. 2).

Além disso, o MN brasileiro tem como objetivo resgatar o legado cultural dos afro-brasileiros, lutando para que essa cultura seja valorizada aqui, de modo que toda sociedade compreenda a sua importância. "Não é de hoje que o movimento social afro-brasileiro entende que a educação constitui um setor de ação prioritário para a transformação social". (NASCIMENTO, 2001, p.121).

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia, e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 17).

2.2.1 - Frente Negra Brasileira (FNB)

A disseminação da imprensa negra em São Paulo contribuiu para a criação da Força Negra Brasileira em 1931, que é considerada o primeiro movimento de ativismo negro na história do Brasil após a abolição. A FNB denuncia o racismo e defende condições mais adequadas para os indivíduos negros. Chegou a ter muitos membros com finalidade de congregar, educar e orientar. Foi fundada em 1931 em São Paulo com o objetivo de se tornar uma entidade nacional. Possuindo diversos departamentos, oferecia educação e entretenimento aos seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. Em 1937, devido ao decreto assinado por Getúlio Vargas que tornava todos os partidos políticos ilícitos. "A frente negra pode ser vista como uma articuladora e organizadora de conhecimentos emancipatórios, sobretudo os políticos, sobre a situação dos negros brasileiros naquela época" (GOMES, 2017, p. 30).

Em 1944, no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento e sua esposa Maria do Nascimento fundaram o Teatro Experimental do Negro (TEN). A ideia surgiu depois de assistir a uma peça em que o protagonista negro era interpretado por um ator branco vestido de preto. "O TEN nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgia negros e resgatar a herança africana na sua expressão

brasileira”(GOMES, 2017, p. 30).

Foi o TEN quem, pela primeira vez, levou um indivíduo negro ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro como um artista principal. Até então, um ator negro só era permitido a entrar no aristocrático palco carioca se desempenhasse um papel secundário e fosse estereotipado como bufão ou escravo.

O TEN ensinava os seus primeiros membros recrutados entre trabalhadores, empregadas domésticas, moradores de favela sem emprego específico, funcionários públicos simples, e proporcionava-lhes uma postura renovada, um padrão único que os permitia questionar o lugar ocupado pela comunidade negra na sociedade. Segundo Abdias (2004) o TEN teve uma importante atuação nas reivindicações para o ensino gratuito:

> A reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário - onde esse segmento étnico racial não entrava devido a imbricação entre discriminação racial e pobreza - , o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro ao longo da história eram pontos importantes do programa educacional dessa organização (NASCIMENTO, 2004, p. 209)

2.2.1.1 - Movimento Negro Unificado- MNU

Foi no final da década de 1970 que o Movimento Unificado Negro foi criado. O surgimento desse grupo ocorreu em meio a eventos que denunciavam o racismo presente na sociedade brasileira. Em 07 de julho de 1978, alguns acontecimentos foram essenciais para o fortalecimento do MNU contra a discriminação racial, entre eles a discriminação sofrida por quatro jogadores de vôlei por parte do Clube Regatas do Tietê, o assassinato do operário Nilton Lourenço e a prisão e assassinato do feirante Robson Silveira da Luz em uma delegacia.

O movimento mudou o nome para Movimento Negro Unificado (MNU). Este grupo se colocou como uma frente de defesa dos negros no Brasil em questões políticas, sociais, culturais, econômicas e outras.

Em 18 de junho de 1978, em São Paulo, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR). Ele foi rebatizado posteriormente como Movimento Negro Unificado (MNU), em dezembro de 1979, nome que conserva até hoje (Pinho,2003).

A fundação do MNU ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal, em São

Paulo, atraindo milhares de pessoas. A partir daí, o grupo se consolidou como um importante ator na luta contra a discriminação racial no Brasil. Dentre as prioridades defendidas pelo MNU, destacam-se: a luta contra a violência policial, o desemprego e a informalidade, que afetam significativamente a população negra, e a valorização da cultura negra no Brasil.

> [...] Com o processo de reabertura política e redemocratização do país (Assembleia Nacional Constituinte, promulgação da Constituição Federal de 1988), outro perfil de Movimento Negro passou a se configurar, com ênfase especial na educação. [...] (GONZALES & HASENBALG, 1981)

Para Gonzalez e Hansenbalg (1981), o foco principal da luta pela igualdade racial aqui e a construção de uma sociedade onde os negros tenham acesso às mesmas oportunidades que a população branca.

No início dos anos 1990, a luta do MN em relação ao acesso à educação apresentava um discurso mais universalista. Entretanto, à medida que este movimento percebeu que as políticas públicas de educação, que são universais, não atendiam à grande maioria da população negra, seu discurso e suas reivindicações foram mudando. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergem como uma possibilidade e passam a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas (GOMES, 2017, p.33).

O engajamento do movimento negro e sua participação política no Brasil resultaram em uma série de conquistas, como a demarcação de terras quilombolas pela Constituição Federal de 1988 e, nos anos 1990, a luta pelo acesso à educação adotou uma abordagem mais abrangente. Contudo, diante da constatação de que as políticas educacionais, apesar de serem universais, não beneficiam a maioria da população negra, houve um aprimoramento em seus objetivos e reivindicações (FERNANDES, 1964; QUILOMBHOJE, 1998).

Em 27 de agosto de 1986, foi enviado pelo MNU, um documento contendo requerimentos para o Congresso Nacional e a Constituinte, bem como a reivindicação para a inclusão do ensino de História da África no currículo escolar. Propôs, dentre outras coisas, que todos os elementos da cultura brasileira fossem respeitados pelo processo educacional, além de instituir a obrigatoriedade do ensino da História da África e negros no Brasil nos currículos escolares em todos os níveis de ensino. Da instauração da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, até a promulgação da Lei em outubro de 1988, foi fundamental a participação da sociedade

civil, em especial dos movimentos negros, nas reivindicações sugestões para o texto Constitucional. Além disso, a luta dos negros contribuiu sobrmaneira na aprovação de leis e políticas públicas aprovadas entre as décadas de 1990 e 2000.

Na Constituição Federal de 1988, o Art. 216 chama atenção para os bens de natureza material e imaterial e no inciso I, § 1° do Art. 242 encontrarmos referência ao que deve ser levado em consideração no ensino da História do Brasil:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira
> Art. 242 § 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB 9394/96. É estabelecido que os currículos contemplem as questões relacionadas à história de negros e indígenas nos sistemas educacionais. No entanto, a garantia de acesso igualitário às narrativas e tradições que compõem a nação brasileira não é efetiva.

Com a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 1999), a temática das relações étnico-raciais foi introduzida nessa etapa da escolarização.

Em 09 de janeiro de 2003 é sancionada a Lei 10.639, aprovada no Congresso Nacional, prevendo a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica. A promulgação da Lei foi comemorada como uma importante decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.

> Com esta medida, reconhece seque, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a História e Cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da História e Cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática". Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER, outubro de 2004).

A alteração da LDB no 9.394 (Brasil, 1996) pelo texto da Lei 10.639/2003 obriga os sistemas de ensino a assegurar que os currículos contemplem a história dos negros e indígenas. Em especial em seus artigos 26, 26-A e 79-B, é garantido o direito

à igualdade de condições de vida e cidadania. No entanto, essa ainda não é uma realidade nas instituições de ensino do Brasil.

Outra importante conquista dos movimentos sociais negros é a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece que universidades e institutos federais de educação reservem no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para alunos pretos, pardos, indígenas e quilombolas, oriundos do sistema público de ensino. A implementação de políticas de reserva de vagas foi introduzida no Brasil com o intuito de promover a igualdade de oportunidades entre diferentes grupos sociais, combatendo desigualdades relacionadas à raça, classe social e condição econômica no ingresso em instituições de ensino superior e concursos públicos.

Conforme constatamos, a história do negro na inserção da escola é marcada por lutas e conquistas, mas ainda há um longo caminho a percorrer para a equidade de oportunidades educacionais para todos. É necessário continuar lutando pela inclusão e valorização da educação afrocentrada, que resgate a história e cultura negra e contribua para a construção de uma sociedade mais igualitária.

2.3 - Lei 10.639/2003: o que alterou no ensino aprendizagem e nos currículos escolares.

A implementação da Lei 10.639/2003 acende novas esperanças para a luta antirracista e para a renovação da qualidade do ensino no Brasil. É importante destacar o enfrentamento dos movimentos sociais ao elaborar uma série de táticas pelas quais os grupos populacionais considerados distintos passaram a se destacar politicamente pelas suas particularidades, cobrando que sejam tratadas de maneira justa e igualitária e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a pluralidade do gênero humano.

A escola é o local onde as diferentes gerações se encontram e é nas discussões sobre o currículo que estão os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos e alunas. (MEC/SEPRIR, 2004).

Analisar a aplicação da Lei 10.639/03 significa reconhecer um progresso significativo no que diz respeito às questões étnico-raciais e como elas impactam o dia a dia. É ter ciência de que as ações afirmativas, apesar de todas as críticas, resistências e obstáculos, estão, de alguma maneira, sendo efetivadas. Como afirma Moore (2007), a implementação de uma lei pioneira como essa “abriu uma nova porta

para a sociedade inteira reavaliar as bases da função do Brasil, como entidade histórica nos tempos modernos, e reconsiderar as relações étnico-raciais nele travadas" (MOORE, 2007, p. 270).

Nesse contexto, Araújo (2015) salienta a relevância de compreender a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em função da Lei nº 10639/03, permitindo que os alunos, sobretudo os negros, superem a visão eurocêntrica do mundo, estimulando um ambiente afetivo de diversidade e cultura no interior do espaço escolar. Ao enfatizar a importância da identidade cultural do povo brasileiro, apresentando o multiculturalismo como um fator que representa a cultura nacional construída ao longo do processo de formação da sociedade, mesmo que, em alguns momentos da história, algumas culturas foram sufocadas e marginalizadas - essa perspectiva, no campo educacional, mostra que não é possível promover uma educação emancipadora sem se envolver nas relações entre cultura, identidade e educação.

No entanto, a Lei também trouxe novos desafios à prática docente, o que determinou uma movimentação em prol da qualificação profissional que pudesse estabelecer os parâmetros para a efetividade no modelo de ensino voltado às propostas de valorização da diversidade cultural, especialmente, em relação à cultura afro-brasileira.

> As mudanças provocadas por essa alteração da LDB nos sistemas de ensino, desde 2003, são várias. Mesmo que tenhamos ainda muitas resistências de instituições educativas na implementação da lei, é fato que a partir da institucionalização da temática como política educacional de Estado, essa tem possibilitado desdobramentos políticos e pedagógicos nas educações básicas e superior, na formação inicial e em serviço das educadoras e dos educadores; estimulando o incremento de pesquisas sobre o tema; possibilitando a construção de editais públicos para a implementação da legislação; indagado sobre os currículos e interferido neles; e também contribuído com a formação de subjetividade mais afirmativas.(Gomes, 2020,p.238)

Mesmo com todos os progressos alcançados pela mencionada Lei, ainda é preciso dar passos significativos para alcançar uma verdadeira igualdade na educação. Para isso, precisamos superar os obstáculos do privilégio branco que nos limita e percorrer de forma genuína os rumos da educação livres da influência do eurocentrismo presente nos conteúdos escolares. É evidente que houve uma tentativa por parte de certos profissionais da área educacional (educadores, gestores) para promover a Lei 10639/2003. No entanto, a hegemonia da população branca ainda exerce uma forte influência na correta aplicação da Lei e no fortalecimento dos

currículos eurocentrados.

Aprender a história e cultura afro-brasileira na escola é, sem dúvida, uma ferramenta valiosa para promover a igualdade racial e combater o racismo. Nesse aspecto, a Lei em questão promoveu a igualdade entre os indivíduos negros e brancos, incentivando a equidade em meio à diversidade. No entanto, é preciso que seja efetivamente aplicada, uma vez que

> [...] Só lei não mudará uma situação desigual entre negros e brancos no país e uma história educacional que não privilegiava outro lugar aos negros a não ser o “tronco “, ou seja, o negro como escravo, deixando de lado todo a legado africano que constituiu a formação da nacionalidade e da sociedade brasileira. (Araújo, 2015, p.7)

Dessa forma, o desafio a ser enfrentado pela escola é repensar sua organização e seu planejamento a fim de efetivar as diretrizes previstas na Lei, além de preparar os educadores para o trato com o racismo e a ruptura com o eurocentrismo histórico dos currículos. Como afirma Rocha (2022),

> É preciso considerar a tarefa desafiadora que deverá ser assumida pela escola de contextualizar-se no tempo; replanejar, ressignificar conteúdos e inovar em suas práticas, sintonizando o pensar e o fazer de acordo com as proposições colocadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (ROCHA. 2022.p.35)

Gomes (2001), reafirma a relevância de se investir em educação, capacitando os professores para lidar de forma diligente com as questões da diversidade étnica e racial, bem como para elaborar estratégias pedagógicas que ajudem a reduzi-las. A instituição escolar não é somente um lugar que ensina e aprende de forma formal, mas também é um lugar de socialização, construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e formação integral dos alunos.

Dessa forma, é crucial melhorar o embasamento teórico e prático, estimular o intercâmbio de informações e vivências entre os pares, com o objetivo de expandir as oportunidades. Não se pode tolerar que a instituição de ensino e seus professores escolham o improviso como estratégia para uma educação verdadeiramente antirracista. Assumir a responsabilidade de planejar é fundamental para prevenir eventuais adiamentos.

Adicionalmente, é fundamental que os docentes estejam capacitados para abordar as temáticas raciais de maneira sensata e consciente. Para Cavalleiro (2020), o silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual

pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade (CAVALLEIRO, 2020. p.33)

O desenvolvimento de uma consciência antirracista por parte dos educadores é indispensável para que eles possam reconhecer e combater o racismo em sala de aula, além de criar um ambiente seguro para todos os alunos, sem distinção de cor.

Em uma pesquisa para o artigo, foi realizada a busca no periódico da Capes nos artigos sobre a lei 10.639/2033 e os vinte anos de sua promulgação e quais foram os avanços. O número de artigos foi bem restrito, selecionamos cinco artigos que contemplaram os critérios que determinamos nas palavras chave:avanços após 20 anos da lei 10.639/03, educação, criança negra , a partir da busca foi feito uma análise minuciosa nos artigos.

2.3.1- Lei nº 12.711/12 - Lei de Cotas

Diversas iniciativas foram empreendidas pelo Movimento Negro visando aprofundar os processos de ressignificação e politização da questão racial, resultando em transformações na estrutura do Estado, incluindo a criação de secretarias. Além disso, a implementação de políticas de ação afirmativa nas universidades, especialmente através das cotas raciais, é um desdobramento desse movimento social que começou a tomar forma nas discussões promovidas por Abdias do Nascimento (1914-2011)

No Projeto de Lei 1.332, apresentado em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento sugeriu uma série de ações governamentais voltadas para compensar desigualdades, “com o objetivo de garantir a igualdade social para a população negra em relação a outros grupos étnicos no Brasil, conforme disposto no Art. 153, parágrafo 1º da Constituição Federal”. Dentre as iniciativas sugeridas, estavam a criação de cotas para homens e mulheres negras, possibilitando seu acesso ao ensino público e privado, bem como à ocupação de vagas no setor privado e nas administrações públicas; concessão de bolsas de estudo em todos os níveis; garantia de salários equivalentes para funções similares; inclusão de disciplinas sobre história e cultura africana e da diáspora nas grades curriculares; implementação de cursos de formação antirracista para policiais; coleta de dados detalhados em pesquisas do IBGE

e do Ministério do Trabalho; e supervisão da aplicação das políticas em colaboração com a sociedade civil.

Três décadas atrás, a sugestão parecia completamente irracional. A noção de implementar políticas públicas voltadas para a igualdade racial não era discutida; o que se destacava era a negação contundente do racismo em prol de uma questão vista unicamente como "social".

Nos anos subsequentes, estudos realizados por instituições oficiais, como o IPEA, corroboraram a presença e a continuidade das desigualdades raciais, evidenciando a necessidade de políticas públicas para enfrentá-las. Com o início do século XXI e a realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e outras formas de Intolerância, essas iniciativas começaram a se estruturar. No entanto, a controvérsia em torno das cotas para o ingresso em universidades públicas permaneceu e se agravou, especialmente com a veiculação de manifestos e campanhas por parte da mídia. Um dos principais pontos levantados é que a nova legislação geraria conflitos ao estabelecer um critério racial genético-biológico que nunca teve fundamento na realidade brasileira.

Esse argumento, oferecido por cientistas sociais, revela a fragilidade de sua fundamentação ao desconsiderar uma premissa chave: a ideia de raça, neste contexto, não se funda em aspectos biológicos ou genéticos. É, na verdade, uma construção de natureza social. Em textos que foram elaborados há mais de trinta anos, Abdias Nascimento sublinhou a importância dessa questão: “Um aviso para os que se mostram curiosos, mal-intencionados ou apressados em opinar: o termo raça, conforme está sendo usado aqui, deve ser entendido apenas sob os prismas da história e da cultura, e não através da noção de pureza biológica." Um pouco adiante, ele reafirma: “Reitero a advertência para aqueles que têm preocupações maliciosas, para os leigos e racistas: nesta obra, a expressão raça possui unicamente um significado histórico e cultural. A ideia de uma raça biologicamente pura não existe e nunca existiu.” De fato, Abdias Nascimento e outros pensadores negros do século XX, como W. E. B. Du Bois, estavam décadas à frente ao desenvolver o conceito de raça como uma construção social, que atualmente é amplamente discutido nas ciências sociais.

Em 2006, um grupo de 740 indivíduos assinou um manifesto que foi apresentado ao Senado, defendendo as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, em resposta a uma carta de 113 cidadãos neoracistas que se opunham às leis raciais. O conteúdo desse manifesto manteve sua relevância em 2010, quando o Estatuto da

Igualdade Racial foi aprovado com a sanção do presidente, conforme os termos acordados no Senado. O ensaio a seguir é uma introdução escrita por Abdias Nascimento a pedido dos organizadores da edição planejada do Manifesto, cujo texto é reproduzido em sequência. Acredito que as ideias expressas neste prefácio ainda são pertinentes atualmente, pouco depois da promulgação da Lei de Cotas de 2012.

Abdias Nascimento, em colaboração com o movimento negro, dedicou-se intensamente para inserir a questão da discriminação racial nas discussões políticas do Brasil. Contou com poucos apoiadores, entre os quais se destacava Leonel de Moura Brizola, que havia fundado o Partido Democrático Trabalhista e era governador do estado do Rio de Janeiro na época.

A década de 1990 foi um período em que a temática ganhou destaque nas discussões políticas. O tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, foi um marco importante, culminando na realização da Marcha a Brasília Contra o Racismo e pela Vida. No ano seguinte, em 1996, ocorreu em Brasília o seminário "Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos", promovido pela Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça. Posteriormente, o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um grupo de trabalho interministerial sob a coordenação do sociólogo Hélio Santos.

Anteriormente à sanção da lei federal nº 12.711/2012, chamada de Lei de Cotas, o movimento que defendia a implementação de políticas de ações afirmativas já estava conquistando visibilidade em várias instituições de ensino superior públicas.

O primeiro vestibular que considerou aspectos socioeconômicos e raciais ocorreu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) em 2002. No mesmo ano, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) seguiu esse modelo. Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) se destacou como a primeira instituição federal a implementar o sistema de cotas.

Essas ações foram adotadas por diversas instituições de ensino superior públicas, embora tenham enfrentado objeções. Em 2009, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi proposta ao Supremo Tribunal Federal (STF), desafiando a legalidade e a eficácia dessas políticas de ações afirmativas. Em um marco significativo para os movimentos sociais que apoiavam as cotas, em 2012 o STF decidiu por unanimidade a favor da legitimidade dessas iniciativas.

A Lei de Cotas, oficialmente chamada de Lei nº 12.711/2012, foi promulgada em 29 de agosto de 2012 pela Presidenta da República Dilma Rousseff, define uma

cota de vagas em universidades e outras instituições Federais para alunos que completaram o ensino médio unicamente em escolas públicas. Esta medida visa enfrentar desigualdades históricas e fomentar a inclusão social, aumentando a diversidade nas instituições educacionais. Em 2023, a Lei de Cotas foi renovada com a promulgação da Lei 14.723, que já está em vigor. Entre as mudanças mais relevantes, destaca-se a inclusão de quilombolas nas vagas reservadas, a redução da renda familiar máxima para participação nas vagas destinadas e a norma que determina que os concorrentes poderão se inscrever para essas vagas apenas se não alcançarem as notas exigidas para as vagas de ampla concorrência.

A Lei de Cotas assegura que 50% das vagas nas universidades e instituições públicas de ensino superior sejam ocupadas por estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas. A outra metade é aberta à concorrência geral. Este mecanismo visa diminuir a desigualdade social, fomentar a diversidade e a inclusão nas instituições de ensino superior, corrigir a exclusão histórica de grupos como negros e indígenas, e oferecer um futuro mais favorável para indivíduos que enfrentam maiores dificuldades sociais e econômicas. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Ademais, Levamos uma década para que as quotas fossem oficialmente estabelecidas pela lei federal nº 12.711/2012. Durante esse período, enfrentamos uma resistência significativa, principalmente de partidos como o Democratas (DEM, hoje União Brasil), que questionavam a legalidade das quotas. No entanto, superamos essa oposição com um julgamento histórico no Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu de forma favorável às cotas com uma votação unânime de dez votos a zero.

Entretanto, foi necessário desafiar argumentos conservadores que afirmavam que os alunos beneficiados por cotas teriam um desempenho insatisfatório ao ingressar na universidade devido à falta de preparo, ou que a taxa de desistência seria elevada. O que se verificou, com o aumento no número de estudantes cotistas integrados à universidade ao longo da última década, foi exatamente o oposto.

Vários estudos indicam que esses alunos apresentam um desempenho equivalente ao de estudantes de classe média, podendo até superá-los. O mesmo acontece com os índices de evasão. Os cotistas são os que mais permanecem. Para eles, a oferta de uma vaga possui um valor significativo. Isso se deve ao fato de que, para muitas famílias negras, este estudante é o primeiro a ingressar em uma universidade. Eles continuam seus estudos, mesmo na ausência de suporte adequado por parte de políticas destinadas à permanência.

Em conclusão, os avanços obtidos por meio das políticas afirmativas

resultaram de intensas batalhas e perseverança, simbolizando um progresso significativo em direção à igualdade racial. No entanto, ainda há um extenso percurso a ser seguido para desmantelar o racismo estrutural em que estamos envolvidos.

3- A educação antirracista como processo fundamental no fortalecimento da criança negra

O Brasil é um país que carrega o peso da escravização imposta à população africana e foi um dos últimos no mundo a abolir essa prática, que se tornou uma das mais crueis nas Américas, vários autores já discutiram esse processo dos reflexos que atinge até hoje a população negra.

A população branca ocupa uma posição dominante nas representações sociais, fundamentada em uma lógica colonial e elitista, controlando os instrumentos ideológicos e políticos do estado. Essa dinâmica cria significados sociais que marginalizam a população negra e estabelece um ambiente propício para a presença do racismo em diversos aspectos da sociedade. Diversas táticas de resistência e subsistência foram elaboradas pelos negros ao longo desse percurso. Leis como a 10.639/03 surgiram em resposta às lutas cada vez mais intensas dos movimentos sociais e à demanda por uma ampliação das ações afirmativas voltadas para a população negra.

Nessa mesma busca de compreensão e análise, Teles (2005), em seu artigo publicado na Revista Anagrama intitulado Linguagem Escolar e a Construção da identidade e Consciência Racial da Criança Negra na Educação infantil, a pesquisadora explora a influência da linguagem na formação da identidade e conscientização racial em crianças negras. Foi observado que a falta de discussão tem um efeito significativo no entendimento da questão racial na educação, resultando em consequências negativas.

Para a autora Carolina de paula Teles (2005), Outro elemento diz respeito à linguagem, que para ambos desempenha um papel essencial no crescimento humano, já que o sentido das palavras proporciona à criança os saberes acumulados pela história de sua sociedade e proporciona uma fundamentação teórica que coloca a linguagem como base na exploração das questões humanas e sociais. Nesse contexto, a linguagem é vista como uma prática social, deixando de ser apenas um instrumento de comunicação e se tornando um meio de interação social, por meio do qual indivíduos e grupos influenciam-se mutuamente.(TELES, 2005,p.2)

E assim seguimos com Souza et al (2007), discutindo a constituição da identidade da criança negra por meio das interações sociais. Primeiramente, a família é apontada como o primeiro ambiente social no qual a criança participa e absorve

valores que moldam sua visão de mundo. Além disso, ao ingressar na escola, a criança negra se depara com as representações individuais e coletivas, o que contribui para a construção de sua autoimagem.

Na mesma linha, Silva (2015) investiga os componentes que guiam essas práticas em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). A pesquisa envolveu como participantes a diretora, a coordenadora, uma docente, duas assistentes de desenvolvimento infantil e vinte alunos da turma. Para os adultos, foram empregadas entrevistas semiestruturadas e histórias em quadrinhos que tratavam de temas raciais. Com as crianças, foram realizadas entrevistas utilizando métodos de autorretrato, seguidas de atividades de autoidentificação, além de contação de histórias com personagens negros(as) e a modelagem de príncipes e princesas.

Os estudos indicaram que as atividades no CMEI se fundamentam na aceitação do outro em sua verdadeira essência. Dessa forma, foi escolhida uma perspectiva que apoia a Educação em/para os Direitos Humanos. Entretanto, a implementação de uma educação antirracista apresenta desafios, pois nem todos os membros da equipe e da comunidade reconhecem a relevância desse diálogo. Mesmo assim, parte da equipe do CMEI se dedica e atua nessa questão. Esse engajamento em promover relações étnico-raciais mais harmoniosas tem auxiliado as crianças a perceberem as diferenças de maneira positiva e a se orgulharem de sua identidade negra.

A autora percebeu também que, no CMEI, as iniciativas para valorizar a identidade da infância negra estão predominantemente direcionadas às meninas, que são incentivadas a cuidar de seus corpos e cabelos por meio das narrativas apresentadas nos livros de literatura voltados para o público infantil. Em contrapartida, os meninos têm acesso limitado a essas abordagens.

Segundo Hooks,

> Devemos lutar diariamente em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos que frequetemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que liberta a mente e o coração.(HOOKS,2014,s.p)

Para bell hooks, é essencial reconhecer a importância dos corpos negros, especialmente durante a infância, período em que a identidade está sendo moldada. Isso contribui com princípios emancipadores no cotidiano dessas pessoas em desenvolvimento.

Além disso, a autora Caroline F. Jango (2017) em sua obra “Aqui tem racismo”, objetivou a explorar de maneira mais aprofundada o tema da discriminação racial dentro do ambiente educacional, considerando as perspectivas das crianças sobre essa realidade. Este projeto busca conectar o público às percepções que crianças negras têm sobre suas vivências escolares e sua identidade racial. A meta central é criar um espaço onde essas crianças possam relatar como o racismo, que enfrentam diariamente, influencia a formação de suas identidades e a maneira como experienciam a escola, que frequentemente reforça comportamentos discriminatórios.

A pesquisa da autora é importante por abordar a origem da questão e proporcionar suporte às crianças negras que enfrentam a discriminação racial, que se reflete em altos índices de analfabetismo, menor tempo de educação formal quando comparadas aos brancos e dificuldades em afirmar sua própria identidade.

3.1 - A criança negra - educação antirracista.

Discutir a infância, especialmente a infância negra, não é uma tarefa fácil ou simples. Essa abordagem ressalta aspectos dolorosos da experiência de ser uma criança negra em uma sociedade marcada pelo racismo. Embora a pesquisa sobre a infância tenha um espaço secundário nas ciências sociais, questões como o racismo são analisadas desde os primeiros anos de vida, pois, como uma categoria estrutural, a infância está sujeita aos mesmos fatores da vida adulta, como condições econômicas, tecnológicas, culturais e outros. (QVORTRUP, 2018).

Não se pode conceber a infância sem considerar as crianças como protagonistas de sua própria formação. É fundamental afirmar que a experiência da infância para a maioria das crianças negras é permeada por múltiplos indicadores de desigualdade, frequentemente associados à cor da pele e às dinâmicas raciais. Enquanto se desenvolve para as crianças brancas uma noção de proteção e vulnerabilidade, as crianças negras enfrentam, desde muito cedo, uma percepção de não infância, marcada por uma prematura "adultização" que as posiciona, quase invariavelmente, sob a lente do perigo, do insucesso e da exclusão.Sejamos sinceros, a escola para as crianças negras é de uma violência imensurável. Isso precisa ser denunciado por todos os cantos, afinal, “o silêncio não protege ninguém”, como disse a escritora Audre Lorde (2007).

A questão do racismo continua sendo negligenciada em diversas discussões nas escolas e entre as famílias, gerando uma temática pouco explorada na sociedade

de forma geral. Essa realidade é ainda menos frequente nas famílias de origem negra.

Na mídia, os brancos eram apresentados como privilegiados, enquanto os negros eram sempre associados à pobreza. Muitas situações evidenciam a hierarquia clara baseada na cor da pele. Ao contrário do que acontecia na época de meus pais, hoje não temos justificativas para não conversarmos com nossas crianças.

Para a professora Rocha,

> [...] a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valorização positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a ideia de universalidade da cidadania". (ROCHA, 2011, p.36)

Diante de todas essas questões, guiar as crianças no aprendizado da cultura negra é fundamental para estabelecer uma resistência antirracista tanto no presente quanto no futuro. É importante colocá-las em um ambiente que valorize a cultura africana e afro-brasileira, permitindo que elas entendam sua própria identidade e fortaleçam sua autoestima. Essa abordagem pode ser uma das formas de reduzir a violência enfrentada nas escolas. Devemos aproveitar a literatura infantil, brinquedos, ilustrações e outras formas de entretenimento que apresentem elementos com os quais possamos nos identificar e que promovam o diálogo.

Luiz Alberto Gonçalves (1987), sustenta a presença de um processo educacional que resulta na exclusão e, consequentemente, na marginalização escolar de crianças e jovens pertencentes a grupos desfavorecidos. Para Gonçalves (1987), o "ritual pedagógico do silêncio" exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e impõe às crianças em um ritual de ego branco" (GONÇALVES,1987, p. 28)

Indagar sobre as razões que nos levam a viver em uma sociedade repleta de exclusão de várias formas, que ocasionam desigualdades, é essencial para compreender a continuidade de perspectivas coloniais evidentes na estrutura dos currículos educacionais, assim como nas formas de viver e nas visões sobre o mundo. Além disso, essas questões incluem o racismo, as violências relacionadas a gênero, etnia, fé, classe social, entre outros fatores. [...] De acordo com o 14° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, do total de 4.971 crianças e adolescentes mortas de forma violenta, 75% eram negras. Em 2020, somente no Rio de Janeiro, 12

crianças negras foram vitimadas por armas de fogo[10]. (SANTANA, 2023, p.63)

O preconceito racial está presente em todos os setores da nossa sociedade, levando meninos e meninas negros a serem constantemente discriminados em diferentes ambientes, como lojas, escolas, ruas, hospitais, áreas urbanas e rurais. Eles enfrentam situações de hostilidade, preconceito e segregação, sendo alvos do genocídio que historicamente afeta a população negra. São vítimas de diversas formas de violência, principalmente pelas forças de segurança do Estado.

Ultimamente, temos nos deparado com um crescimento preocupante no número de assassinatos de jovens e crianças negras em áreas urbanas. Um exemplo emblemático é o trágico acontecimento que envolveu o pequeno Miguel Otávio Santana da Silva[11], de apenas 5 anos, que perdeu a vida, aos dois dias de mês de junho de dois mil e vinte, ao cair do nono andar do Condomínio Pier Maurício de Nassau, situado em Recife. Na hora do incidente, o garoto estava sob a supervisão de sua patroa, Sari Corte Real, enquanto sua mãe, Mirtes Renata Santana, desempenhava suas funções como empregada doméstica e passeava com o cachorro da família. Essa circunstância representa, na verdade, a exclusão dos indivíduos negros, que, para a Família Corte Real, tinham um valor inferior ao de um animal de estimação.

Além disso, há outros indícios evidentes da degradação nos cuidados, sendo a violência obstétrica uma manifestação alarmante que afeta não apenas as mães, mas também gera repercussões negativas para crianças negras de várias formas, podendo causar danos emocionais e físicos consideráveis. Estudos mostram que mulheres negras apresentam uma maior probabilidade de passar por intervenções médicas invasivas, como cesarianas desnecessárias, em comparação às mulheres brancas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em todo o mundo, muitas mulheres enfrentam abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Esse tipo de tratamento não só infringe os direitos das mulheres a um cuidado digno, mas também coloca em risco seu direito à vida, à saúde, à integridade física e à não discriminação. Isso coloca as crianças negras em uma situação de maior vulnerabilidade a complicações no parto e consequências a longo prazo.

Ademais, a violência obstétrica prejudica o laço entre mãe e filho, além de

[10] Disponível em https: //www.extraclasse.org.br/geral/2020/12ja-sao-12-criancas-por-arma-de-fogo-no-rio-em-2020/

[11] Folha de São Paulo, de junho de 2020.

impactar o desenvolvimento emocional das crianças. Este tipo de agressão atinge uma em cada quatro mulheres em nosso país, com 65,9% delas sendo de raça negra. Durante o parto em ambiente hospitalar, é comum que ocorram simultaneamente formas de violência verbal e psicológica. Afirmações como “dar à luz não doeu” e “se você gritar, a situação ficará pior” refletem esses abusos. Segundo Domingues (2014), quando uma mulher negra enfrenta violência obstétrica, ela pode experimentar uma sensação de traição e ansiedade, o que pode prejudicar sua capacidade de criar um vínculo emocional com seu filho, gerando consequências significativas no crescimento da criança. A violência obstétrica também pode perpetuar estereótipos negativos em relação às mulheres negras e sua competência em cuidar de seus filhos, influenciando diretamente a forma como as crianças negras são tratadas e vistas pela sociedade. (DOMINGUES, 2014, p.14).

É possível afirmar que, devido ao racismo estrutural, as crianças negras são diretamente impactadas na formação de sua identidade em meio às dificuldades da vida. As consequências do racismo durante a infância deixam cicatrizes em diversas gerações que lidam com uma realidade repleta de desigualdades, com escassez de acesso a uma educação de qualidade, obstáculos para cultivar uma autoestima saudável, além de enfrentar um sentimento de inferioridade e ver suas vidas abruptamente interrompidas pela dura realidade chamada de necroinfância.

Desde a infância, principalmente, as crianças negras desde pequenas, são alvos de atitudes preconceituosas e racistas enfrentam dificuldades devido à discriminação relacionada aos seus cabelos, as suas características negróides, seus lábios mais espessos, o que reflete uma desvalorização constante das características físicas de indivíduos negros. De acordo com Gomes,

> A construção política beleza negra, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, emancipa o corpo negro ao valorizar um padrão estético colocado sob suspeita no contexto do racismo. Ao mesmo tempo, na globalização capitalista a beleza negra extrapola a ação local da comunidade negra e do Movimento Negro e passa a ser regulada pelo mercado. (GOMES, 2006, p.80).

Todo esse sofrimento é fruto das falas racistas e das piadas que desumanizam a criança negra. Fora os adjetivos pejorativos que são proferidos aos cabelos crespos como: cabelo ruim, bombril, ninho, palha de aço. Reforça a negatividade na autoestima, cristalizando as características estéticas da criança negra. O efeito é a idealização da beleza branca, essa estética almejada pelas crianças não brancas.

> A nossa criança negra, por todo um condicionamento sociocultural de

> um ideal de beleza e padrões europeus, possui baixa autoimagem e baixa autoestima, consequentemente, ela será um adulto com problema de identidade pessoal. (CAVALLEIRO, 2020. p.66)

A chegada aos sistemas educacionais, conquista histórica pleiteada pelo movimento negro, é também um desafio a ser repensado a partir das nossas crianças. Eliane Cavalleiro (2001), em sua pesquisa de mestrado, sinaliza que professores dão tratamento diferenciado, excludente e pejorativo às crianças negras. Segundo a autora:

> O fato de as professoras basearem-se na cor da pele e/ou nas características raciais de seus alunos para diferenciá-los (...) constitui um aspecto que merece atenção. Não nos podemos esquecer de que essa diferenciação representa um problema , pois vigora no país uma hierarquia racial. (CAVALLEIRO, 2001,p.145)

Desde muito cedo a criança negra tem internalizado que ser negro é feio, é mau, é incorreto e os espaços de poder não lhe pertencem, cabendo a pessoas brancas os melhores lugares na sociedade. Para ela, a ancestralidade branca é potente (cientistas, escritores, políticos, advogados...), enquanto os ancestrais negros foram escravizados, jogados à própria sorte, ocupando espaços de subalternidade em postos considerados menores (porteiros, cozinheiras, serviços domésticos, moradores de rua, encarcerados). Para uma criança que está no processo de construção de sua identidade, essas informações e afirmações causam danos irreversíveis, o que nos impele a refletir sobre o quanto as práticas educativas podem violar a integridade das crianças negras. Como nos alerta Cavalleiro (2001),

> Precisamos entender que a criança negra não é “moreninha”, “marronzinha” nem pretinha. Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. *O que ela não quer é ser ironizada... Assim, melhor do que chama - lá de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo.* (CAVALLEIRO, 2001, p.156)

A autora reafirma que tais colocações dos professores referentes às crianças negras não só as inferiorizam e violentam, mas também impossibilitam o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças. Deixar os sentimentos das crianças de lado é comum, mas pode deixar marcas para toda a vida, especialmente quando tratam de crianças que têm a saúde mental atravessada pelo racismo. Essas cicatrizes geram consequências que são absorvidas e se tornam revoltas que frequentemente são expressas de forma agressiva ou violenta, gerando consequências irreparáveis.

A socióloga Azoilda Trindade (2000) debate o conceito de criança negra sob a perspectiva racial e interseccional. De acordo com sua perspectiva, a criança de etnia afrodescendente tem uma vivência marcada pelo racismo e discriminação racial desde a tenra idade. Segundo a autora, ao nascer em uma sociedade estruturalmente racista, a criança negra já enfrenta diversas dificuldades que afetam sua identidade, autoconfiança e progresso. Ela é sujeita a preconceitos e estereótipos negativos que podem afetar sua percepção de si mesma e sua relação com o mundo ao seu redor.

A socióloga destaca a relevância de reconhecer a existência de uma infância negra específica, que deve ser levada em conta em políticas públicas e práticas sociais. A criança negra enfrenta obstáculos distintos dos seus pares brancos e, portanto, demanda medidas e ações específicas para assegurar uma infância livre de preconceitos e com oportunidades iguais.

> Essa criança tem que se sustentar sozinha nestas situações. Infelizmente, ainda há muita insensibilidade para com as crianças negras. Estas, ao serem discriminadas, ficam acuadas, envergonhadas e inibidas em denunciar. Se essa é uma experiência muito confusa para uma pessoa adulta, imaginemos para um ser humano de pouca idade, uma criança de 0 a 6 anos. Professores e professoras, acreditem, a criança pode não saber expressar oralmente a discriminação, mas ela sente, sofre, seu corpo fica marcado, com a discriminação e com a omissão, com o silêncio conivente, com a falta de acolhida do adulto que ela tem como referência no momento. (TRINDADE, 1994, p.48)

Nesta perspectiva, compreender o conceito de criança negra implica reconhecer a infância como um lugar de resistência e luta contra o racismo. É imprescindível criar ambientes inclusivos e seguros para que essas crianças possam se desenvolver de forma plena, valorizando sua identidade étnica e reforçando sua autoconfiança.

Em contrapartida, foi observado por Gomes (2019) que atualmente as crianças negras estão se tornando cada vez mais independentes diante das situações de racismo que acontecem na escola. Nas brincadeiras de faz de conta de casinha, é perceptível que as meninas negras se recusam a ser empregadas, mostrando que estão rompendo com a tentativa de serem colocadas nesse papel e estão seguindo em direção à independência. Isso reflete a capacidade da mulher negra de ser a proprietária da casa. Essas meninas mantêm com firmeza e consciência sua posição de não aceitar a imposição dos colegas de determinar seu lugar na sociedade. Outras meninas podem compartilhar suas vivências, permitindo que sejam reconhecidas e valorizadas como um momento de orgulho para as crianças negras.

Ser criança, sobretudo uma criança negra, em um país onde o racismo está profundamente enraizado no ambiente escolar, em que seus corpos são alvo de várias formas de violência, é uma experiência desafiadora. Desde a infância, a criança negra já ocupa uma posição de desvantagem, visto que seus direitos muitas vezes não são reconhecidos e ela enfrenta preconceitos nos lugares que deveriam assegurar sua segurança e proteção. Além disso, crianças negras são frequentemente tratadas como adultas, recebendo encargos que não são impostos às crianças brancas.

3.2 - O Papel da Branquitude na (des)construção da identidade da criança negra

É crucial que os educadores estejam atentos às questões de discriminação e preconceito racial[12] que possam surgir no ambiente escolar, visando inibir essas práticas e proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para todos os estudantes.

É de extrema importância o papel dos educadores na promoção da autoconfiança e autoestima das crianças negras em relação a sua raça, motivando-as a se aceitarem e se orgulharem de pertencer à uma comunidade afrodescendente. Essa ação favorece o fortalecimento da identidade positiva e empoderada dessas crianças, tornando-as mais engajadas na luta contra a discriminação racial e na construção de uma sociedade mais justa e equanime.

Segundo Gomes (2000), não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano. Porém, não é contraditório que tantos educadores concordem com essa afirmação e, ao mesmo tempo, neguem o papel da escola no trato com diversidade étnico-racial? Como podemos pensar a escola brasileira, principalmente a pública, descolada das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social desse país?

No contexto educacional, apesar de termos um significativo aumento do número de professores autodeclarados pretos e pardos entre os anos de 2010 e 2017 em escolas públicas na educação básica, segundo o Censo da Educação Básica[13], em

[12] Almeida (2019) diferencia os termos discriminação e preconceito racial. Para o autor, discriminação é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Já o preconceito racial é definido como o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

[13] Dados obtidos em: https://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4083/3625.Acesso: 17/04/2024.

todas as etapas do ensino existe um predomínio de professores que se declaram brancos. Segundo a pesquisa, o perfil dos professores brasileiros em 2017 são mulheres (81%), de raça/cor branca (42%) ou parda (25,2%). No ensino superior, esse percentual é muito menor. Apenas 16,7% dos professores em universidades públicas e privadas são negros.

A hegemonia branca dos educadores agravada pela falta de educadores negros nos cursos de formação de professores, além da ausência de disciplinas que abordam as questões raciais nos cursos de Licenciatura das universidades brasileiras impactam no trabalho pedagógico e acabam por dificultar a implementação de um trabalho efetivo nos moldes da Lei 10.639/03.

De acordo com a Agência Brasil (2023)[14], mais de 70% das cidades brasileiras não cumprem a Lei 10.639/03. De acordo com uma pesquisa realizada pelos Institutos Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra, sete em cada dez secretarias municipais de educação país afora não realizam - ou realizam de forma modesta - ações para a implementação das diretrizes previstas para a adequação dos currículos e para efetivação do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas.

> Os municípios são os principais responsáveis pela educação básica. Do total, constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação; 53% fazem atividades esporádicas, projetos isolados ou em datas comemorativas, como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro); e 18% não realizam nenhum tipo de ação. As secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações, juntas, somam 71%. (*Publicado em 18/04/2023 - Por Carolina Pimentel - Repórter da Agência Brasil - Brasília Atualizado em 18/04/2023)*

Segundo os institutos responsáveis pela pesquisa, os gestores municipais alegam falta de apoio governamental e/ou falta de conhecimento sobre como aplicar a Lei, além do despreparo dos docentes em implementar o ensino nos currículos por falta de informações suficientes a respeito da temática.

Uma hipótese depreendida dos dados apresentados tem a ver com a falta de letramento racial de professores - em sua maioria brancos - e o não reconhecimento do racismo nas relações sociais. Ao desconsiderar as vantagens e o privilégio histórico de pessoas não negras, a educadores contribuem para reforçar a ideia de que brancos e negros devem ocupar lugares hierarquizados na vida social, naturalizando-se as desigualdades.

---

[14] Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/mais-de-70-das-cidades-nao-cumprem-lei-do- ensino-afro-brasileiro Acesso 17/04/2024

> Dizer que a branquitude é uma localização de vantagem estrutural é reconhecer que ser branco é estar em posição privilegiada dentro da sociedade e de suas instituições - é ser visto como membro e ter garantia dos benefícios desse pertencimento. Essa posição outorga automaticamente vantagens não merecidas. Os brancos controlam todas as maiores instituições da sociedade e determinam as políticas e as práticas segundo as quais os outros devem viver. (DIANGELO,2018,p.51)

Neste contexto, o conceito de branquitude se torna fundamental para nossa investigação, referindo-se às identidades raciais associadas aos brancos em sociedades onde a raça e o racismo são elementos primordiais que moldam a organização social. A branquitude deve ser interpretada como uma relação com outras identidades raciais, influenciada por sua construção sociocultural e pelas dinâmicas de poder dentro da sociedade em que se encontra. Uma característica marcante é que o indivíduo branco se enxerga como um referencial, uma norma a ser seguida. Ele tende a racializar o outro, percebendo a si mesmo como um ser humano pleno. Existe uma forte valorização de sua própria individualidade. Enquanto ele se responsabiliza por suas ações, os demais são vistos como representantes de um coletivo, refletindo assim a lógica de dominação e opressão.

> A branquitude seria, ainda, um lugar estrutural de vantagem e de privilégios “raciais” baseados em práticas e identidades culturais, não necessariamente marcadas ou fixas, mas nas quais a brancura é estabelecida como valor simbólico e material. Neste lugar, poderíamos observar a brancura agir por meio das e nas relações de poder, produzindo dessa forma violências sociais e epistemológicas permanentes (CONCEIÇÃO, 2020, p.23).

De acordo com Bento (2022), branquitude seria um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais. A branquitude estaria expressa em uma repetição de uma série de privilégios historicamente assegurados a pessoas não negras, mantidos e transmitidos para as novas gerações. Para Bento, trata-se de um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. A esse fenômeno, Cida Bento atribui o nome de "pacto narcísico da branquitude".

> [...] a percepção de que muitos branco progressistas que combatem a opressão e as desigualdades silenciam e mantêm seu grupo protegido das avaliações e análises. Eles e elas reconhecem as desigualdades raciais, só que a associam a discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. (BENTO,2014, p.27)

No Brasil, a cor da pele confere vantagens a certos grupos: ser branco significa

ter poder e uma identidade baseada em privilégios. Historicamente, a população branca não é analisada sob uma perspectiva racial, enquanto os negros são constantemente racializados. Assim, para os brancos, raça e cor não são tópicos relevantes; a racialização é aplicada exclusivamente aos não brancos. Essa situação gera consequências significativas sobre o tratamento dispensado à população negra. Conforme mencionado por Bento (2023), a forma como os negros são percebidos é influenciada pelo olhar da branquitude.Para a autora,

> Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (BENTO,2023, p.1)

Outro importante autor que discute o conceito de branquitude é Lourenço Cardoso (2010). Para o estudioso, a condição de ser branco representa uma posição privilegiada, tanto simbólica quanto objetivamente, ou seja, é materializada em benefícios que contribuem para a manutenção e disseminação do preconceito racial, discriminação racial injusta e racismo. Essa condição está relacionada à identidade racial branca e é moldada ao longo do tempo tanto histórica quanto socialmente, sofrendo influências do contexto local e global. (Cardoso,2010, pp.609-610). De acordo com o autor, a identidade dos indivíduos brancos é multifacetada e se transforma continuamente, acompanhando as alterações sociais ao longo do tempo.

Cardoso analisa a branquitude de duas maneiras: Branquitude Acrítica e Branquitude Crítica. A branquitude acrítica se distingue pela ausência de consciência e reflexão sobre a própria identidade branca. Indivíduos que se encaixam nesse perfil não percebem os privilégios que sua cor de pele lhe confere, desconsideram ou minimizam a existência do racismo estrutural, e continuam a alimentar estereótipos e preconceitos em relação a grupos não brancos, vendo a branquitude como padrão, sem questionar sua própria identidade racial. Com frequência, mantêm uma atitude de neutralidade ou desconhecimento em relação às questões raciais.

> A branquitude acrítica diz respeito ao branco que não possui crítica em relação ao racismo. Ele realmente não tem consideração com o Outro, que para ele poderia nem existir; e aqueles que existem, devem se subordinar a ele. O termo crítica pode ser usado em concepções diferentes, de acordo com os autores, Contudo, não deixa de ser um apontamento de um problema, o levantar de uma questão . Isto é, evidência que as coisas poderiam ser diferentes e não são. No caso do racismo para o branco acrítico, não há nenhum

> problema em o negro ser maltratado, discriminado injustamente, receber violência física ou moral, e até ser assassinado por ser negro. Afinal, trata-se de um negro, um ser inferior (CARDOSO, 2010, p.38).

A branquitude crítica se define pela conscientização e reflexão sobre a própria identidade como branco. Indivíduos que possuem essa consciência reconhecem e questionam os privilégios atribuídos à sua cor de pele, compreendem a estrutura do racismo e seu efeito na sociedade, se empenham em desconstruir estereótipos e preconceitos, buscam entender e valorizar a diversidade racial e cultural, e adotam uma postura ativa diante do racismo, almejando justiça social e igualdade. Cardoso ainda enfatiza que a branquitude crítica é essencial para a desconstrução do racismo estrutural e para a criação de relações mais justas entre diversos grupos sociais.

Para atingir uma perspectiva de branquitude crítica, é fundamental promover uma educação analítica sobre raça e racismo, incentivar a autoanálise e a autocrítica, fomentar diálogos e ouvir atentamente as vozes de grupos não brancos, além de engajar-se em ações políticas e sociais que combatam o racismo. Para Cardoso(2010), a branquitude apresenta uma variedade de nuances. O indivíduo branco pode, de fato, adotar uma postura antirracista. Assim, não podemos rotular a branquitude como inerentemente assassina; qualquer pessoa tem a capacidade de infligir dano ao Outro, mas isso não se configura como uma característica exclusiva de quem está sob forte controle social. Isso é especialmente verdadeiro para o branco reflexivo, que reprova o racismo, mesmo que apenas em contextos públicos. A diferenciação entre branquitude crítica e branquitude acrítica é fundamental para compreender de que maneira indivíduos brancos podem participar na batalha contra o racismo e na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Munanga (2020), enquanto as pessoas brancas não compreenderem que são as maiores beneficiadas pelo racismo estrutural branco-globalista colonial, vociferando que o racismo é um problema dos negros, e se negarem a compreender a relação intrínseca e inseparável entre o privilégio estrutural para os brancos e a violência sistemática contra os negros, suas tentativas de ação antirracista, baseadas num projeto de paz e amor, continuarão sendo racistas. Para a filósofa Sueli Carneiro (2023), a branquitude não necessita se estabelecer, uma vez que a validação a partir de uma posição privilegiada implica em romper com o acordo de silêncio sobre as hegemonias raciais geradas pela branquitude.

Segundo Liv Sovik (2001),

> ser branco no Brasil é ter pele relativamente clara, funcionando como uma espécie de senha visual e silenciosa para entrar em lugares de

> acesso restrito. o problema do branco se coloca hoje porque a militância cultural e política negra e as estatísticas oficiais informam que o Brasil não é só um país de mestiço, mas de negros e pardos, de um lado, e de branco, do outro. (SOVIK, 2001, p.1)

Ao trazermos essa discussão para o terreno escolar, podemos refletir como a criança negra é vista pelos professores, quais expectativas são criadas em relação ao seu aprendizado, como ela (não) se vê representada nos espaços de poder. Sem uma discussão séria e permanente na escola, não será possível à criança negra construir sua autoconfiança e desenvolver expectativas positivas de futuro, libertando-se das amarras raciais e sendo efetivamente incluída como protagonista de sua história.

> [...] A construção da lei da branquitude definiu e afirmou aspectos críticos de identidade (quem é branco); de privilégio (quais benefícios acrescer a esse status). A branquitude, em vários momentos, significa e é desdobrada como identidade,status e propriedade, por vezes individualmente, por outras, coletivamente. (DIANGELO *apud* HARRIS, 2018, p. 49)

A avaliação de Harris é relevante pois ilustra de que maneira a identidade e suas interpretações podem assegurar ou privar pessoas de recursos. Esses recursos incluem: autoconfiança, reconhecimento, expectativas favoráveis, autonomia mental em relação às limitações raciais, liberdade de locomoção, sensação de pertencimento e a convicção de que se tem direito a todos os aspectos mencionados. Além disso, esses recursos fortalecem a posição dos brancos em detrimento da população negra. Para Diangelo (2018) É fundamental refletir sobre a branquitude em sua totalidade, englobando não apenas as características físicas, mas também os significados e garantias que a acompanham. Em vez de concentrar-se exclusivamente nas formas como o racismo afeta indivíduos não brancos, estudar a branquitude implica entender como o racismo confere privilégio aos brancos.

> A branquitude não é reconhecida pelos brancos, e o ponto de referência branco é presumido como universal e imposto a todos. Gente branca acha muito difícil pensar na branquitude como um estado específico de ser que poderia produzir algum impacto sobre a vida e as percepções de alguém (DIANGELO, 2018, p. 49)

Entretanto, pensamos que, na mente da população branca, os negros representam o "outro" racial definitivo. Precisamos considerar essa dinâmica como um elemento central da socialização racista que revela a vulnerabilidade dos brancos.

Com o passar do tempo, diversas situações permitiram notar a presença da branquitude, a qual, devido à falta de compreensão, dificultava a comunicação e o reconhecimento da cultura africana, bem como a conscientização

sobre a importância dos negros na trajetória da humanidade. Observava que o que era apresentado não oferecia a crianças, jovens e adultos negros nenhum apoio para seu desenvolvimento como cidadãos plenos de direitos.

> A existência de preconceito e de discriminação étnico, dentro da escola, confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores [...] as crianças da pré-escola, além de perceberem as diferenças étnicas, percebem também as diferenças de tratamento destinadas a elas pelos adultos à sua volta. Essa percepção compele a criança negra à vergonha de ser negra. Confere-lhe a sua participação em um grupo "invisível" dentro da escola. Esse procedimento pode minar, aos poucos, a sua identidade. À criança branca resta a compreensão de sua superioridade étnica, irreal, e o entendimento da inferioridade, também irreal, dos indivíduos negros.CAVALLEIRO,1998, p.199)

Cavalleiro enfatiza a brutalidade dos diversos comportamentos preconceituosos e discriminatórios que ocorrem nas escolas, frequentemente ignorados pelos professores, e que são percebidos pelas crianças negras desde tenra idade. Essas crianças internalizam essa crueldade, o que contribui para o desenvolvimento de uma baixa autoestima, ao mesmo tempo que reforça a ideia de superioridade na criança branca que lhes é transmitida.

De acordo com Bento (2012):

> Analisando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como "homem universal", em comparação com os não europeus.(BENTO,2012. p.28)

Dessa forma, durante o processo de colonização, surgiu a branquitude. Os europeus, brancos, formaram uma identidade compartilhada, utilizando os africanos, negros, como o principal ponto de oposição. A assimetria inerente a essa relação possibilitou que os brancos construíssem e propagassem suas próprias concepções, além do conceito de "outro", por meio de projeções, exclusões, negações e repressões.

A escravidão revelou e acentuou a desigualdade enfrentada por milhões de africanos, levando à pobreza no continente africano. Naquela época, a Europa tinha um papel econômico limitado, mas com a exploração de África e Ásia, conseguiu se transformar em uma potência econômica. Essa transformação não se limitou apenas a aspectos financeiros e à extração de recursos dessas áreas, mas também resultou na devastação de estruturas sociais e econômicas tradicionais. Cida Bento (2012), ressalta que os beneficiários do colonialismo europeu não se restringiam apenas às

empresas e às famílias abastadas envolvidas diretamente na exploração dos recursos das colônias.

3.2.1.1 - Branquitude na Infância

A temática da branquitude na infância é um assunto abrangente e repleto de nuances, envolvendo fatores sociais, culturais, econômicos e históricos. O conceito de branquitude diz respeito à condição de ser de ascendência branca, ou seja, fazer parte de um grupo étnico-racial que, ao longo da história, possuiu poder e privilégios em diversas sociedades, principalmente em ambientes ocidentais e pós-coloniais.

Conforme apontado por Cardoso (2021), sua investigação focou na temática da branquitude, entendida como a identidade racial associada a indivíduos brancos, analisando como esse conceito atua como uma forma de poder nas práticas pedagógicas de uma instituição de educação infantil em Florianópolis/SC. As pesquisas sobre branquitude estimulam a ampliação do debate acerca das relações raciais no contexto educacional, com o intuito de entender a importância da identidade racial branca nesse cenário relacional.

Sob essas circunstâncias, cabe frisar que durante a infância, a condição de branquitude pode impactar a maneira como as crianças brancas veem o mundo e sua posição dentro dele. É importante observar que essas crianças frequentemente são criadas em um contexto que lhes proporciona vantagens estruturais, como acesso a uma educação de qualidade, serviços de saúde, habitação e diversas oportunidades. Esse privilégio pode passar despercebido por elas, levando-as a crescer com a noção de que sua cor de pele confere um status de superioridade.Todas as classes sociais, inclusive as menos favorecidas, também se beneficiaram da evolução nas condições de vida, do crescimento econômico e da especialização do trabalho nas colônias. Isso reforça a perspectiva de raça e classe proposta por W.E.B. Du Bois[15] em suas investigações sobre a branquitude, sugerindo que até mesmo os brancos em situação de pobreza e os trabalhadores tiveram vantagens a partir do histórico de opressão racial. No próximo capítulo, explorarei as dinâmicas da branquitude durante a infância.

A branquidade na infância diz respeito à maneira como a cor de pele clara é entendida, vivenciada e moldada socialmente ao longo da infância. Esse conceito está vinculado a uma análise crítica sobre raça e racismo, principalmente em contextos de

[15] foi um sociólogo, socialista, historiador, ativista pelos direitos civis, Pan-africanista, autor e editor norte-americano.

sociedades diversas em termos de culturas e etnias, como ocorre no Brasil. De acordo com a escritora Robin Diangelo (2018), "As crianças brancas precisam aprender sobre sua própria identidade racial e sobre o privilégio branco."

O conceito de Diangelo (2018) pode ser exemplificado a partir de alguns pontos importantes sobre a branquidade na infância, a começar por privilégio e poder, a branquidade[16] confere privilégios e vantagens sociais, econômicas e políticas. Mesmo em contextos onde não são a maioria, crianças brancas podem crescer com uma sensação de superioridade em relação às crianças negras ou de outras etnias. Outro ponto importante para o entendimento sobre branquitude é a representação nos meios de comunicação, a mídia desempenha um papel crucial na construção da identidade racial. Crianças brancas veem-se frequentemente representadas em filmes, livros infantis, programas de TV e anúncios publicitários, reforçando sua visibilidade e centralidade.

A Educação, por meio do currículo escolar, frequentemente ignora ou reduz a importância da história e das contribuições de indivíduos negros e de outras etnias, reforçando uma perspectiva centrada na Europa. Segundo a psicóloga e escritora Cida Bento (2022), "o principal desafio para mim sempre foi a falta de reconhecimento da herança da escravidão nas instituições e na história nacional". Ela argumenta que a desvalorização dessa herança impacta a educação e eleva a cultura eurocêntrica.

Lucimar Dias (2007) questiona a conexão entre o bebê Jhonson e as atitudes, bem como os elogios de professoras ao mencionar estudantes com olhos azuis e cabelos loiros. Essa situação gera uma atração que permeia toda a escola, afetando todos os ambientes e deixando aqueles que nunca se destacaram em uma posição desconfortável.

> Na educação infantil, a gente já sentiu essa questão da diferença do tratamento dos profissionais em relação à criança negra e à criança branca. Essa questão do estereótipo do modelo único de beleza, que é branco, loiro dos olhos claros ou verdes. Essa questão é muito forte na educação infantil. As crianças negras não têm tanto colo, chamego, aconchego como tem a criança branca.(DIAS, 2007, p.43)

Sob essa perspectiva, podemos dizer que o que é considerado belo e positivo é apenas o branco. A associação entre a pele branca e a inocência sugere que isso é o ideal a ser almejado. Assim, crianças com pele clara podem internalizar ideias pejorativas sobre diferentes raças e etnias, perpetuando o ciclo da discriminação.

É fundamental apresentar e educar essas crianças, especialmente as brancas,

[16] Condição das pessoas de raça branca.

sobre a diversidade. É importante que elas compreendam que a representatividade vai além de personagens brancos, como reis e rainhas ou príncipes e princesas. No continente africano, ainda existem países com monarquias onde a nobreza negra vive e exerce seu papel. Além disso, existem personagens da Disney que são negros e ocupam papéis de heróis, não se limitando a estereótipos.

Dessa forma, observo que a experiência da branquitude na infância se reforça através dos privilégios, bem como pela maneira como as crianças brancas são socializadas, instruídas e encaradas pela sociedade. Além disso, essas crianças têm acesso a condições de lazer superiores e a recursos educacionais de alta qualidade, que afetam positivamente seu desempenho escolar. O tratamento diferenciado que recebem contribui para um senso de segurança e autoestima.

É crucial entender que esses benefícios não são iguais para todos e podem diferir conforme o cenário social, econômico e cultural. Ademais, é essencial perceber que a branquitude não se caracteriza por uma superioridade automática ou privilégios inatos, mas sim por ser uma construção histórica e social sustentada por relações de poder e discriminação.

Em relação a este aspecto, Bento (2011), fundamentando-se em estudos realizados nos Estados Unidos acerca da identidade racial na educação infantil, ressalta que, desde tenra idade, as crianças percebem o que é considerado valioso ou sem valor pela sociedade. Elas identificam com facilidade que o fenótipo considerado atraente é aquele que não é bem visto. Além disso, é notado que as crianças brancas se sentem seguras em relação à sua cor de pele e raramente expressam a vontade de ter um tom de pele diferente ou outro tipo de cabelo. Por outro lado, as crianças negras tendem a se sentir desconfortáveis com sua identificação racial, embora raramente respondam quando alguém diz que ser negro é algo negativo. As informações destacadas pela autora ajudam a compreender a conduta das crianças brancas durante o desenvolvimento da pesquisa, que se mostraram mais ativas e envolvidas em comparação com as crianças negras.

A branquitude é frequentemente considerada o modelo padrão, o que a torna menos visível. Crianças brancas podem não reconhecer ou ponderar sobre sua identidade racial. É crucial ensinar aos jovens brancos a importância da equidade racial, da justiça social e do apoio às comunidades marginalizadas. Para criar uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário abordar essas questões desde cedo, incentivando a empatia, o respeito e a apreciação da diversidade cultural e das diversas identidades raciais.

> A escola tem oferecido uma quantidade muito ínfima de ações que levem a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência de crianças em pleno processo de socialização. Tudo leva a crer que essas crianças têm recebido o mesmo tipo de socialização que receberam seus pais: uma socialização fortemente comprometida com a hegemonia branca da sociedade.(CAVALLEIRO, 1998, p.88)

A branquitude é entendida como uma construção social que atribui significados à identidade branca em um contexto racista, no qual pessoas brancas desfrutam de privilégios, tanto no âmbito simbólico quanto no material. Adicionalmente, essa visão pode ser revista ao se contemplar a remoção das vantagens sociais ligadas à branquitude. Portanto, compartilho da opinião dos estudos que sustentam essa perspectiva, “expurgar da branquitude suas associações homicidas e suas inclinações dominadoras, forjando, de algum modo, uma identidade racial anti-racista e isenta de culpa que ainda seja resolutamente branca” (WARE, 2004, p.9).

A percepção da branquitude na infância começa quando a criança branca reconhece os benefícios que recebe devido à cor de sua pele e, a partir daí, se torna alvo de suas próprias falhas. Conforme Bento (2011), a visão de crianças brancas como atraentes e crianças negras como menos agradáveis, presente em diversos contextos sociais, incluindo lares e instituições de ensino, impacta a forma como crianças de ambas etnias se veem e se posicionam.(BENTO, 2011. p.111)

Assim, é possível perceber indícios da supremacia branca[17] em diálogos nos corredores das escolas, nas salas de aula ou em brincadeiras de caráter racista. Os comportamentos de muitos professores em relação aos alunos negros e brancos, presenciei que, enquanto crianças brancas recebiam elogios e tratamentos privilegiados, as crianças negras muitas vezes eram preteridas, subestimadas e invisibilizadas. Currículos predominantemente focados na cultura europeia que impedem a realização de atividades ligadas à diversidade étnico-racial na educação.

Ao informar os professores da instituição sobre a realização da pesquisa que envolvia a observação dos comportamentos dos alunos, além de desenvolver atividades utilizando livros com foco no protagonismo negro, foi possível notar a alteração nas expressões faciais de diversas docentes de pele branca, seguidas por suas reações verbais, “*se essa moda pega, vamos ter que falar só de preto*”. Permaneci em silêncio por alguns instantes, então respirei fundo e disse, "*Seria extremamente interessante se pudéssemos efetivamente implementar a lei*

[17] é um ideal racista que acredita na ideia da superioridade do homem branco.

10.639/2003, pois estamos constantemente focando nas perspectivas brancas, e os estudantes provavelmente já estão saturados desse mesmo discurso. Chegou o momento de promover uma transformação". A sala dos professores mergulhou em um profundo silêncio. O toque do sino soou, sinalizando que era hora de iniciar as atividades.(Diário de bordo, JF, abril 2023)

Esse processo de discriminação não se restringia apenas ao tratamento racista com as crianças negras, mas também se manifesta historicamente nos livros didáticos e nos materiais pedagógicos, na constituição do corpo docente, quase sempre compostos por mulheres brancas, na educação básica e por homens brancos no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior contribuindo para a perpetuação do racismo institucional, além de concorrer para a construção de uma visão distorcida acerca da identidade da criança negra, adolescente e jovem adulto negro, fatores que podem resultar em baixa auto-estima, dificuldades de aprendizagem e evasão escolar da população negra.

> A existência de preconceito e de discriminação étnicos, dentro da escola, confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores[...] as crianças da pré- escola, além de perceberem as diferenças étnicas, percebem também as diferenças de tratamento destinadas a elas pelos adultos à sua volta. Essa percepção compele a criança negra à vergonha de ser negra. Confere-lhe a sua participação em um grupo “invisível” dentro da escola. Esse procedimento pode minar aos poucos , a sua superioridade étnica, irreal e o entendimento da inferioridade, também irreal, dos indivíduos negros. (CAVALLEIRO,1998, p.199)

A branquitude se manifesta de maneira marcante nas diversas camadas da sociedade, influenciando especialmente as salas de aula, onde se perpetuam justificativas que desvalorizam a presença de negros em posições de destaque social. Quando um professor branco comenta para uma turma predominantemente negra que um time de futebol com um "goleiro negro" não é visto com confiança pela torcida, ele está transmitindo a essas crianças a mensagem de que seus sonhos de alcançar o sucesso são inalcançáveis, insinuando que apenas os brancos são dignos de confiança e conseguem triunfar.(Diário de campo, JF, agosto de 2024)

Assim, a branquitude tem ceifado as esperanças de inúmeras crianças e jovens que veem em uma bola a possibilidade de um futuro brilhante, sem perceber que as influências do racismo vão além das questões de classe social.

Com o objetivo de analisar a branquitude e seu impacto na vida de crianças negras, as etapas iniciais da pesquisa no campo observatório contribuíram para aprofundar o entendimento das preocupações relacionadas à identidade da criança

negra no ambiente escolar, além de investigar como a branquitude influencia a construção desse processo. A escuta e a observação foram fundamentais para perceber como a branquitude permeia e afeta a experiência de alunos não brancos.

Este estudo surge de uma inquietação profissional: de um lado, há o reconhecimento das barreiras e dos desafios enfrentados no combate ao racismo no contexto escolar, onde as desigualdades raciais se manifestam como privilégios para uma parcela da população, os brancos, comprometendo assim a efetivação de uma educação que seja inclusiva e democrática. Por outro lado, nota-se que muitas pesquisas acadêmicas e abordagens pedagógicas críticas concentram-se no racismo e nas desigualdades raciais, tratando essas questões como afetando exclusivamente o "outro": o negro. Em outras palavras, o tema da branquitude é frequentemente deixado de lado nas discussões sobre as relações étnico-raciais na educação. Os brancos não são considerados parte do problema, permanecendo à sombra nesse debate.

4- A criança negra em um espaço de abordagens identitárias positivas

Ao promover uma educação de excelência, que se fundamenta no combate ao racismo e na valorização da diversidade étnica e racial, é importante reconhecer que crianças em idade escolar começam a frequentar uma instituição educacional que, geralmente, representa o primeiro espaço de socialização além do lar. Assim, é comum que essas crianças busquem, de forma contínua, a identificação e o sentimento de pertencimento em relação ao grupo ao qual irão, gradualmente, se integrar.

A partir das informações sobre as interseções que envolvem crianças, especialmente as negras, é possível afirmar que a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, através de figuras e histórias de pessoas negras notáveis, enriquece o diálogo sobre temas raciais e fortalece a construção da identidade de crianças e jovens negros, além de oferecer ensinamentos sobre a cultura negra e a beleza do ser negro.

4.1 - Adentrando na pesquisa

Conforme já mencionado, a metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa qualitativa etnográfica. A pesquisa etnográfica é uma pesquisa que busca compreender o homem e seu contexto sociocultural, analisando o comportamento de um grupo, sistema social ou cultural. É um tipo de pesquisa qualitativa que estuda grupos de pessoas - unidos entre si por laços comuns de ordem histórica, social, cultural, religiosa , etc - enfatizando os sujeitos pesquisados através de um registro detalhado dos aspectos particulares dos mesmos, observados em suas relações socioculturais (OLIVEIRA, 2018; RICHARDSON, 2017).

Esse tipo de pesquisa demanda uma efetiva participação do pesquisador no processo em termos de observação e interação com os atores sociais, cuja ênfase é dada ao processo e não apenas ao resultado da pesquisa(OLIVEIRA, 2018).

Tendo em vista o tema da pesquisa, diversas ideias surgiram em minha mente. Inicialmente, percebi que o silêncio e a falta de engajamento dos professores eram questões evidentes. Diante dessa postura, temos que concordar com Valente (2005), quando esse afirma que “não faz sentido ter um livro didático e um currículo

adequados se o educador possui preconceitos, é racista e não sabe como abordar a questão de maneira correta”(VALENTE, (2005, p.65).

As crianças possuem suas próprias expressões culturais e é fundamental estar envolvido nelas para registrá-las adequadamente. Ao discutir o protagonismo da infância, Sarmento (2007) alerta que a criança, como agente ativo, compreende e ressignifica a realidade, e como participante social, tem ajudado a refletir sobre diferentes perspectivas em relação à infância. Além disso, tem influenciado as abordagens de pesquisa em educação, tanto a partir de suas experiências quanto em colaboração com elas (SARMENTO,2007. p.51).

Durante esse processo de pensar, executar e revisar, não consegui evitar a reflexão sobre uma das bases da antropologia: a importância da distância epistemológica entre a pesquisadora e o objeto de estudo. Damatta (1987), em sua obra "Relativizando uma introdução à antropologia social", argumenta que é um erro considerar que tudo que está ao nosso redor e é familiar é necessariamente conhecido.

A pesquisa, na verdade, não teve início nem fim na atual instituição, ela é fruto de longos anos e de várias instituições que lecionei e leciono. Enfrentei diversas frustrações, obstáculos e desilusões, isso era previsível, já que estava abordando a realidade de meninos negros e meninas negras de comunidades periféricas, que muitas vezes não tinham consciência de seus direitos como alunos de instituições públicas ou como membros da sociedade. Para bell hooks (2017)

> [...] essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (racismo e sexismo) e ao mesmo tempo propocionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos. (BELL HOOKS , 2017.p.20)

A escritora enfatiza o que me proponho a investigar: as variadas e inclusivas abordagens pedagógicas que permitem entender como se forma a identidade da criança negra no ambiente escolar, influenciada pela presença da branquitude.

A escola que me proporcionou o letramento racial com os estudantes, foi a que leciono. No ano da pesquisa estava com uma turma de 4º ano do ensino fundamental I, turno da tarde em torno de 30 alunos no ato da pesquisa. Durante a pesquisa, a instituição educacional estava com uma média de 707[18] estudantes

[18] Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico da instituição.

distribuídos nos períodos da manhã e da tarde. Pela manhã, eram atendidos os alunos do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, e da Educação Infantil nos períodos 1º e 2º. Já no turno vespertino, eram atendidos os alunos do Ensino Fundamental I, 1° ao 5° ano e da Educação Infantil, 1º e 2º períodos, totalizando 16 turmas em cada turno.

Com o propósito de identificar os perfis das famílias e das crianças que frequentam a entidade, solicitei autorização da direção para consultar as fichas de matrícula. Para minha análise, utilizei as informações contidas nesses documentos: cor/raça das crianças (heteroatribuição[19]) e dos pais (autoatribuição[20]), me dediquei a analisar a autodeclaração para verificar se a informação sobre a cor/raça refletia minha percepção sobre a origem étnica-racial das famílias assistidas. Quanto à classificação étnica, as fichas de matrícula apresentaram algumas alterações nas categorias de cor/raça. As anteriores a 2014 utilizavam a categoria etnia (amarelo, branco, indígena, negro, pardo), mas as categorias após 2015 seguiram o padrão do IBGE chamado cor/raça, com as categorias: branco, pardo, amarelo e indígena.

Ao buscar informações sobre as diferentes classificações utilizadas nas matrículas, não consegui encontrar respostas claras; os dados eram inconsistentes. Notei que muitas fichas de matrícula apresentavam falhas e, além disso, não havia atualização nas informações sobre as crianças que estavam mudando de creche ou que vinham de outras instituições da região, que atendem crianças do berçário até os três anos e onze meses. Assim, as informações reunidas e as estimativas foram elaboradas a partir dos dados disponíveis nos registros.

Inicialmente, foi realizado um levantamento com os alunos do 4º ano do ensino fundamental em uma escola situada em uma área periférica de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, vinculada à Rede Municipal de Educação, entre os meses de março e junho de 2023. De acordo com dados do IBGE, a categoria de negros abrange a soma de (preto + pardos). Nos dados coletados, constatou-se que entre as 30 crianças, 18 eram brancas, 1 era negra, 7 pardas e 4 não informaram suas etnias. Como pesquisadora, percebo que esses dados não refletem a verdadeira situação do pertencimento étnico/racial das crianças atendidas na escola. Ao analisar as informações das fichas que indicam a cor/raça das crianças, percebo que várias crianças negras foram registradas como brancas, e aquelas que não possuem essa

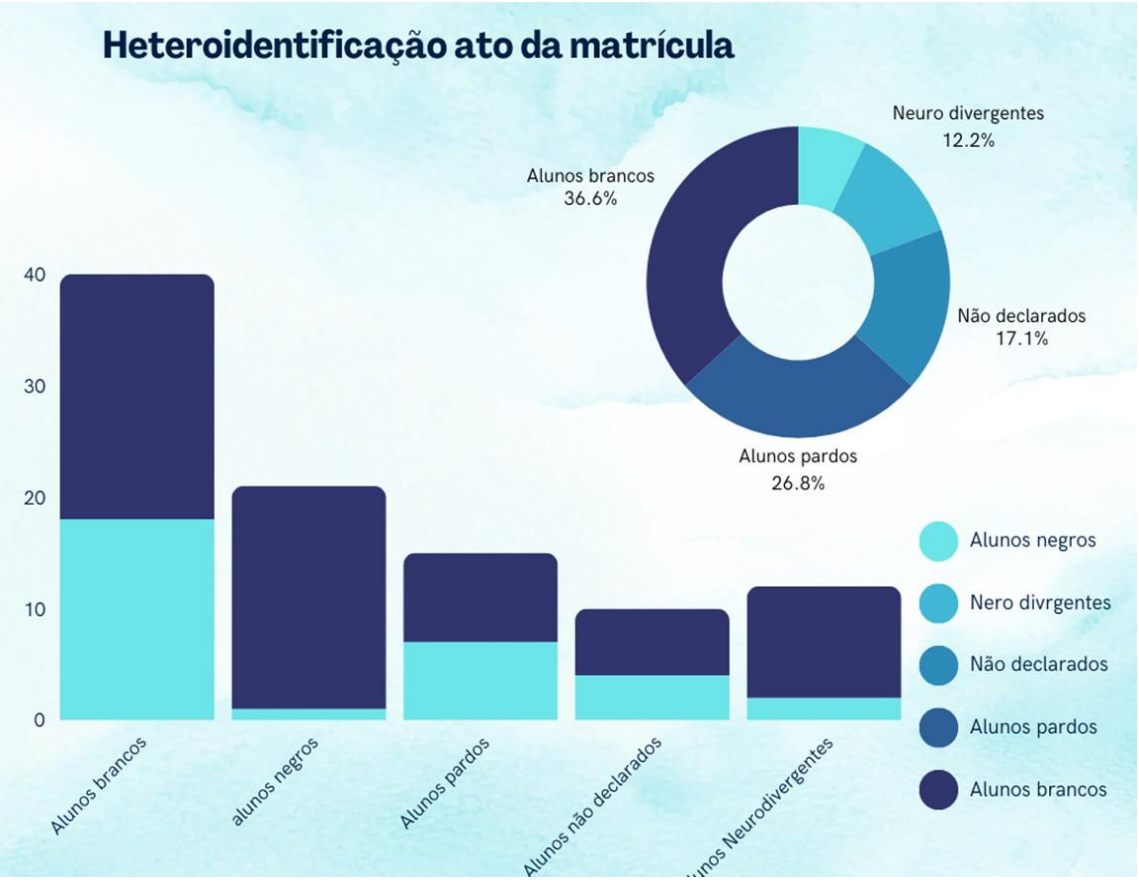
[19] É um procedimento complementar à autodeclaração racial nos processos seletivos do Instituto, destinando-se a aferir as pessoas candidatas inscritas nas reservas de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas).

[20] Auto-atribuição é um modelo de atribuição que, em vez de usar dados de aquisição (que costumam ser enviesados)

informação também podem ser negras. Isso se alinha com a composição da comunidade, que é predominantemente formada por pessoas negras, assim como a escola.

Foi necessário compreender os perfis das famílias dos alunos do 4º ano do ensino fundamental I, séries iniciais, que frequentavam a escola municipal de Juiz de Fora e a forma como elas heteroatribuiam seus filhos. Para isso, solicitei acesso às fichas de matrícula às secretárias da escola municipal de Juiz de Fora, Minas Gerais, com autorização da direção, que deu todo o respaldo para a realização do levantamento e pesquisa e emissão de declaração de autorização- Como não iria divulgar o nome da instituição e nem o dos alunos, não foi realizado o pedido ao Comitê de Ética - não nos aventuramos em outros aspectos, como renda per capita, religião, nível de escolaridade, profissão e famílias que recebiam apoio do programa social Bolsa Família. Obtivemos o seguinte resultado em uma sala com 30 alunos:

Figura 1- Gráfico I- heteroatribuição no ato da matrícula.



Fonte: arquivo pessoal- 2024

Através do gráfico, é possível observar que a classificação realizada pelos pais revela uma predominância de alunos brancos, com apenas um aluno negro registrado. Essa avaliação confirmou o que já se imaginava a respeito da percepção étnico-racial das famílias assistidas.

Ciente de que o caminho não seria simples e que era necessário continuar a investigação, com o plano em mãos, começo enfrentando várias dúvidas e medos, os quais são registrados no meu Diário de campo.

Os registros ocorreram de forma que as crianças nem se deram conta, sem compreenderem que estavam envolvidas em um processo significativo, tanto para mim, como educadora, quanto para eles como estudantes. Apesar de sugerir abordagens, o que será trabalhado abrirá espaço para ressignificar os saberes já existentes, valorizar a herança cultural e reconhecer o pertencimento racial. Instruir uma criança a cultivar pensamentos otimistas pode impactar significativamente sua abordagem diante de obstáculos e ajudar a desenvolver uma sólida estrutura emocional.

Para a professora e escritora Patrícia Maria de Souza Santana (2023)

> Em um mundo marcadamente adultocêntrico, ancorado em valores eurocentrados e com legados coloniais ainda latentes em diversas partes do planeta, privilegiar as vozes das crianças negras e quilombolas, com suas experiências e valores, poderá trazer forças renovadoras capazes de alentar as buscas por outras lógicas de organização da vida distintas daquelas que se mostraram ineficazes e sem futuro: lógicas de expropriação. precarização, etnocidas, racistas, e focadas no desenvolvimento exploratório dos seres humanos e não humanos (SANTANA, 2023, p. 64).

Com base nas observações de Santana sobre a relevância de se valorizar os conhecimentos, as rodas de conversa se tornaram fundamentais para desenvolver minha pesquisa. Inicialmente, em meados de março de 2023, desafiei os alunos da turma do 4º ano com idade entre oito e nove anos, a refletirem sobre a autodeclaração. Muitos, que vêm de relações interraciais, não compreendiam o significado de ser pardo ou parda; acreditavam com firmeza que só existiam brancos e negros, considerando os indígenas apenas como negros, despertando a curiosidade racial sobre si.

Como reflexo histórico das relações inter-raciais, estamos imersos em uma sociedade onde a miscigenação é um aspecto significativo. As crianças envolvidas na pesquisa foram identificadas por seus pais como pardas e brancas, resultado de relações inter-raciais. Além da categorização realizada pelos pais, as crianças também expressaram suas opiniões sobre sua própria identidade racial. Assim, os mecanismos

de miscigenação foram analisados neste estudo.

As respostas dos estudantes em relação à sua identidade racial transformaram a dinâmica das aulas, e as ações que tomaram, levaram a um contexto surpreendente de descobertas e aceitação. As percepções se alteraram, e as piadas de teor racial cessaram com a abertura de diálogos, onde compreenderam que não devemos comentar sobre a opressão cuja experiência não vivenciamos.

Isaac, nome fictício, foi o aluno que mais questionou seu pertencimento racial, não tem a pele branca e nem retinta o que o fez indignar. “Professora minha avó tem a cor de café , sabe aquele café fraco e minha mãe que é filha dela tem a pele branca. Eu sou o que?”(Diário de Campo, março de 2023)

Logo, respondo sua curiosidade com outra pergunta. Você esqueceu de falar do seu pai, como você heteroatribui ele?

- Ah professora, ele é quase sua cor.
- Então ele é negro?
- Não professora nem você é.

Explico que me autodeclaro negra, por ser filha de pais negros (mãe parda e pai negro retinto). Isaac fica calado por alguns minutos. Logo, solta uma fala em voz alta, “iiii sou pardo claro, tá bom melhor que ser “retinto”.

Peço que parem o que estão fazendo e volte a atenção para mim, vamos conversar sobre a fala de Isaac.

O estudante chegou no ponto que queria, a curiosidade e o não desejo de ser negro. As provocações continuaram, trouxeram tantas outras coisas para fazer com que outros alunos manifestassem a curiosidade racial sobre si. Nesse ínterim, Heitor pergunta sobre ele,

- Professora, minha mãe é branca e meu pai é da sua cor como eu, então sou negro ou pardo? Em seguida responde, pardo… vou pedir à minha mãe pra ver meu documento, lá tem professora?

> *Heitor não me deixava responder, perguntava e respondia numa velocidade que chegava ser engraçado. Fiquei em silêncio por um bom tempo, e deixei que eles expressassem suas curiosidades sobre si. (DIÁRIO DE CAMPO, MARČO DE 2023)*

De acordo com Gebara,

> O conflito rejeição/aceitação do ser negro, evidenciado, não é uma característica da atualidade, acompanha o processo histórico brasileiro, marcado pela escravização, e a influência desta conformação do tipo de racismo que vivemos na contemporaneidade.

> A força da escravização e das representações negativas forjadas durante esse processo deixou marcas profundas e negativas na identidade do negro brasileiro e na representação social em torno de sua raça. Esse é um processo que também afeta brancos e mestiços brasileiros.(GEBARA, 2023. p. 197)

Na educação, raramente seguimos nosso caminho de forma isolada. Em algumas como árvore genealógica e têm perguntas sobre seus antepassados, incluindo informações situações, é compreensível que alguns responsáveis queiram se informar sobre os conteúdos discutidos em sala de aula, especialmente quando seus filhos demonstram interesse por temas sobre sua identidade e nacionalidade, mesmo porque não é um movimento peculiar.

Levando em conta que a família desempenha um papel importante na passagem de valores e crenças relacionados a grupos raciais, de forma tanto explícita quanto implícita, compreendemos, conforme foi discutido por Cavalleiro(2003), os membros da família, como agentes de socialização, contribuem para a manutenção de normas e supervisionam ações pertinentes aos grupos. No que se refere ao desenvolvimento das crianças para a interação social, enquanto elementos fundamentais da sociedade, elas adquirirão comportamentos em relação ao seu próprio grupo racial e a outros grupos representativos, influenciados tanto pela família quanto pela sociedade em geral.(CAVALLEIRO, 2003. p.16)

Para não perder o fio da meada, retomei a fala de Isaac, “[...] graças a Deus não sou negro”, logo ele quis justificar e não justificavel,

- Professora, não é bem isso que quis dizer. Apenas disse que ser pardo é melhor que ser negro.

Pergunto:

- E não é a mesma coisa, Isaac?

Ele muito enrolado, não soube responder.(Diário de Campo, abril 2023)

Toda essa rejeição por parte de Isaac decorre de uma formação acadêmica centrada na perspectiva europeia e marcada pelo racismo, que é transmitida às crianças desde muito jovens nas instituições de ensino, e há uma urgência em desmantelar as concepções negativas que foram incutidas ao longo do tempo. Com a convicção de que a transformação deve ser iniciada por nós, docentes, tenho incorporado novas estratégias em minhas atividades recentes, o que tem gerado repercussões positivas em relação à valorização da diversidade étnico-racial.

A literatura infanto juvenil de temática negra tem sido uma importante

ferramenta para promover a alfabetização racial, aumentar a autoestima das crianças, sobretudo das crianças negras, e destacar as culturas africanas e a diversidade de figuras heroicas, príncipes e princesas, e personagens negras. De acordo com Renato Nogueira (2024), “as crianças adoram se aventurar em diferentes papeis, descobrindo novos mundos e perspectivas inclusivas. É importante que todas as crianças, independente da cor da pele, tenham a oportunidade de se colocar no lugar do outro, promovendo uma identidade antirracista e diversificada”. (NOGUEIRA, 2024).

A presença de personagens e narrativas negras na literatura é fundamental para a criação de uma sociedade antirracista, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras. Com essa visão, analiso diversas obras literárias direcionadas ao público de 09 e 10 anos de idade, que abordam elementos culturais e ajudam a fomentar a valorização e a identificação com a identidade racial.

A escola que me proporcionou o letramento racial com os estudantes, foi a que leciono. No ano da pesquisa estava com uma turma de 4º ano do ensino fundamental I, turno da tarde em torno de 30 alunos no ato da pesquisa. Durante a pesquisa, a instituição educacional estava com uma média de 707[21] estudantes distribuídos nos períodos da manhã e da tarde. Pela manhã, eram atendidos os alunos do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, e da Educação Infantil nos períodos 1º e 2º. Já no turno vespertino, eram atendidos os alunos do Ensino Fundamental I, 1° ao 5° ano e da Educação Infantil, 1º e 2º períodos, totalizando 16 turmas em cada turno.

Com o propósito de identificar os perfis das famílias e das crianças que frequentam a entidade, solicitei autorização da direção para consultar as fichas de matrícula. Para minha análise, utilizei as informações contidas nesses documentos: cor/raça das crianças (heteroatribuição[22]) e dos pais (autoatribuição[23]), me dediquei a analisar a autodeclaração para verificar se a informação sobre a cor/raça refletia minha percepção sobre a origem étnica-racial das famílias assistidas. Quanto à classificação étnica, as fichas de matrícula apresentaram algumas alterações nas categorias de cor/raça. As anteriores a 2014 utilizavam a categoria etnia (amarelo, branco, indígena, negro, pardo), mas as categorias após 2015 seguiram o padrão do IBGE chamado cor/raça, com as categorias: branco, pardo, amarelo e indígena.

---

[21] Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico da instituição

[22] É um procedimento complementar à autodeclaração racial nos processos seletivos do Instituto, destinando-se a aferir as pessoas candidatas inscritas nas reservas de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas).

[23] Auto-atribuição é um modelo de atribuição que, em vez de usar dados de aquisição (que costumam ser enviesados)

Ao buscar informações sobre as diferentes classificações utilizadas nas matrículas, não consegui encontrar respostas claras; os dados eram inconsistentes. Notei que muitas fichas de matrícula apresentavam falhas e, além disso, não havia atualização nas informações sobre as crianças que estavam mudando de creche ou que vinham de outras instituições da região, que atendem crianças do berçário até os três anos e onze meses. Assim, as informações reunidas e as estimativas foram elaboradas a partir dos dados disponíveis nos registros.

Inicialmente, foi realizado um levantamento com os alunos do 4º ano do ensino fundamental em uma escola situada em uma área periférica de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, vinculada à Rede Municipal de Educação, entre os meses de março e junho de 2023. De acordo com dados do IBGE, a categoria de negros abrange a soma de (preto + pardos). Nos dados coletados, constatou-se que entre as 30 crianças, 18 eram brancas, 1 era negra, 7 pardas e 4 não informaram suas etnias. Como pesquisadora, percebo que esses dados não refletem a verdadeira situação do pertencimento étnico/racial das crianças atendidas na escola. Ao analisar as informações das fichas que indicam a cor/raça das crianças, percebo que várias crianças negras foram registradas como brancas, e aquelas que não possuem essa informação também podem ser negras. Isso se alinha com a composição da comunidade, que é predominantemente formada por pessoas negras, assim como a escola.

No entanto, nos dados apresentados pelos alunos(autodeclaração), o resultado foi diferente: 21 se declararam brancos, 4 como negros e 5 não se identificaram, sendo que muitos delas mostraram-se indecisos e preferiram se considerar brancos por se assemelharem aos pais ou por não aceitarem a cor de sua pele, considerando-a feia ou indesejável. Uma vez que o propósito consistia em desenvolver ou ao menos buscar a curiosidade racial e identitária desses alunos por meio das interações educativas.

A narrativa gerou diversas perguntas dos alunos sobre a autenticidade desses reinos e suas cortes. Enraizados em estereótipos eurocêntricos, tudo o que foge ao familiar é visto com desconfiança.

> [...] a memória que lhe inculcam não é a de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverso que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou (MUNANGA ,1988. p.23)

De acordo com Munanga, a versão amplamente espalhada não reflete a experiência real dos nossos alunos, e é essencial que continuemos a desfazer o mito de que a África se limita à extrema pobreza, safáris e uma perspectiva desfavorável sobre sua cultura. Desta forma, os 54 países do continente africano foram mostrados através de suas culturas, idiomas, reinos e a vasta riqueza que possuem.

Com a convicção de que a transformação deve ser iniciada por nós, docentes, tenho incorporado novas estratégias em minhas atividades recentes, o que tem gerado repercussões positivas em relação à valorização da diversidade étnico-racial.

A literatura infanto juvenil de temática negra tem sido uma importante ferramenta para promover a alfabetização racial, aumentar a autoestima das crianças, sobretudo das crianças negras, e destacar as culturas africanas e a diversidade de figuras heroicas, príncipes e princesas, e personagens negras. De acordo com Renato Nogueira (2024), “as crianças adoram se aventurar em diferentes papeis, descobrindo novos mundos e perspectivas inclusivas. É importante que todas as crianças, independente da cor da pele, tenham a oportunidade de se colocar no lugar do outro, promovendo uma identidade antirracista e diversificada”. (Nogueira, 2024, p.)

A presença de personagens e narrativas negras na literatura é fundamental para a criação de uma sociedade antirracista, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras. Com essa visão, analiso diversas obras literárias direcionadas ao público de 09 e 10 anos de idade, que abordam elementos culturais e ajudam a fomentar a valorização e a identificação com a identidade racial.

Quanto ao procedimento de heteroatribuição e autoatribuição, estudiosos ao redor do mundo têm se empenhado em discutir essa temática. Rocha e Rosemberg, Piza e Bento destacam as tensões, principalmente no que se refere às subjetividades envolvidas na autodeclaração. Para Piza e Bento,

> Assim, a coleta de cor no Brasil sempre foi um desencadeador de instabilidade e embaraços para coletores e declaradores, já que, entre atribuir a cor e dar nome a ela ocorrem inúmeros fatores determinados pela condição social, regional e outras. a Complexidade principal parece concentrar-se na relação estabelecida entre o coletor e o declarante ou nomeado (PIZA; BENTO, 2003, p. 65).

Além das dificuldades mencionadas pelos autores, existe também uma pesquisa realizada por Marília Carvalho (2005), na qual revela a inclinação das famílias negras em registrar seus filhos como pretos ou pardos, enquanto frequentemente identificam os pardos como brancos.

Esse fenômeno pode indicar a absorção de características negativas

relacionadas a indivíduos negros, considerando não apenas a tonalidade da pele, mas também a textura dos cabelos e os formatos dos lábios e do nariz, entre outros aspectos. Em uma sociedade marcada pelo racismo, é compreensível que as pessoas possam rejeitar sua identidade étnica ou racial e, ao mesmo tempo, tenham internalizado o preconceito de que são alvos, resultando na negação da negritude e na busca por uma aproximação com características associadas à branquitude.

4.2 - A representatividade negra nos livros literários infanto juvenis

Começo minha abordagem com uma dinâmica de diálogo inicial, onde introduzo algumas obras de literatura infantojuvevil com protagonismo negro, com o objetivo de oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer personagens negros, distintos dos que costumam encontrar nas mídias e nas diversas literaturas. Essas obras fogem dos padrões convencionais de princesas e príncipes europeus e da Disney, apresentando personagens que se assemelham a eles.

Visando resguardar a identidade das crianças e de seus familiares, serão utilizados nomes inventados em lugar dos nomes verdadeiros, além de manter a denominação da escola em sigilo. Em contrapartida, assumo o papel de pesquisadora e professora nesse processo, buscando promover e reforçar o sentimento de pertencimento de cada criança, especialmente das crianças negras. Utilizar o continente africano como base representa, de certo modo, um retorno às raízes na educação. Ao planejar as atividades, busco compreender as lacunas no conhecimento das muitas crianças negras que não tiveram a chance de receber uma educação voltada para questões raciais e acabaram se distanciando em sua busca por inclusão em uma sociedade marcada pelo racismo.

O continente africano serviu como base para mostrar e reforçar para as crianças que a África não se limita a um único país, mas é um vasto continente repleto de diversidade cultural e interações. “O poder é a capacidade não apenas de narrar a história de outrem, mas de torná-la a narrativa principal dessa pessoa.” Chimamanda Adichie.

Logo após, iniciamos a leitura da obra “Dandara e a princesa perdida”, escrita por Maíra.

Figura - 2 - Imagem do livro Dandara e a princesa perdida (2012)



Fonte: livro Dandara e a princesa perdida, Maíra Suertegaray

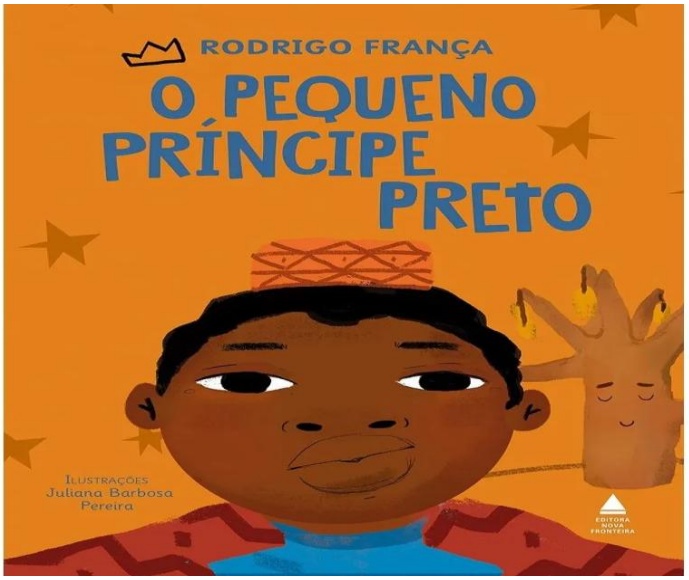
Suertegaray, que trouxe uma visão inovadora e inédita para aqueles que estão habituados a narrativas tradicionais. A protagonista, Dandara, é uma menina negra, curiosa e inquieta por não ver representações de princesas que se pareçam com ela. Durante sua jornada, ela encontra Makena, uma princesa africana de pele e cabelos em tons de marrom escuro, desafiando os padrões comuns. Seus olhos, que cintilavam como pérolas negras, eram acompanhados por um pequeno dragão que a acompanhava. A obra apresenta uma rica diversidade de princesas africanas, cada uma com suas próprias tradições e reinos.

A obra estimulou os estudantes, que experimentaram uma série de trocas e desconfortos ao manusear o livro e conhecer as diferentes princesas. Durante esse processo, muitos deles comentaram que essas figuras lembravam as da Disney, parecendo meras histórias de fadas. Assim, os reinos africanos contemporâneos foram apresentados, e, a cada novo reino, a surpresa só aumentava. Entre os comentários dos alunos, o que mais me chamou a atenção foi o de Isaac, “não é possível que essa seja uma princesa”, ao se referir à princesa de cabelos curtos. Complementou: “ela nem cabelo tem, acho que houve um engano, professora”. A fala do aluno Isaac, manifesta de alguma forma como a obra concerne ao imaginário dos estudantes.

Ao longo dos dias, Dandara tornou-se tema de discussões entre os estudantes, sempre aparecendo nas conversas. Uma aluna, por conta própria, decidiu investigar sobre o Reino de Daomé e recomendou à turma que assistisse o filme “A Mulher Rei”,

estrelado por Viola Davis. Ela comentou sobre as particularidades desse reino, que não seguia uma linha de sucessão tradicional. Diante disso, outros reinos e costumes foram apresentados.

Figura - 3 - Imagens do livro O pequeno princípe preto

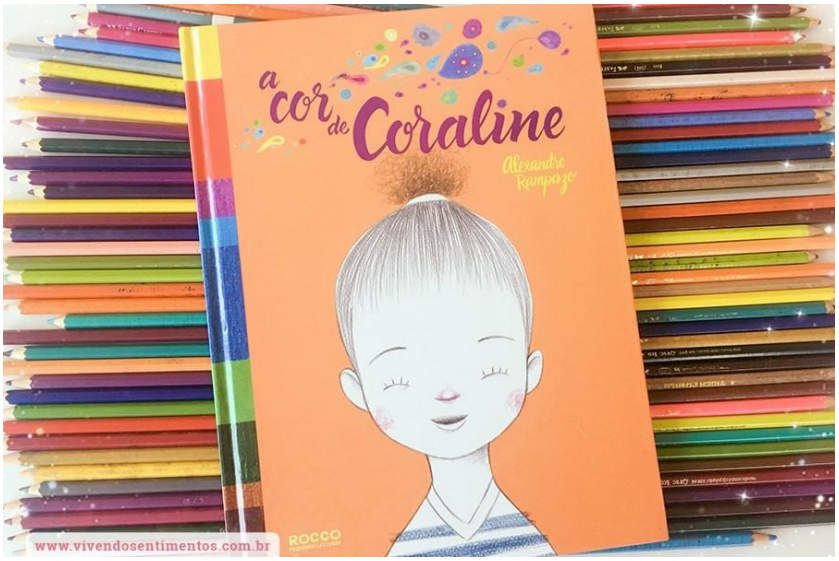


Fonte: livro O pequeno príncipe preto - Rodrigo França

Em meio ao entusiasmo pelos reinos africanos, o trabalho de Rodrigo França, intitulado O Pequeno Príncipe Preto, que ressalta a importância da ancestralidade africana, foi inserido. Essa obra oferece uma perspectiva autêntica e enriquecedora sobre um continente repleto de diversidade e riqueza cultural, apresentando um menino negro como seu personagem central.

A criação de Rodrigo França provocou um debate entre os alunos. Aqueles que apreciam literatura trouxeram à tona a obra do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, O Pequeno Príncipe, durante as discussões. Discutiram as semelhanças e distinções entre as duas obras, abordando a conexão entre a rosa e o baobá, além de suas particularidades. O foco central deste livro foi o baobá, e ao longo das conversas, compreenderam a relevância da árvore ancestral e seu significado para os africanos.

Figura - 4 Imagem do livro A Cor de Coraline



Fonte: Livro A cor de Coraline, Alexandre Rampazo

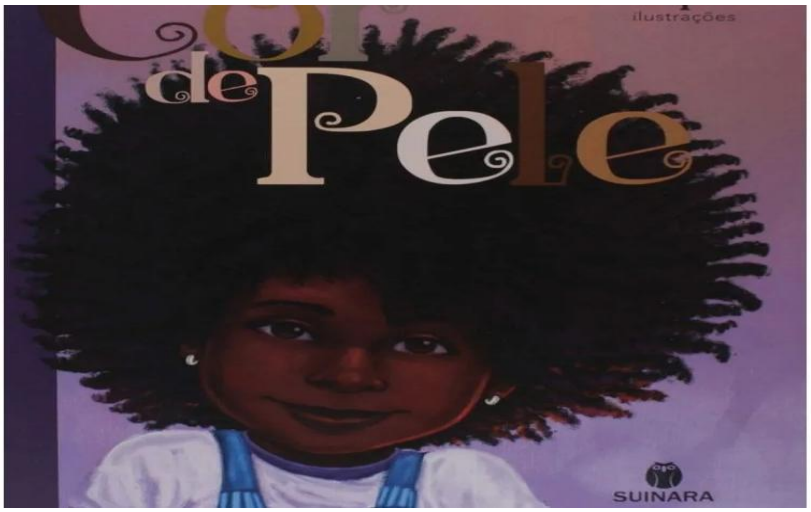
Apesar de toda a elucidação e argumentação, isso ainda parecia insuficiente em relação ao longo histórico de racismo e a falta de pertencimento vivenciada pelos estudantes ao longo de sua trajetória escolar. A cor salmão prevaleceu por muito tempo, como a única representação da diversidade de tons de pele nas carteiras, consolidando-se como uma suposta cor universal. Com o objetivo de desconstruir essa ideia e mostrar a pluralidade da população, o trabalho de Alexandre Rampazo e Elizabete da Cruz evidencia a riqueza racial. Início com a "A Cor de Coraline" de Alexandre Rampazo, a temática da identidade foi abordada através do uso de lápis de cores variadas para representar diferentes tons de pele. Isso levou a personagem a refletir sobre os diferentes tons de pele existentes. Após a leitura, surgiu a reflexão: qual é o meu tom de pele? Todos têm o mesmo tom? Por que durante muito tempo o lápis da cor salmão foi oficializado como a cor da pele universal?

O debate acerca das diversas tonalidades de pele despertou nos estudantes um interesse racial em relação a seus antepassados. Muitos perceberam que a evolução da humanidade ocorreu por meio da combinação de diferentes etnias, resultando assim nas variadas cores de pele.

A miscigenação é o fenômeno que ocorre quando diferentes etnias, raças ou povos se misturam, dando origem a indivíduos multirraciais ou multiétnicos. Os indivíduos resultantes dessa mistura apresentam traços físicos e culturais de suas diversas origens. Esse processo é uma característica distintiva da cultura e da

população brasileira. No Brasil, a miscigenação teve início no final do século XV, com a chegada dos europeus, e prosseguiu com a vinda dos africanos.

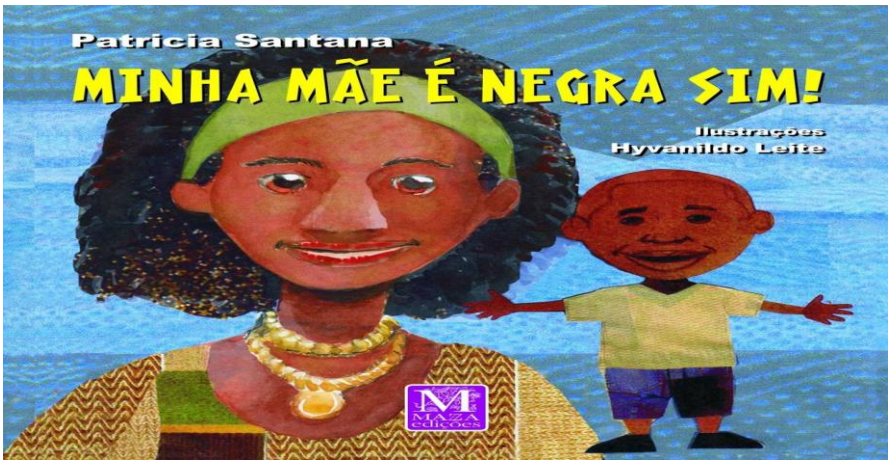
Figura - 5 Imagem do livro Cor de Pele



Fonte: Livro A cor de pele, Elisabete da Cruz - Rafael Duque

A obra "Cor da Pele", de Elisabete da Cruz com ilustrações de Rafael Duque, explora a temática da cor da pele. A falta de reconhecimento dos familiares da protagonista Zaila, refletida nas cores vibrantes do desenho, suscita discussões e questionamentos na turma sobre a dificuldade de identificar a tonalidade de pele de seus próprios parentes. As relações interraciais nas famílias brasileiras intensificam a presença do colorismo[24], gerando confusão na autodeclaração étnica da população.

Figura - 6 Imagem do livro Minha mãe é negra sim



Fonte: Livro Minha mãe é preta sim, Patricia Santana

[24] O colorismo é um sistema de classificação social que perpetua desigualdades e injustiças semelhantes a outros sistemas de discriminação.

Aproveitando o tema da relevância da família, outra obra trabalhada foi a “Minha mãe é negra sim” de Patrícia Maria de Souza Santana, que oportunizou a reconstrução identitária da criança negra a partir do racismo sofrido pelo personagem na escola. A obra busca mostrar ao público leitor um crescente entendimento das questões raciais por meio da aceitação da própria identidade negra, a partir da questão do preconceito relacionado à cor da pele. Nesse sentido, a educação familiar e transmitida entre gerações é fundamental na formação do senso de pertencimento, indo contra o conhecimento tradicional e autoritário que frequentemente é imposto pelas instituições escolares.

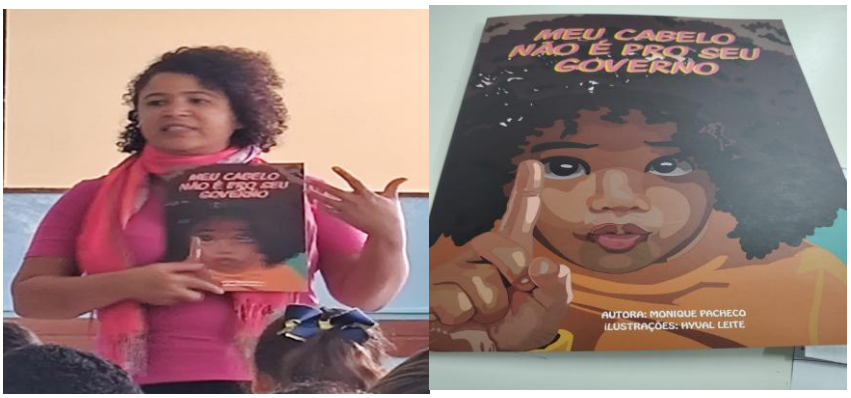
Figura 7 - Imagem do livro Com qual penteado eu vou?



Fonte: livro Com qual penteado eu vou?, Kiusam de Oliveira

Com qual penteado eu vou, uma obra essencial para abordar a diversidade e a singularidade presentes em cada criança, independentemente do estilo de cabelo que ela utilizar. Com uma escrita densa e acessível, características do talento de Kiusam de Oliveira, doutora em Educação e autora de várias obras consagradas, temos aqui uma contribuição valiosa. Este livro apresenta obras impressionantes. Imagens marcantes que prendem nossa atenção e ressaltam a relevância da família e de seus antepassados, além das celebrações que honram a memória dos que vieram antes, acompanhadas de uma estética negra exuberante, refletida em penteados deslumbrantes que caracterizam a comemoração. Esta obra revela aos leitores a identidade negra expressa através de nomes e estilos distintos, valorizando a ancestralidade e o papel significativo do simbolismo na escrita e sua estética.

Figura 8 - Imagem cedida pela a autora Monique Pacheco- Livro Meu cabelo não é pro seu governo



Fonte: livro Meu cabelo não é pro seu governo, Monique Pacheco

Nessa ciranda, a secretaria de educação do município estava apresentando nas instituições de ensino a escritora Monique Pacheco, com seu livro "Meu cabelo não é pro seu governo", uma discussão que se alinha ao trabalho voltado para a compreensão e valorização da estética negra.

Durante a apresentação, a autora destacou as razões que a inspiraram a escrever o livro, causando uma grande impressão nas crianças. A maneira como Monique tratou do tema dos cabelos crespos gerou um desconforto entre as meninas negras, que se sentiam envergonhadas e tentavam se esconder. Ela também chamou a atenção para os alunos que faziam comentários ofensivos sobre seus cabelos.

Nesse processo, valendo-me da etnografia como método de pesquisa e aplicando suas ferramentas específicas, como observações, registro de imagens e diálogos com crianças e professores brancos, além de incluir crianças negras que foram os participantes do estudo, adotamos uma abordagem relacional, permitindo que, em diversas ocasiões, crianças e professores negros também fossem destacados, pois foi através dessas interações que examinei as funções que cada indivíduo desempenha.

O diário de campo, enquanto um instrumento metodológico, possibilitou o levantamento completo do que foi observado, percebido e não expresso, além de gerar novas abordagens e compreensões da realidade em estudo. Também procurei examinar os registros documentais da instituição, incluindo o histórico da unidade, o Projeto Político Pedagógico e outros documentos normativos.

Com base nos textos literários e nas atividades relacionadas, retornamos ao

início para verificarmos se compreenderam a proposta. Estimulando uma conversa em grupo e o relato pessoal sobre identidade racial para comparar as respostas dos participantes. O desenrolar após a leitura foi impactante, mesmo aqueles que ainda mantinham sua posição inicial de neutralidade, revelavam certa hesitação ao argumentar.

Colaborar com os alunos apresentou-se como um desafio. Assim, optei por realizar essa observação na escola onde atuo como professora da séries iniciais do Ensino Fundamental, principalmente com o objetivo de oferecer aos alunos do 4º ano uma visão positiva acerca de sua ancestralidade africana, a qual era, até então, desconhecida para eles — uma falta de conhecimento que se manifestou durante as aulas. Além do mais, a dinâmica da sala de aula possibilita uma interação singular: vindo de diversas origens, os alunos encontram nesse ambiente um espaço de troca, compartilhando a mesma turma, idades semelhantes, professores comuns, o mesmo local físico e uma rotina horária idêntica. Dessa maneira, as aulas se transformaram em um contexto favorável para o debate sobre esses temas.

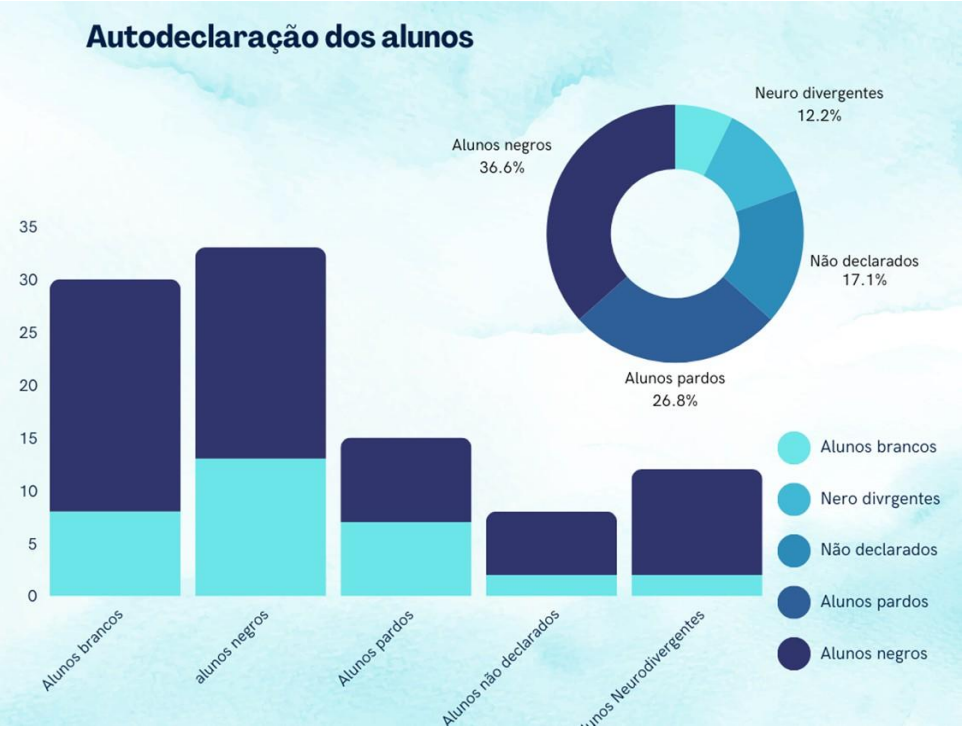
A partir das reflexões apresentadas na dissertação de mestrado de Rosália de Moraes Romão da Silva, intitulada “De café com leite à negra: africanidades, discurso e construção de abordagens identitárias positivas em aulas de História”, observou-se uma consonância aos objetivos e na importância da formação da identidade através das interações e vivências no ambiente escolar.

Com o objetivo de reiniciar as autodeclarações após a introdução do letramento racial e enfatizando a relevância de um ambiente escolar que ofereça representatividade para crianças negras, começo um novo levantamento. Resultado obtido (vide figura 9 logo abaixo).

O número de alunos brancos autodeclarados diminuíram em relação ao primeiro gráfico, o que era 21 brancos agora 8 autodeclaram brancos, o que era 5 negros autodeclarados passou a ser 13 negros, entre os pardos e os não declarados ficarm 7 autodeclarados pardos e 2 não declaram devido a neurodivergencia.

A implementação de métodos de ensino antirracistas é essencial para a criação de uma educação democrática, que se baseie na igualdade de oportunidades e na valorização da diversidade tanto no ambiente escolar quanto na sociedade.

Figura 9 - Imagem gráfico 2 da autodeclaração dos alunos



Fonte: Gráfico autodeclaração dos alunos

Assim, é nossa responsabilidade, como diretores, coordenadores e educadores, lutar contra as expressões de racismo que ocorrem no ambiente escolar. A intenção é que crianças de todas as partes do país sintam-se orgulhosas de sua identidade negra e tenham fé em um futuro cheio de oportunidades. É fundamental que as novas gerações aprendam a respeitar, valorizar e conviver de forma harmoniosa com os diversos grupos étnico-raciais ao seu redor.

Com base nesse resultado relevante e nas discussões entre os estudantes e os outros professores, optamos por organizar uma feira cultural que explore a influência da Cultura Negra na escola, envolvendo todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e não apenas as séries iniciais. Sendo assim o que seria apenas uma pesquisa com os alunos de uma turma se tornou um trabalho com toda a escola. Mesmo diante dos desafios na implementação e de numerosos impedimentos, surgiram realizações.

4.3- De Preterida a homenageada: descolonizando as práticas

> O professor pela simples força do seu desejo, é capaz de fazer da sala de aula uma comunidade de aprendizado entusiasmada. (HOOKS, 2013, p.19)

Os alunos estavam cheios de entusiasmo e expectativa para o começo das atividades da 1ª Feira de Ciências e Cultura Afrobrasileira e Africana. Dentro desse cenário, estou lançando um E-book chamado "Ubuntu se faz com Sankofa: Pretuguês básico para uma luta antirracista", em parceria com duas profissionais da educação básica, o que despertou ainda mais o interesse dos estudantes que ficarão informados.

> A criança aprendendo a ler e a compreender o mundo, suas regras, seus conhecimentos socialmente valorizados, sua identidade, seu lugar no mundo; o/a adolescente mudando a voz, mudando o corpo, vivendo transformações comportamentais, mudanças que trazem inquietações. Precisamos observá-los(as) na sua complexidade humana, com seres que pensam, criam, produzem, amam, odeiam, têm sonhos, sorriem, sofrem e fazem sofrer, que têm aparência e compleições memória, conflitos, afetos e saberes inscritos em seu corpo e em sua personalidade (SECAD, 2010, p. 61).

O amor e a empatia têm o poder de mudar realidades. É fundamental que a prática da pedagogia do respeito e da valorização das diferenças seja integrada na rotina das escolas, permitindo que os indivíduos valorizem tanto suas próprias qualidades quanto as dos outros.

Durante uma Reunião Pedagógica a diretora introduz a sugestão para a culminância de novembro, utilizando como foco o livro de Barbara Carine, "História Preta das Coisas", que destaca 50 inovações científicas e tecnológicas de pessoas negras, traz um olhar inspirador sobre as invenções e contribuições de pessoas negras que transformaram nosso cotidiano. Muitas vezes, essas criações passam despercebidas ou são atribuídas a outras, e o livro resgata com muita sensibilidade e conhecimento. E essa preciosidade foi o fio condutor que nos inspirou para a 1º Feira de Ciências e Cultura afro-brasileira e africana. Como é de conhecimento geral, a resistência da branquitude é evidente. De acordo com Gordon, a liberação desses grupos inclui a liberação do saber e para isso é necessário libertar-se do “jugo ou da força colonizadora de certas formas de racionalidade”(GORDON, 2016, p. 460-461) comecei a estruturação e a orientação das atividades.

> Tais práticas buscam promover o combater ao racismo e à

> discriminação que se fazem presentes dentro da escola e no seu entorno. Ao elaborá-la, tenho em mente a promoção de uma educação que garanta o respeito e a valorização da diversidade racial, como também a criação de mecanismos que possibilitem o empoderamento e a elevação da autoestima, principalmente de alunas e alunos afrobrasileiros, cuja a identidade é constantemente violada em virtude das correntes de pensamento que inferiozam os sujeitos negros.(TOLENTINO, 2018, p.20)

As tarefas foram distribuídas e as atividades foram se desenvolvendo ao longo do ano. As orientações e recomendações eram oferecidas conforme surgiam perguntas e quais materiais seriam utilizados. Foram realizadas palestras, discussões em grupo e workshops, proporcionando esclarecimentos para os educadores que não possuíam formação e letramento racial.

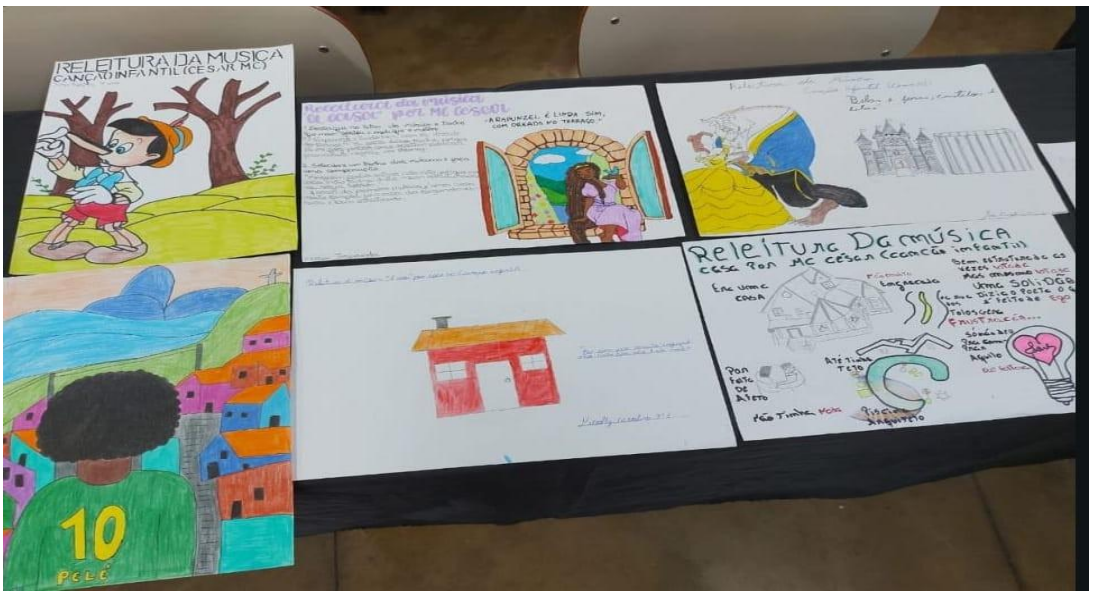
Figura 10 - Imagem formação de professores - Letramento racial- 2024



Fonte: acervo pessoal - 2024

A cada bimestre, uma nova novidade era apresentada, trazendo a música para as aulas de geografia junto com a Mc César, Canção Infantil, uma releitura da canção de A Casa de Vinicius de Moraes. Nos versos, MC César realiza uma análise profunda e crítica da sociedade, empregando metáforas inspiradas no mundo infantil. Por meio de uma narrativa que contrasta realidades distintas, a música aborda temas como a desigualdade social, a brutalidade da violência e a perda da inocência. Trata-se de uma crítica à violência urbana e às disparidades sociais. A canção entrelaça histórias infantis com a dura realidade das comunidades, especialmente aquelas localizadas em áreas periféricas.

Figura 11 - Imagens das atividades dos alunos 8° e 9º ano - Releitura - 2024



Fonte: arquivo pessoal- Releitura da música Canção infantil - Mc César

Racionais MC - Negro Drama, nas aulas de Língua Portuguesa e Produção Literária. A canção "A vida é desafio" dos Racionais apresenta reflexões significativas para a educação. Em uma atividade, foram incentivados os alunos a discutir suas percepções sobre autoconfiança e autoconhecimento. Contudo, a reação dos estudantes brancos em relação aos versos da música foi discernível, pois demonstraram desconforto. Eles desconsideraram tanto a relevância do que estava sendo abordado quanto a atividade sugerida, algo que se refletiu em seus comportamentos e no uso frequente dos celulares, deixando os alunos negros em situação de desconforto. Diangelo (2018), É importante destacar que, para compreendermos a razão pela qual os brancos enfrentam tantas dificuldades ao tratar de questões raciais, é necessário analisar a base subjacente da fragilidade branca: de que maneira a branquitude influencia nossas visões, vivências e reações. Seguido a mesma proposta, a música Negro Drama, também doa Racionais foi apresentado para os alunos e todo o significado que apresenta cada estrofe e cada verso da canção. A letra trata dos períodos históricos brasileiro, período Colonial, retrata da primeira favela- Comunidade da Providência, Guerra dos Canudos (promessa de loteamento e o Pé de Favo - nome que dá origem ao nome favela).

Nessa ciranda, a escola foi se tornando mais inclusiva, enquanto os projetos ganham vida. A indisciplina foi diminuindo a cada nova descoberta, e as energias eram

direcionadas para atividades antirracistas na quadra. Gradualmente, quase sem perceber, toda a escola se engajou na aplicação da lei 10.639/03 e na promoção de uma educação antirracista, ajustando suas práticas ao propósito de diversificar os currículos, e conseguimos.

Figura 12 - Imagens - Cotidiano escolar



Fonte: Arquivo pessoal - Confecção - 2024

A feira ofereceu aos alunos experiências em diferentes áreas do conhecimento e contou com a presença de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, tanto nas ciências exatas como nas humanas. Isso ajudou a conectar sonhos à realidade, evidenciando a importância da representatividade dessas pessoas negras em contextos que vão além do que normalmente vêm em livros e em suas rotinas.

Finalmente, o aguardado dia chegou. Na véspera da exposição dos projetos da feira, os encarregados de enfeitar a escola foram se juntando, enquanto os estudantes, animados em colaborar, demonstravam a felicidade refletida em seus olhares. Os trabalhos, elaborados com criatividade a partir de materiais recicláveis, se tornaram autênticas obras de arte.

O projeto que estava na sala de leitura não pôde ser apresentado no dia anterior, pois era uma surpresa para a professora do 9º ano do ensino fundamental. Essa iniciativa foi concebida pela professora de geografia da turma, relacionada às autoras negras brasileiras. Portanto, o trabalho ficou guardado até o dia da feira. Para minha surpresa, a mulher negra homenageada era eu mesma; fizeram uma releitura do eBook "Ubuntu se faz com Sankofa: Pretuguês básico para a luta antirracista", no

qual organizei e assinei dois capítulos ao lado de duas professoras da educação básica, além de uma linha do tempo sobre minhas conquistas.

Figura 13 - Imagens Cientistas da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF - PPRER



Fonte: Acervo pessoal - 2024

Aquele instante foi carregado de emoção, pois estar na posição de homenageada nunca foi um objetivo ou mesmo um sonho. As possibilidades pareciam distantes, considerando a realidade em que me encontrava, marcada pela alfabetização funcional e pela falta de perspectivas de integrar o seleto grupo de pessoas negras de sucesso. Além disso, a dor causada pelo racismo intensificava a convicção de que alcançar esses espaços era algo inalcançável.

Com base nas questões abordadas ao longo da pesquisa, examinamos a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, os quais perpetuam visões sociais negativas sobre a população negra. Isso resulta em um complexo processo de negação da cor e da identidade racial nas crianças. É essencial que as instituições educacionais promovam uma reformulação dos currículos, implementem legislações justas e valorizem a rica herança das culturas africana e afrobrasileira.

Considerações finais

Fundamentado nos dados coletados na pesquisa, este estudo visa se conectar com todos os pesquisadores e acadêmicos, sejam eles citados ou não, que se empenharam em explorar o assunto do racismo e, de alguma maneira, destacaram essa problemática.

A escola, como uma entidade social, claramente espelha as relações desiguais ligadas a aspectos como raça, gênero, situação socioeconômica e outros elementos. Dessa forma, a instituição lida com a diversidade dos alunos em várias frentes, assim como se observa na sociedade, evidenciando as disparidades presentes. É relevante destacar que a instituição de ensino tem objetivos definidos que guiam suas atividades, visto que sua missão é formar cidadãos sociais. Assim, ao refletir sobre a formação de uma sociedade mais justa, é essencial imaginar uma escola que proporcione chances de acesso e permanência de forma mais igualitária.

Contudo, é precisamente nesse ponto que estudiosos do racismo e a investigação contemporânea percebem inconsistências, já que há um desvio entre o que é oficialmente definido por legislações, orientações e regulamentos e a realidade prática que se observa nas instituições de ensino em relação à equidade étnico-racial.

Escolher uma abordagem qualitativa autoetnográfica possibilitou que eu entendesse a rotina da instituição educacional. A autoetnografia se esquiva de definições reducionistas. Trata-se de uma interseção entre as ciências sociais e as artes, envolvendo tanto teorias quanto sentimentos, a “performatividade” – o que ocorre no presente – e a performance – o que já foi realizado (investigação anterior) – além da incorporação do pesquisador na vanguarda do processo de pesquisa, durante o ato criativo (seja um texto ou uma apresentação/performance) (Brilhante; Moreira, 2016, p.1100).

Como mencionado, este estudo foi realizado utilizando uma metodologia que, embora não seja recente, apresenta características inovadoras: a autoetnografia. Segundo Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia é um tipo de escrita e pesquisa autobiográfica que incorpora diversos níveis de consciência, ligando o pessoal ao cultural e frequentemente revelando um eu vulnerável. Ao contrário da etnobiografia (Gonçalves; Marques; Cardoso, 2013), na qual a antropóloga analisa a trajetória de outra pessoa para compreender fenômenos socioculturais, na autoetnografia, a antropóloga examina suas próprias experiências ou se baseia nelas para refletir sobre questões sociais e/ou culturais de seu grupo.

Trata-se de uma abordagem que requer diversas dimensões de reflexão, pois o pesquisador e o sujeito da pesquisa são a mesma pessoa. Segundo Grant (2014), a autoetnografia é fundamental para a antropologia, pois revela aspectos de experiências culturais que, geralmente, permanecem sem menção. Ela aborda o que não é dito, combatendo certas invisibilidades e silenciamentos, ao mesmo tempo em que enfatiza o valor da narrativa, especialmente a narrativa pessoal, nas ciências humanas e sociais. Como um conhecimento que emerge da narração, tanto verbal quanto através de outros formatos, essa abordagem produz saberes que se envolvem intensamente com práticas éticas e representacionais. O emprego de metáforas, textos ambíguos, escrita experimental, formas poéticas e a desconstrução do tempo linear são alguns dos elementos que definem as obras autoetnográficas atuais. Ao questionarem normas e limites tradicionais de representação e experimentarem com estruturas e conteúdos, essas obras apostam na expressão das emoções como um método de análise cultural, apresentando autoras e autores como indivíduos concretos. Assim, ampliam a discussão sobre temas, pessoas e instituições, além de desafiar as concepções dentro da própria antropologia.

Nesse contexto, e devido à sua natureza resultante da junção de técnicas, indivíduos, ideias, diretrizes e teorias indissociáveis, essas pesquisas se tornam excepcionalmente relevantes ao abordarem situações de vulnerabilidade (Costa, 2016). Isso acontece porque, nelas, além de analisarmos informações obtidas de forma externa e compartilhadas verbalmente, também consideramos o saber adquirido por meio de nossas próprias vivências corporais, que interagem com diferentes espaços, pessoas, objetos e vivenciam uma variedade de sentimentos.

Para determinadas autoras, a autoetnografia pode ser considerada um gênero, enquanto outras a veem como um método. Segundo Daniela Versiani (2005, p. 16), essa abordagem representa “um conceito em desenvolvimento, que ainda carece de definições e entendimentos fixos”. Trata-se de uma ideia que atua na confluência de termos opostos, como “auto” e “etno”, buscando estabelecer condições cognitivas que possibilitem a compreensão da relação.

Destaco que a identificação de registros por meio de fotografias como ferramenta metodológica, as conversas informais com professores e alunos brancos e negros, e a elaboração de um diário de campo foram essenciais para documentar as informações coletadas durante toda a pesquisa, além de desenvolver em colaboração com os estudantes atividades e analisar as práticas educacionais que não estavam em conformidade com a lei 10.639/2003.

Dessa forma, a partir das análises empreendidas neste estudo, pudemos compreender que a formação da identidade de crianças negras no ambiente escolar, marcada pela presença da branquitude, é afetada de várias formas. A falta de conteúdos que abordam a história e a cultura afro-brasileira e africana, a escassez de representações de pessoas negras em materiais pedagógicos e ilustrações — embora esse cenário tenha apresentado algumas melhorias — ainda deixa muito a desejar. Além disso, as interações com professores e colegas frequentemente reforçam estereótipos racistas e a abordagem muitas vezes menospreza a cultura negra, enquanto o ambiente escolar em si tende a refletir uma cultura branca. Esses aspectos negativos geram múltiplos impactos na formação da identidade da criança negra, incluindo a desvalorização de sua própria identidade, a dificuldade em explorar sua herança cultural e a internalização de estereótipos prejudiciais.

Dessa forma, a investigação ressalta que as crianças negras enfrentam a ausência de garantias para permanecer na escola em condições de igualdade com as crianças brancas. Esses direitos são comprometidos quando atos discriminatórios são experienciados diariamente por essas crianças em função de sua origem étnica e racial. Tal discriminação traz consequências negativas diretas para a formação da identidade delas, afetando sua autoestima, sua inclusão e permanência na escola, além de influenciar a maneira como percebem o ambiente escolar.

Cheguei à conclusão de que, apesar de termos feito progressos na representação através de normas e documentos orientadores que apoiam a busca por uma educação diversificada, ainda há uma diferença significativa entre o que as leis proclamam e a sua implementação real. A legislação relacionada às chamadas “minorias” - negros, indígenas e outros - ainda é desconhecida por muitos profissionais ou omitidas.

Existem leis que apoiam e legitimam a atuação com a diversidade étnico-racial. No entanto, é fundamental que se coloque em prática o que é estipulado pela legislação. O desafio é combater uma política de discriminação que continua profundamente arraigada nas abordagens educacionais. Essa batalha só pode ser enfrentada a partir do entendimento de que o racismo afeta a infância da criança negra e impede seu desenvolvimento integral.

A predominância do sujeito branco nas imagens e a exclusão da representação de outros grupos étnicos, como os negros e os indígenas, são evidentes. As crianças brancas usufruem de privilégios em relação aos outros grupos, pois, em diversas circunstâncias, conseguem se ver e se identificar nas imagens, evidenciando como a

branquitude é constantemente ressaltada.

Dessa forma, o acervo literário, as imagens priorizam a criança branca, conferindo-lhe vantagens não só simbólicas, mas também materiais. Quando os corredores estão representados nos trabalhos majoritariamente imagens positivas com pessoas brancas compartilha-se a construção de um imaginário em que brancos são a regra para o que é bom.

A investigação revelou que, de acordo com diversas crianças negras, a escola é percebida como um ambiente onde enfrentam discriminação por parte de seus colegas. Insultos e apelidos de teor racista se tornam parte do dia a dia dessas crianças, o que significa que sua presença nesse espaço é marcada por conflitos raciais que as colocam em posições de inferioridade e vergonha, de forma explícita e, muitas vezes, com a conivência ou a omissão dos educadores. Durante a pesquisa na construção do diário de campo, tive a oportunidade de observar como o silêncio e a falta de atitude são fatores que influenciam as questões raciais em diferentes contextos. O silêncio, em muitas situações, serve como uma tática para evitar a discussão sobre a temática racial. Entre vários significados que isso pode ter, está a própria dificuldade dos indivíduos em reconhecer e enfrentar seu próprio racismo.

Dessa forma, durante as diferentes etapas da pesquisa, os dados coletados mostraram o desafio que a criança negra enfrenta para se reconhecer como parte de sua identidade, além de destacar como as experiências negativas e o racismo vivenciado criam divisões que fragmentam sua identidade, caracterizada por uma dualidade e pela dicotomia entre brancos e negros.

O estudo revela que a instituição de ensino tem colaborado com certos padrões que desmerecem a identidade da população negra, perpetuando assim as distintas formas de exclusão enfrentadas por crianças e jovens negros. Ao examinarmos os relatos desses jovens, notamos que suas percepções ligam exclusivamente às crianças brancas a atributos como inteligência e beleza. Como resultado, as crianças negras aspiram a ser amigas de seus pares brancos, que recebem representações mais favoráveis. Portanto, mesmo que uma criança negra reconheça sua identidade racial ao afirmar sua cor, fica evidenciado o quão desconfortável se torna essa noção de pertencimento, visto que ela enfrenta discriminação por ser parte desse grupo. As crianças negras são alvo de zombarias devido a suas características que explicitam sua origem, o que as leva a desejar não integrar esse grupo.

As crianças formam suas identidades de maneiras distintas, influenciadas por suas experiências sociais, que envolvem uma variedade de pessoas, ambientes e

condições. Hoje em dia, é evidente que as crianças negras enfrentam obstáculos na construção de suas identidades, em grande parte por causa de um desafio comum: o racismo.

A escola tem uma função essencial nesse contexto, já que algumas crianças negras não conseguem se sentir parte da comunidade escolar, resultando em sua marginalização. Por outro lado, há aquelas que se empenham constantemente para serem aceitas, buscando afirmar sua identidade negra de forma autônoma. Também existem aquelas que preferem não se integrar a nenhum grupo, evitando a aproximação com amigos brancos, que frequentemente representam padrões sociais de beleza e inteligência diferentes no ambiente escolar. Assim, é possível observar que todas as crianças negras, de suas formas únicas, manifestam os efeitos nocivos da branquitude em suas vivências educacionais, além de como esses impactos afetam negativamente a construção de sua identidade, tanto individual quanto coletiva. Crianças brancas frequentemente recebem elogios e são tratadas com carinho, ao contrário do que acontece com as crianças negras.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas, a pesquisa demonstra que as crianças negras veem a escola como um ambiente de valor, o que ressalta ainda mais a relevância da escola na formação de sua identidade, afinal, a escola é o espaço das amizades e da aquisição de conhecimento.

Em síntese, é essencial que educadores e outros profissionais da educação reconheçam seu papel crucial na formação de indivíduos, independentemente de sua etnia, e adotem práticas que promovam o aprendizado entre grupos marginalizados, incluindo crianças, jovens e adultos negros. Ademais, é imperativo incentivar uma educação que seja inclusiva e, na prática, respeitar as diretrizes legais que regem a educação, como a LDB 9394/96 e suas atualizações pela Lei Federal nº 10.639/03 e Lei Federal nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nos currículos das instituições de ensino. É essencial que todos os treinamentos para educadores reformulem a abordagem sobre assuntos raciais desde a primeira infância, incluindo diversos elementos e temas que envolvem a história, a cultura e as experiências dos indivíduos que desempenham papeis centrais na sociedade.

Referências

ABRAMOVICZ,A.; OLIVEIRA, F. **As relações étnicos raciais e a infância no Brasil: alguns aportes**. In: BENTO,M.A. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade, aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo SP: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.p.49**.**

ARIÉS, P. **A História Social da infância e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho da Africanidade elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?** Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004

ALMEIDA. Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** Jandaíra. 1ª edição. 2019.

ALVES, Luciana. **Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, 2010.

AMARAL, A.C.T. **A infância pequena e a construção da identidade étnico- racial na educação infantil. 2013. 225 f.** Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

AMARAL, A.C.T. **Educação Infantil e identidade étnico-racial.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018. ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis :Vozes, 2011.

_____. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BARBOSA, I. M. F. (1987). **Socialização e identidade racial**. *Cadernos De Pesquisa*, (63), 54–55. Recuperado de https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1272.

BARBOSA, J.**Socialização e identidade racial.Cadernos de Pesquisa, n 63,p.54-55,**1987.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Educação Antirracista: A Emergência de um problema.** In: TELLA, Marcos Aurélio Paz. Cadernos Afro-Paraibanos. Volume 01: **Educação, Ações Afirmativas e Relações étnico Raciais.** João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

BASTOS, Janaina Ribeiro Bueno. **Da história, das subjetividades, dos negros com quem ando: um estudo sobre professores brancos envolvidos com a educação das relações étnicos-raciais**. 2015. (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2015.

BENTO, M. A. **O Pacto da Branquitude** - 1ª ed.- São Paulo: Companhia das letras,2022.

_____**Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas**

organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a;

_____Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE,I.; BENTO,M.A.S. (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branqueamento no Brasil.6.ed.Petrópolis: Vozes,2014.p.27.

BENTO, M.A.A (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 6. ed.petrópolis: Vozes, 2014.p.36).

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 003/2004. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Diário Oficial da União, 17 de junho de 2004, p.1.

BRASIL, Casa Civil, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, Distrito Federal do BRASIL.

CARRIJO, Valeria Landa. **Qual a cor do lápis "cor da pele?** - A formação da auto imagem. Comunicação.2018

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A Construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: era da informação - economia, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Racismo e anti-racismo na Educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na Educação Infantil** - Ied. Curitiba: Appris, 2021.

CARDOSO,Lourenço. **O branco "invisível ": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (período: 1957-2007).** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia e Estudos Sociais, Coimbra, 2008.p.203.

CARDOSO, Lourenço. **A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo - fim. In: GÓES, L.(org.). 130 anos de (des) ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.p.295-311.

_____ Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti- racista. Revista latino-americana de Ciências Sociales, niñez juventude, [s.l],v.8, n.1, p.607- 630, 2010.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre negritude**. Aimé Césaire; Carlos Moore (organização) – Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Vozes da Diáspora negra, volume 3).

Ciampa, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1994

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. 2020. **BRANQUITUDE: dilema racial brasileiro.** Rio de Janeiro: Papeis Selvagens.

CARDOSO, Lourenço.(2008). **O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007).** (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Tânia.Regina. **Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC.** 2013. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

CORDEIRO,A.P.;PENITENTE,A.**A. Questões teóricas e metodológicas das pesquisas com crianças: algumas reflexões. Revista Diálogo Educacional,** [s.l.],v.14,n.41, p.61-79, 2014.

COSTA, M.M. **Metodologia do ensino da literatura infantil**. Curitiba: Ibpex, 2007. p.11.

COUTINHO, Â. M. S. **As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação.2022.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.p.94.

DIANGELO, Robin J. **Não basta ser racista: sejamos antirracista**; tradução de Marcos Marcionilo. - São Paulo:Faro Editorial, 2018.

DIAS. L. R. **Diversidade Étnico- racial e Educação Infantil. Três Escolas. Uma questão. Muitas respostas.1997**.(Dissertação de Mestrado em Educação) - UFMS, 1997; DIAS.L.R. **No fio do horizonte: educadoras da primeira e o combate ao racismo.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt.

DOMINGUES RMSM, Dias MAB, Nakamura-Pereira M, Torres JA, d'Orsi E, Pereira APE, et al. **Processo de decisão pelo tipo de parto no Brasil: da preferência inicial das mulheres à via de parto final.** Cad Saúde Pública 2014; 30 Suppl:101-16.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "TEMPLO DE LUZ": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. In: FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016.

FANON. Frantz. **Pele negra, máscara branca/Frantz Fanon; título original: Peau noire, masques blancs;** traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos complementares de francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020/320 pp.

FIGUEIREDO, L.A. **A criança negra na literatura brasileira: Uma leitura educativa.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

FRANKENBERG, R. **A miragem de uma branquitude não marcada**. IN: WARE,V.(org.). Branquitude: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond.2004. p. 307-338.

GAITÁN MUNOZ,L. **Sociologia de lá infância.** Madrid: Síntesis, 2006.

GEBARA.TÂNIA. A.A. Infância de mães e de filhas/os: educação das relações étnicos raciais em famílias inter-raciais. Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa/ Nilma Lino Gomes, Marlene de Araújo (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação.** 2ed. rev.São Paulo: Cortez, 2001.

GODOY, E. A. **A representação étnica por crianças pré - escolares: um estudo de caso à luz da teoria piagetiana**. 1996. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 1996.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares** – Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu: raça e gênero, Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67-82, 1996.

_____ **O movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico,** 2ª ed.; 3 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e identidade).

_____ **Relações Étnicos raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras,[s.l], v.12,n.1.p.98- 109, jan.abr.,2012 p.100.

GONÇALVES, L. A. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação.** Belo Horizonte: UFMG, 1985 (dissertação de mestrado)

_____ **"Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras".** Cadernos de Pesquisa, nº 63. São Paulo: 1987. Pp.27-30.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004

HASENBALG,C. **Discriminação e desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2019**. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

JANGO, Caroline F. **"Aqui tem racismo": um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

KRAMER,S. **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.116,p.41-59,jul. 2002.

LOPES, J.S. **Pontuações e proposições ao branco/ a e à luta antirracista: ensaio político - reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS LATINA, 5, 10 a 13 de setembro de 2013, Londrina, PR. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.p. 144.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches. Berkeley:** The Crossing Press, 2007.

LORDE, Audre. Irmã Outsider: Ensaios e Conferências. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas.** 2. ed., Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACHADO, Leandro. **Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662.

MAIO,M.C.**Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos.** Cadernos EBAPE.BR, [s.l.], v.13, n. esp., p. 605 - 630, 2015. p.610.

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra.** 3ª Ed. Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro.** Belo horizonte: Nandyala, 2008.

MULLER, T.M.P.; CARDOSO, L.(org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____ **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.** In: SPINK, Mary

Jane Paris (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

_____ **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____ **Negritude: usos e sentidos** – 4ª ed.2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020 – Coleção Cultura Negra e Identidade.

_____ **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira** - Niterói: EduFF,2000 - p.14 a 34.

NASCIMENTO, A. **Teatro Experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos Avançados,** Vol.18,n. 50, p. 209-224 [São Paulo] p. 2010.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso do. Jens Qvortrup: **a infância como fenômeno social. Cultura e sociologia da infância: estudos contemporâneos.** Tradução . Curitiba: CRV, 2018. . . Acesso em: 20 de fevereiro de. 2024.

NEVES, Paulo Sérgio da C. **Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição.** Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a06v2059.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

NOGUERA, R. **Necroinfância - Por que as crianças negras são assassinadas?** Lunetas, 2020 [disponível em https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas / - Acesso em15/10/2024].

NUNES,M.D.F.” **Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu”**. Latitude,[s.l.], v.10, n.2, p. 383-423, 2016. p.388.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 7ª ed. Petropólis;RJ, Vozes, 2018.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36,n.2,p.631-643, maio/ Ago.2010.

_____ **Nove teses sobre “ infância como fenômeno social”.** Tradução de Maria Letícia Nascimento. Pró-Posições, Campinas, v.22, n.1, p.199-211 Jan./abr., 2011. p.210-211.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas.** 4ªed. São Paulo. Atlas 2017.

RAMOS,A.G.(1957). **Patologia social do ‘branco’ brasileiro.** In: RAMOS, A.G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1995.p.

215-240.

ROMÉRO, Sylvio. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888. Digitalizado por Brasiliana Digital/USP.

ROCHA, Solange Pereira. **A Lei 10.639/03 Na Primeira Década: reflexões, avanços e perspectivas.** In: AIRES, J. L. Q.; et al (orgs.). **Diversidades Étnico-raciais e interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639/03 e 11.645.** Campina Grande: EDUFCG, 2013.

ROCHA, R.M. de C. **A pedagogia tradição: as dimensões do ensinar e do aprender no cotidiano das comunidades afrobrasileiras.**2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTANA, P. Modos de ser criança na Comunidade Quilombola de Mato do Tição - Jaboticabal (MG). **Tese de Doutorado**. FAE/UFMG,2015.

_____; GOMES, N.L.; GOMES, A.M.R. **Desafios metodológicos na pesquisa com crianças no Quilombo Mato do Tição (MG).** In: MIRANDA,S., GOMES, N.L. Diálogos entre sujeitos ; práticas e conhecimentos. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

_____; GOMES,N.LA.M.R. **As pluralidades do ser criança no Quilombo Mato do Tição** - MG. Revista da ABPN, Brasília, v.10, 2018 [Disponivel em http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/530 - Acesso em 29/06/2020].

SARMENTO,M.J. **Visibilidade social e estudo da infância.**In: VASCONCELOS,V.M.R;

_____**Crianças: educação, culturas e cidadania activa refletindo em torno de uma proposta de trabalho.** Perspectiva, Florianópolis, v.23, p. 17-39, 2005a.

_____(org). I**nfância (in) visível.**Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

_____**Gerações e alteridade: interrogações a partir das sociologia da infância.** Educação & Sociedade, Campinas, v.26, n.91, p. 361-378,maio/ago 2005b.

SANTIAGO, F.FARIA, A.L.G.de. **Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso.** Revista educação e fronteiras, [s.l.], v.3, p. 72-84, 2015, p. 32.

SCHUCMAN, L.V. **Entre o "encardido", o "branco" e o branquissimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude** paulistana.2012. Tese (Doutorado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.p.14.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

SILVA, A. C. **Ideologia do Embranquecimento.** In: ROMÃO, I. (Org.) et.al. **As ideias racistas, os negros e a educação.** Florianópolis: Atilende, 1997. (Série "o pensamento negro na educação").

SILVA, C. **As representações sociais acerca negra na educação infantil: mecanismos de discriminação.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: [s.n], 2008.

SILVA, H. C. **O projeto EntreLivros: (re)construindo identidades negras a partir da afroperspectividade nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca", Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, J. **120 Anos de Abolição:** 1888 - 2008. Rio de Janeiro: Hama, 2008.

SILVA. V.L.N. da. **As interações sociais e a formação da identidade da criança negra.** Dissertação Mestrado em Educação. UFF, 2002.

SILVÉRIO,V.; ABRAMOWICZ,A. **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola.** Campinas: Papirus, 2005.

SILVERIO, V.R.; TRINIDAD,C.T. **Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?** Educação & Sociedade, [s.l], v.33, n.120, p. 891-914, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, E. Q. **Crianças negras em escolas de " alma branca": um estudo sobre a diferença étnico -racial na educação infantil.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2016.

SOUZA, L. **Movimento Negro Unificado completa 45 anos de luta contra o racismo.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/movimento-negro-unificado-c ompleta-45-anos-de-luta-contra-o-racismo.

SOUZA. Neusa Santos. T**orna-se Negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar,2021.

USP. **Imprensa Negra Paulista.** Disponível em: http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/

SOVIK,Liv. **"Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil".** In: WARE,V.(org.). Branquitude: identidade branca e multiculturalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

STEYYN,M. **Novos matizes da "branquitude": a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática.** In: WARE, V. (org.). Branquitude: identidade branca e multiculturalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Garamond, 2004.p.121.

TAYLOR, Charles. **A política de reconhecimento.** In: TAYLOR, C. Argumentos

filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.

TELES, C. **Linguagem escolar e a construção da identidade e consciência racial da criança negra na educação infantil**. Revista Anagrama, ano 1, ed.4, jun/agosto, 2008.

TELES, C. P. **Representações sociais sobre as crianças negras na educação infantil: mudanças e permanências a partir das práticas pedagógicas de uma professora.** 2010. 171 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

TEODORO ,M. de L. **Identidade, cultura e educação.** Cadernos de pesquisa, n. 63 p. 46-50, 1987.

TOLEDO, L. **Criança negra e literatura infantil: (des) construção da identidade.** Campinas: [s.n], 2006.

TRINIDAD, C.T. **Identificação étnico -racial na voz de crianças em espaços de educação infantil.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VALENTE,Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica.** Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. 2005.